



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA – UNILAB**
INSTITUTO DE LINGUAGENS E LITERATURAS – ILL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM – PPGLin
MESTRADO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM – MEL

PAULO ROBERTO SOUSA FERREIRA

**ANÁLISE DA EVIDENCIALIDADE EM ARTIGOS DE OPINIÃO DO JORNAL
“DIÁRIO DO NORDESTE” DO ESTADO DO CEARÁ**

REDENÇÃO – CE

2023

PAULO ROBERTO SOUSA FERREIRA

ANÁLISE DA EVIDENCIALIDADE EM ARTIGOS DE OPINIÃO DO JORNAL “DIÁRIO
DO NORDESTE” DO ESTADO DO CEARÁ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem do Instituto de Linguagens e Literaturas da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Estudos da Linguagem.

Orientadora: Profa. Dra. Cláudia Ramos Carioca.

REDENÇÃO – CE

2023

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Ferreira, Paulo Roberto Sousa.

F443a

Análise da evidencialidade em artigos de opinião do jornal "Diário do Nordeste" do Estado do Ceará / Paulo Roberto Sousa Ferreira. - Redenção, 2023.

136f: il.

Dissertação - Curso de Mestrado em Estudos da Linguagem, Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2023.

Orientador: Profa. Dra. Cláudia Ramos Carioca.

1. Língua portuguesa - Brasil - Análise do discurso. 2. Evidencialidade (Linguística). 3. Gramática. 4. Redação de textos jornalísticos. I. Título

CE/UF/BSP

CDD 469

PAULO ROBERTO SOUSA FERREIRA

**ANÁLISE DA EVIDENCIALIDADE EM ARTIGOS DE OPINIÃO DO JORNAL
“DIÁRIO DO NORDESTE” DO ESTADO DO CEARÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre. Área de concentração: Estudos da Linguagem.

Aprovado em: 19/05/2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Cláudia Ramos Carioca (Orientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB

Prof.^a Dr.^a Maria Claudete Lima (1^a examinadora)

Universidade Federal do Ceará – UFC

Prof. Dr. José Olavo da Silva Garantizado Júnior (2^o examinador)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB

DEDICATÓRIA

A Deus.

Aos meus familiares.

A todos os meus amigos.

AGRADECIMENTOS

À Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB) pelo apoio institucional e socio-acadêmico.

Ao Curso de Mestrado em Estudos da Linguagem pelo apoio acadêmico, didático e construtivo.

À Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP) pelo apoio financeiro através de uma bolsa durante o período de junho de 2022 a fevereiro de 2023.

À Profa. Dra. Cláudia Ramos Carioca pela excelente orientação durante minha pesquisa no mestrado.

Ao jornal “Diário do Nordeste” pelos artigos de opinião do *corpus* da minha pesquisa.

À Profa. Dra. Cláudia Ramos Carioca e ao Prof. Dr. José Olavo da Silva Garantizado Júnior pelo empenho e orientação demonstrados na disciplina de Metodologia de Pesquisa e Divulgação Científica.

Aos professores doutores participantes da banca examinadora, pelas valiosas colaborações e sugestões para a minha pesquisa.

A todos os professores e professoras que fizeram parte da minha formação acadêmica.

Aos colegas da turma de mestrado pelas reflexões, críticas e sugestões recebidas.

“A língua pode ter um sistema evidencial original ou, dependendo, dentre outras coisas, da necessidade comunicativa, esse sistema pode vir a se desenvolver no decorrer do tempo”. (CASSEB-GALVÃO, 2001b, p. 583).

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar os aspectos sintáticos, semânticos e pragmático-discursivos da evidencialidade em artigos de opinião do jornal “Diário do Nordeste” do Estado do Ceará, no período de 01 de junho a 31 de julho de 2022. A teoria linguística adotada neste trabalho é o funcionalismo, mais especificamente, por meio da perspectiva funcionalista de Hengeveld e Mackenzie (2008) em relação à sua Gramática Discursivo-Funcional (GDF), uma vez que a GDF, a partir do modelo teórico *top-down*, começa com a intenção comunicativa do falante e vai até a articulação, e desse modo, a GDF consiste em um posicionamento teórico-descritivo de análise da expressão linguística. Dessa forma, para as análises desse estudo, relacionando a evidencialidade e a GDF, pode-se verificar que o falante ou produtor textual através de sua intenção pode optar por indicar ou não a fonte da informação, manifestar a sua forma de transmissão do conhecimento e, conseqüentemente, demonstrar o seu grau de comprometimento em relação às informações asseveradas. O *corpus* desta pesquisa corresponde 30 artigos de opinião do jornal “Diário do Nordeste” do Estado do Ceará. Metodologicamente, se analisou os aspectos sintáticos, semânticos e pragmático-discursivos da evidencialidade em artigos de opinião. Nos resultados deste trabalho, em relação aos aspectos sintáticos da evidencialidade, se predominou o intercalamento entre a fonte da informação e o conteúdo asseverado com 82,07% e o verbo foi o meio linguístico predominante com 62,76%. No que se refere aos aspectos semânticos, observou-se uma maior porcentagem da fonte externa definida com 47,59%, seguido da fonte sujeito-enunciador com 43,45%; observou-se uma predominância do percentual do acesso evidencial indireta com 55,17%, seguido do acesso evidencial direta com 42,76% e observou-se uma predominância da natureza evidencial relatada com 55,17%. No que diz respeito aos aspectos pragmáticos-discursivos, observou-se uma maior porcentagem do nível de comprometimento baixo com 55,17%, seguido do nível de comprometimento alto com 42,76%. Assim, concluo que essa pesquisa contribui para os estudos sobre evidencialidade, tendo em vista que ela identifica e descreve marcas evidenciais (itens lexicais ou gramaticais) no português brasileiro, no contexto jornalístico, especificamente, no gênero textual artigo de opinião.

Palavras-chave: evidencialidade; gramática discursivo-funcional; artigo de opinião; jornal “Diário do Nordeste”.

ABSTRACT

This research aims to analyze the syntactic, semantic and pragmatic-discursive aspects of evidentiality in opinion articles in the newspaper “Diário do Nordeste” of the State of Ceará, from June 1 to July 31, 2022. The linguistic theory adopted in this work is functionalism, more specifically, through the functionalist perspective of Hengeveld and Mackenzie (2008) in relation to their Functional Discourse Grammar (FDG), since the FDG, from the top-down theoretical model, starts with the communicative intention of the speaker and goes to the articulation, and in this way, the FDG consists of a theoretical-descriptive position of analysis of the linguistic expression. Thus, for the analyzes of this study, relating evidentiality and FDG, it can be seen that the speaker or textual producer, through his intention, can choose to indicate or not the source of information, manifest his form of transmission of knowledge and , consequently, demonstrate their degree of commitment to the asserted information. The corpus of this research corresponds to 30 opinion articles from the newspaper “Diário do Nordeste” in the State of Ceará. Methodologically, the syntactic, semantic and pragmatic-discursive aspects of evidentiality in opinion articles were analyzed. In the results of this work, in relation to the syntactic aspects of evidentiality, the intercalation between the source of information and the asserted content predominated with 82.07% and the verb was the predominant linguistic means with 62.76%. With regard to semantic aspects, a higher percentage of the defined external source was observed, with 47.59%, followed by the subject-enunciator source, with 43.45%; there was a predominance of the percentage of indirect evidential access with 55.17%, followed by direct evidential access with 42.76% and a predominance of the evidential nature reported with 55.17%. With regard to the pragmatic-discursive aspects, there was a higher percentage of the low level of commitment with 55.17%, followed by the high level of commitment with 42.76%. Thus, I conclude that this research contributes to studies on evidentiality, considering that it identifies and describes evidential marks (lexical or grammatical items) in Brazilian Portuguese, in the journalistic context, specifically, in the textual genre opinion article.

Keywords: evidentiality; functional discourse grammar; opinion article; newspaper “diário do nordeste”.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Esquema geral da GDF (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 13)	31
Figura 2 – Classificação dos tipos evidenciais (WILLETT, 1988, p. 57)	45, 46

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Hierarquia da força evidencial (GIVÓN, 2001, p. 327, 328)	46
Quadro 2 – Etapas iniciais da gramaticalização da evidencialidade (GIVÓN, 2001, p. 366)	47, 48
Quadro 3 – Tipologia da expressão linguística evidencial na situação de interação comunicativa (CASSEB-GALVÃO, 2001a, p. 123, 124)	49, 50
Quadro 4 – Taxonomia dos tipos atestados de sistemas de evidência (AIKHENVALD, 2003, 2004, 2015)	51
Quadro 5 – Ficha de análise das ocorrências (CARIOCA, 2009)	93

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Posição da evidencialidade nos artigos de opinião do jornal “Diário do Nordeste”.....	95
Gráfico 2 – Expressão da marca evidencial na forma de item lexical ou gramatical nos artigos de opinião do jornal “Diário do Nordeste”.....	98
Gráfico 3 – Tipos de fonte evidencial nos artigos opinião do jornal “Diário do Nordeste” ...	108
Gráfico 4 – Acesso evidencial da informação nos artigos de opinião do jornal “Diário do Nordeste”.....	110
Gráfico 5 – A natureza evidencial da informação nos artigos de opinião do jornal “Diário do Nordeste”.....	115
Gráfico 6 – Comprometimento da marca evidencial nos artigos de opinião do jornal “Diário do Nordeste”	117

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Frequência da expressão da marca evidencial na forma de item lexical ou gramatical nos artigos de opinião do jornal “Diário do Nordeste”.....	97
Tabela 2 – Frequência da manifestação da natureza evidencial da informação nos artigos de opinião do jornal “Diário do Nordeste”	113

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

1^a – Primeira

3^a – Terceira

art – Artigo

Exp. – Experiencial

Inf. – Inferencial

prep – Preposição

pron – Pronome

Subj. – Subjetiva

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

AD – Análise do Discurso

DN – Jornal Diário do Nordeste

GDF – Gramática Discursivo-Funcional

GF – Gramática Funcional

IBM SPSS – *Statistical Package for Social Science* (Pacote Estatístico para as Ciências Sociais)

N – Nome

PB – Português Brasileiro

SN – Sintagma nominal

SP – Sintagma preposicional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1 – A ABORDAGEM FUNCIONALISTA PARA O ESTUDO DA EVIDENCIALIDADE	26
1.1 Gramática Discursivo-Funcional (GDF)	27
<i>1.1.1 Postulados fundamentais da GDF</i>	27
<i>1.1.2 Arquitetura geral da GDF</i>	30
<i>1.1.3 Evidencialidade na GDF</i>	32
CAPÍTULO 2 – CATEGORIA LINGUÍSTICA EVIDENCIALIDADE	39
2.1 A relação entre modalidade e evidencialidade	39
2.2 Descrição da categoria linguística evidencialidade	45
2.3 Descrição da evidencialidade no Português Brasileiro	53
CAPÍTULO 3 – O GÊNERO TEXTUAL ARTIGO DE OPINIÃO	65
3.1 Discurso jornalístico	65
3.2 Definição e descrição do artigo de opinião	66
CAPÍTULO 4 – METODOLOGIA	72
4.1 Tipo de pesquisa	72
4.2 Método de abordagem	72
4.3 Delimitação do universo e amostra	73
4.4 Procedimentos de coleta e de análise de dados	73
4.5 Categorias de análise da marca evidencial	76
<i>4.5.1 Aspectos sintáticos da evidencialidade</i>	76
<i>4.5.1.1 Categorias de expressão evidencial</i>	77
<i>4.5.1.1.1 Verbo</i>	77
<i>4.5.1.1.2 Substantivo</i>	81
<i>4.5.1.1.3 Adjetivo</i>	81
<i>4.5.1.1.4 Advérbio</i>	82
<i>4.5.1.1.5 Preposição</i>	83
<i>4.5.1.2 Posição da marca evidencial no enunciado</i>	83
<i>4.5.1.2.1 Anteposição</i>	84
<i>4.5.1.2.2 Intercalamento</i>	84
<i>4.5.1.2.3 Posposição</i>	84
<i>4.5.2 Aspectos semânticos da evidencialidade</i>	85

4.5.2.1 <i>Tipo de fonte da informação</i>	85
4.5.2.1.1 <i>Fonte sujeito-enunciador</i>	85
4.5.2.1.2 <i>Fonte externa definida (só de 3ª pessoa especificada)</i>	86
4.5.2.1.3 <i>Fonte externa indefinida (só de 3ª pessoa não especificada)</i>	86
4.5.2.1.4 <i>Fonte domínio comum</i>	87
4.5.2.2 <i>O acesso evidencial da informação</i>	87
4.5.2.2.1 <i>Evidencialidade direta</i>	88
4.5.2.2.2 <i>Evidencialidade menos direta</i>	88
4.5.2.2.3 <i>Evidencialidade indireta</i>	88
4.5.2.3 <i>Natureza evidencial da informação</i>	89
4.5.2.3.1 <i>Subjetiva</i>	89
4.5.2.3.2 <i>Experiencial</i>	90
4.5.2.3.3 <i>Inferencial</i>	90
4.5.2.3.4 <i>Relatada</i>	90
4.5.3 Aspectos pragmático-discursivos da evidencialidade	91
4.5.3.1 <i>Alto comprometimento</i>	91
4.5.3.2 <i>Médio comprometimento</i>	92
4.5.3.3 <i>Baixo comprometimento</i>	92
CAPÍTULO 5 – MANIFESTAÇÃO DA EVIDENCIALIDADE EM ARTIGOS DE OPINIÃO DO JORNAL “DIÁRIO DO NORDESTE”	94
5.1 Aspectos sintáticos da evidencialidade	94
5.1.1 <i>A posição da marca evidencial no enunciado</i>	94
5.1.2 <i>A expressão da evidencialidade no enunciado</i>	97
5.1.2.1 <i>A marca evidencial verbal</i>	99
5.1.2.2 <i>A marca evidencial substantiva</i>	102
5.1.2.3 <i>A marca evidencial adjetiva</i>	103
5.1.2.4 <i>A marca evidencial prepositiva</i>	104
5.1.2.5 <i>A marca evidencial adverbial</i>	106
5.2 Aspectos semânticos da evidencialidade	107
5.2.1 <i>Tipo de fonte</i>	107
5.2.2 <i>Acesso evidencial da informação</i>	110
5.2.2.1 <i>Evidencialidade direta</i>	111
5.2.2.2 <i>Evidencialidade menos direta</i>	111
5.2.2.3 <i>Evidencialidade indireta</i>	112

5.2.3 Natureza evidencial da informação	112
5.2.3.1 <i>Subjetiva</i>	113
5.2.3.2 <i>Experiencial</i>	113
5.2.3.3 <i>Inferencial</i>	114
5.2.3.4 <i>Relatada</i>	114
5.3 Aspectos pragmático-discursivos da evidencialidade	116
5.3.1 <i>O comprometimento da marca evidencial no enunciado</i>	116
5.3.1.1 <i>Alto comprometimento</i>	118
5.3.1.2 <i>Médio comprometimento</i>	118
5.3.1.3 <i>Baixo comprometimento</i>	119
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	120
REFERÊNCIAS	123
APÊNDICE A – ARTIGOS DE OPINIÃO DO JORNAL “DIÁRIO DO NORDESTE”	131

INTRODUÇÃO

A evidencialidade é a categoria linguística que indica a fonte a informação e o modo de obtenção da informação de um enunciado. Baseando-se em Hengeveld (1988), Dall’Aglio-Hattner (1995), Casseb-Galvão (2001) e Carioca (2009), os tipos de fontes da informação são definidos como sujeito-enunciador, fonte externa definida e indefinida e domínio comum. Também é necessário enfatizar que a indicação ou não da fonte das informações e, conseqüentemente, a forma de transmissão do conhecimento demonstram o nível de comprometimento do sujeito-enunciador¹ acerca do que é exposto.

Em algumas línguas naturais não existe a manifestação morfológica de evidencialidade como o português brasileiro contemporâneo. No que tange à origem de marcadores evidenciais para o estudo do português brasileiro, Casseb-Galvão (2001b, p. 583) afirma que “a língua pode ter um sistema evidencial original ou, dependendo, dentre outras coisas, da necessidade comunicativa, esse sistema pode vir a se desenvolver no decorrer do tempo”. Diante dessa afirmação, a autora propõe a noção de que as marcas evidenciais do português brasileiro se manifestam a partir de necessidades comunicativas ocorrentes nesta língua. Em relação a isso, destaca-se que a evidencialidade também pode ser manifestada no português brasileiro por meio do uso de itens lexicais ou gramaticais, que associados ao processo de gramaticalização, podem viabilizar o desenvolvimento da evidencialidade nesta língua.

Assim, destaca-se a necessidade de identificar e analisar a evidencialidade no português brasileiro contemporâneo através de itens lexicais ou gramaticais em um gênero textual específico, que neste trabalho, consiste no gênero jornalístico artigo de opinião, considerando a influência da situação comunicativa estabelecida, a intencionalidade dos autores dos artigos e, conseqüentemente, o próprio contexto discursivo jornalístico para a transmissão das informações, indicação ou não das fontes, assim como para o posicionamento do comprometimento assumido pelos autores acerca do que é dito.

Assim, percebe-se que por meio dos estudos funcionalistas pode-se compreender a noção do desenvolvimento do sistema evidencial do português brasileiro, considerando que os usos linguísticos reais, em necessidades comunicativas específicas, e associados ao processo de gramaticalização viabilizam a manifestação de marcadores evidenciais, que podem ser itens lexicais ou gramaticais. Diante disso, nessa pesquisa se objetivou analisar a evidencialidade no português brasileiro contemporâneo baseando-se na perspectiva funcionalista de Hengeveld e

¹ Conforme Pêcheux (1995[1975]), à luz da Análise do Discurso, sujeito enunciador é aquele que enuncia, de forma efetiva, um discurso.

Mackenzie (2008) em relação à sua Gramática Discursivo-Funcional (GDF), tendo em vista que a arquitetura da GDF descreve a expressão linguística começando com a intenção comunicativa do falante até a articulação. Para as análises desse estudo, por exemplo, relacionando a evidencialidade e a GDF, espera-se que o produtor textual por meio de sua intenção pode optar por indicar ou não a fonte da informação, manifestar a sua forma de transmissão do conhecimento e, conseqüentemente, demonstrar o seu grau de comprometimento em relação às informações.

No que se refere aos estudos da evidencialidade, destacam-se os trabalhos de Hardman (1986), Willett (1988), Hengeveld (1988), De Haan (1997), De Haan (1999a), De Haan (1999b), Nuyts (1992, 1993, 2001), Givón (2001), Aikhenvald (2003, 2004, 2015), Olbertz (2005), Hengeveld e Hattner (2015) e Hengeveld e Fischer (2018) que contribuíram para a descrição da categoria evidencialidade em algumas línguas naturais. Esses trabalhos demonstraram a manifestação morfológica da evidencialidade nas línguas analisadas. No entanto, é importante enfatizar que, em algumas línguas naturais, não é possível identificar marcas morfológicas evidenciais, dentre essas línguas, cita-se o português brasileiro contemporâneo, como já destacado anteriormente.

Diante da problemática de ausência da manifestação morfológica da evidencialidade no português brasileiro, destacam-se os trabalhos de Dall'aglio-Hattner (1995, 1996), de Casseb-Galvão (2001a, 2004, 2007) e de Gonçalves (2003, 2004) que apresentaram importantes contribuições para a proposição da evidencialidade no português brasileiro. Nesse cenário, também destacam-se os estudos de Carioca (2005, 2009) que comprovaram a existência da evidencialidade no português brasileiro contemporâneo, bem como ainda destacam-se alguns trabalhos que trouxeram importantes contribuições para o estudo da evidencialidade no português brasileiro, dentre os tais: Lucena (2008), Santos (2008), Vendrame (2010), Vendrame-Ferrari (2012), Silva (2013), Hattner (2018), Silva (2020a) e Silva (2020b).

Nesse sentido, em relação aos trabalhos anteriores sobre evidencialidade, essa pesquisa possibilita identificar e analisar aspectos pragmáticos (contextuais) da situação comunicativa, dos artigos de opinião dos jornais, que exigem um posicionamento dos articulistas sobre os assuntos tratados, em um contexto em que os colunistas, a partir de seus papéis sociais, visam persuadir os leitores (interlocutores), podem aumentar o seu grau de comprometimento acerca do que é exposto para demonstrar, de uma forma mais efetiva, o seu ponto de vista sobre a temática abordada. Assim, espera-se que esses aspectos contextuais do domínio discursivo jornalístico influenciam ou até mesmo estabelecem à manifestação de estratégias textuais-discursivas (marcas evidenciais) nos artigos.

A importância da pesquisa para o Programa de Pós-Graduação em que ela está vinculada corresponde ao fato de que a pesquisa se enquadra na noção linguística dos estudos da linguagem, uma vez que nela se analisa o fenômeno linguístico evidencialidade a partir de sua manifestação concreta no gênero textual artigo de opinião. Assim, destaca-se que essa pesquisa está em consonância com a sua linha de pesquisa de pesquisa (Linguagem: diversidade e políticas linguísticas), já que nela se descreve a manifestação da evidencialidade no português brasileiro através da análise dos meios linguístico-textuais que viabilizam à evidencialidade no gênero textual artigo de opinião e através da identificação das marcas evidenciais nesse gênero.

A relevância da pesquisa para os avanços científicos da área de atuação teórica representada pelos estudos sobre evidencialidade consiste na rediscussão dos conceitos modalidade e evidencialidade e do estatuto de categoria da evidencialidade. No que diz respeito à relação entre a modalidade e a evidencialidade e ao estatuto categorial desta última categoria, destaca-se o trabalho de Hengeveld e Olbertz (2018), que afirma que a modalidade e a evidencialidade são consideradas como categorias diferentes a partir da perspectiva da GDF. Também em relação a essas categorias gramaticais, Hatthner (2018) afirma que as categorias modalidade e evidencialidade são definidas na GDF em função das relações de escopo estabelecidas em termos de quatro diferentes camadas semânticas: i) conceito situacional (f); ii) estado-de-coisas (e); iii) episódio (ep) e iv) proposição (p).

Essa pesquisa é necessária para os estudos da linguagem porque busca analisar o fenômeno linguístico evidencialidade a partir de sua manifestação no português brasileiro, buscando analisar os meios linguístico-textuais que viabilizam esse fenômeno, especificamente, no gênero argumentativo artigo de opinião, contribuindo assim para os estudos sobre evidencialidade. Nesse sentido, ressalta-se que uma das contribuições dessa pesquisa é a descrição de estratégias textuais-discursivas dos autores dos artigos de opinião, as quais associam-se, de forma íntima, com a própria manifestação da evidencialidade nos artigos. Desse modo, essa pesquisa proposta apresenta contribuições novas acerca do fenômeno linguístico estudado: evidencialidade.

Outra importância dessa pesquisa consiste na ideia de que o estudo da evidencialidade no gênero jornalístico artigo de opinião possibilita compreender a relação entre evidencialidade, fonte, credibilidade e descomprometimento, em que o produtor textual pode utilizar marcas evidenciais para expressar diferentes efeitos de sentido pretendidos. Como exemplo disso, destaca-se a utilização estratégica textual-discursiva de evidenciais reportativos de fonte definida, em que os autores dos artigos de opinião expressam os efeitos de sentido de dar mais confiabilidade ao seu enunciado, assim como atenuam a sua responsabilidade acerca do que é

exposto. Outro exemplo da relação entre marcadores evidenciais e efeitos de sentido é o uso de evidenciais inferenciais, em que o articulista manifesta a sua própria análise sobre as informações expostas, a qual pode ser feita através de observação e raciocínio lógico de um determinado evento ou situação baseando-se em evidências lógicas. Nesse sentido, é importante que o colunista ao utilizar inferências pode manifestar diferentes níveis de engajamento em relação ao seu enunciado, quando, por exemplo, ele não tem certeza da veracidade da informação, ele pode optar por se comprometer ou não acerca do que está sendo apresentado (LOURENÇO; HIRATA-VALE, 2015; VIDAL; PRATA; SILVA, 2018; WILLETT, 1988).

Em suma, destaca-se a importância de que tanto os evidenciais reportativos quanto os evidenciais inferenciais, ainda que de maneiras diferentes, representam posicionamentos pragmático-discursivos dos autores dos artigos de opinião diante dos assuntos tratados nos artigos, em que os colunistas manifestam argumentos e opiniões para a construção de sentidos pretendidos acerca das temáticas abordadas e, conseqüentemente, para a adesão dos leitores de seus artigos.

A relevância social desta pesquisa consiste no estudo e na divulgação de resultados e sua discussão acerca da evidencialidade, o qual, sem dúvida, representa um importante fenômeno linguístico da língua portuguesa (na área de linguagens), uma vez que esse fenômeno está presente nos mais diversos gêneros textuais existentes no dia-a-dia, que no caso dessa pesquisa, é o gênero textual artigo de opinião, fazendo assim que o objeto de estudo deste trabalho seja oriundo de práticas comunicativas que ocorrem cotidianamente no meio social.

As principais lacunas teóricas que a pesquisa objetiva resolver são a identificação e a análise da evidencialidade, no português brasileiro contemporâneo, no contexto do domínio discursivo jornalístico, através de itens lexicais ou gramaticais em um gênero textual específico, que no caso deste trabalho, consiste no gênero jornalístico artigo de opinião. Essas lacunas teóricas da pesquisa decorrem da comprovação de que não existem morfemas que expressem a evidencialidade no português brasileiro contemporâneo. Assim, nessa pesquisa, o estudo e a constatação da evidencialidade nessa língua ocorre através de marcas evidenciais lexicais ou gramaticais, as quais se associam ao processo argumentativo como uma forma de estratégia textual-discursiva utilizada no artigo de opinião.

Também se justifica que nessa pesquisa escolheu-se utilizar o gênero textual artigo de opinião porque ele possibilita a manifestação da evidencialidade através da apresentação de informações com suas respectivas fontes acerca de um determinado assunto polêmico e através

do grau de (des)comprometimento do autor do artigo (locutor)² sobre as informações expostas. Nesse sentido, percebe-se uma relação entre argumentação e evidencialidade, via artigo de opinião, tendo em vista que a indicação da fonte da informação, a forma de transmissão do conhecimento (subjéctiva, experiencial, inferencial e relatada³) e o grau de comprometimento acerca do que é exposto consistem em estratégias textuais-discursivas do articulista, as quais são expressas por meio de marcas evidenciais lexicais ou gramaticais nos artigos.

Também é importante ressaltar que levando em consideração que o gênero textual artigo de opinião seja um gênero constitutivamente argumentativo devido à sua composição linguístico-textual e à sua função comunicativa, em que o produtor textual, através de argumentos, objetiva persuadir o interlocutor sobre uma determinada tese exposta (CHARAUDEAU, 2016), espera-se que produtor textual demonstre um alto grau de comprometimento em seus enunciados, assim como também demonstre um baixo grau de comprometimento acerca do que foi dito.

Um exemplo que pode ilustrar a noção de que o autor do artigo de opinião demonstra um alto grau de comprometimento é o uso de inferências, em que o articulista, baseando-se em sua análise, nas evidências disponíveis e no grau de veracidade das informações, manifesta o seu nível de comprometimento em relação ao enunciado exposto. Ainda sobre o alto comprometimento também destaca-se a possível utilização da subjetividade dos autores dos artigos, em que eles demonstram suas crenças e opiniões de uma forma engajada acerca das informações veiculadas. A subjetividade dos autores dos artigos surge da necessidade que os colunistas têm de avaliar a informação veiculada, considerando a qualidade da evidência disponível e considerando o contexto jornalístico que exige um posicionamento dos articulistas acerca das informações expostas. Assim, destaca-se que essa subjetividade dos autores dos artigos pode estabelecer a necessidade da inter-relação entre modalidade e evidencialidade para a avaliação das informações como já mencionado nesse trabalho.

Já em relação à noção de que o autor do artigo de opinião também demonstra um baixo grau de comprometimento acerca do que foi dito, cita-se a utilização da técnica argumentativa denominada argumento de autoridade (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005), em que o colunista utiliza esse argumento tanto para dar mais credibilidade ao seu discurso quanto para

² Na Teoria da Argumentação Retórica, o termo “locutor” se refere a um certo orador que, através de argumentos, busca convencer o seu auditório (público) acerca de uma tese/opinião exposta (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005). No entanto, nessa pesquisa, devido aos seus objetivos, optou-se por utilizar termos ou expressões como “autor do artigo”, “produtor textual”, “articulista”, “colunista”, entre outros para se referir ao autor do artigo de opinião.

³ A noção evidencial relatada adotada nesta pesquisa a partir de Carioca (2009) também é denominada em outros trabalhos como reportada ou reportativa.

transferir a responsabilidade do que foi dito para a autoridade citada. No que se refere a essa estratégia textual-discursiva do articulista de recorrer a uma autoridade citada para o seu texto, cita-se o trabalho de Hengeveld e Fischer (2018), que a luz da GDF, distinguem evidencialidade reportativa e citativa. Na evidencialidade citativa, o falante indica que recebe a informação de outra pessoa e indica a fonte da informação. Já na evidencialidade reportativa, o falante indica que a informação que ele está comunicando foi passada por outra pessoa, mas não indica a fonte da informação.

É importante mencionar que para a noção de evidencial de reportatividade, Hengeveld e Fischer (2018) basearam-se em Hengeveld e Hattner (2015), que apresentou uma nova classificação de subcategorias evidenciais baseando-se na arquitetura hierárquica e escopo da Gramática Discursivo-Funcional para a definição dessas subcategorias. As quatro subcategorias evidenciais postuladas são: reportatividade, inferência, dedução e percepção do evento.

Desse modo, pode-se perceber que quando o produtor textual utiliza o argumento de autoridade, ele demonstra um baixo grau de comprometimento nos enunciados expostos no artigo de opinião. Logo, esse cenário gera uma necessidade investigativa de se identificar e analisar quando o articulista demonstra níveis de um alto a baixo grau de comprometimento nos enunciados de seu artigo de opinião.

Nessa pesquisa também justifica-se que escolheu-se utilizar apenas artigos de opinião do jornal “Diário do Nordeste (<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/>) devido ao fato de que esse jornal é: i) um dos de maior circulação; ii) um dos mais lidos; iii) um dos que têm seguidores nas redes sociais e iv) um dos que têm mais assinantes no Estado do Ceará. Também justifica-se que, visando a exequibilidade e a viabilidade da pesquisa, escolheu-se utilizar e analisar apenas artigos de opinião do jornal “Diário do Nordeste” do Estado do Ceará devido ao fato de que se escolhesse mais artigos de opinião de outras regiões ou estados brasileiros para serem analisados, isso aumentaria muito o tamanho do *corpus* da pesquisa que, por sua vez faria que a pesquisa se tornasse impossível de ser realizada no período do Mestrado em Estudos da Linguagem. Pois, o *corpus* de artigos de opinião do jornal “Diário do Nordeste” do Estado do Ceará contém uma quantidade razoável e suficiente de dados para serem analisados. Logo, o *corpus* dessa pesquisa está adequado ao tempo, as condições e aos critérios do referido mestrado.

Ainda se destaca que nessa pesquisa, escolheu-se delimitar o período de 01 de junho a 31 julho de 2022 visando a exequibilidade e a viabilidade da pesquisa, tendo em vista que o jornal escolhido para este trabalho (“Diário do Nordeste”) por ser um dos jornais de maior circulação e um dos mais lidos do Estado do Ceará, apresenta uma grande quantidade de artigos

de opinião no período de dois meses, pois diariamente os colunistas divulgam seus artigos no *site* desse jornal. Desse modo, o referido período escolhido viabiliza a execução da pesquisa no tempo determinado para a sua realização.

Após definir-se os critérios dessa pesquisa, destaca-se o objetivo geral deste trabalho que é analisar os aspectos sintáticos, semânticos e pragmático-discursivos da evidencialidade em artigos de opinião, da Seção “Colunistas”, do jornal do Estado do Ceará “Diário do Nordeste”, no período de 01 de junho a 31 de julho de 2022.

Com o intuito primário de se realizar tal objetivo, destacam-se os seguintes objetivos específicos:

- a) estudar a inter-relação entre modalidade e evidencialidade nos enunciados dos artigos de opinião utilizados;
- b) analisar os meios linguístico-textuais que viabilizam a evidencialidade nos artigos de opinião a serem investigados;
- c) especificar quais os tipos de noções evidenciais prevalentes na elaboração dos artigos de opinião a serem analisados;
- d) explicar os efeitos de sentido gerados pelos meios linguísticos que viabilizam a manifestação da evidencialidade nos artigos de opinião a serem examinados.

Tais objetivos estão diretamente associados as seguintes hipóteses dessa pesquisa:

- a) Tendo em vista que toda avaliação modal se baseia em evidências e que sem evidência não pode haver avaliação da informação, demonstrando assim a superioridade hierárquica da evidencialidade em relação à modalidade, entende-se que a inter-relação entre as categorias modalidade e evidencialidade, nos artigos de opinião, consiste na ideia de que através da modalidade, os autores dos artigos necessitam avaliar a informação no enunciado, tendo em vista que nos artigos tratam-se de assuntos importantes e de interesse da sociedade que, por sua vez exigem do colunista uma avaliação das informações considerando o tipo de evidência disponível, para que assim ele possa indicar ou não fonte da informação, manifeste a forma de transmissão do conhecimento e, conseqüentemente, demonstre o seu grau de comprometimento acerca do que é dito. Diante desses aspectos, considerando as funções distintas e específicas da evidencialidade (fonte da informação) e da modalidade (avaliação da informação) e considerando o contexto semântico, pragmático e discursivo do artigo de opinião pode-se indicar um condicionamento e uma dependência da inter-relação entre a modalidade e

evidencialidade no que diz respeito ao comprometimento dos autores artigos acerca das informações a serem veiculadas.

b) o verbo é o meio linguístico, mais predominante, que viabiliza a manifestação da evidencialidade nos artigos de opinião a serem analisados;

c) os tipos de noções evidenciais prevalentes na elaboração dos artigos de opinião a serem analisados são as relatadas, as subjetivas e as inferenciais;

d) os efeitos de sentido gerados dos meios linguísticos que viabilizam a manifestação da evidencialidade nos artigos de opinião a serem analisados, representam, de forma estratégica e argumentativa, um posicionamento pragmático-discursivo do autor do artigo. Esse posicionamento nos artigos acontece predominantemente com um alto grau de comprometimento nos enunciados, mas também se espera que, em algumas ocasiões, o produtor textual demonstre um baixo grau de comprometimento acerca do que é exposto quando, por exemplo, ele utiliza o denominado argumento de autoridade. Pois, ao utilizar esse tipo de argumento o articulista transfere a responsabilidade do que foi dito para a autoridade citada. Nesse sentido, é importante enfatizar que o baixo grau de comprometimento do colunista sobre o que é apresentado no enunciado tem relação com a credibilidade discursiva, típica do gênero jornalístico. Como exemplo disso, destaca-se a utilização estratégica textual-discursiva de marcas evidenciais relatadas de fonte definida, em que os autores dos artigos de opinião expressam os efeitos de sentido de dar mais confiabilidade ao seu enunciado, assim como atenuam a sua responsabilidade acerca do que é apresentado.

Já em relação ao alto grau de comprometimento, enfatiza-se o uso de inferências, em que o articulista, baseando-se em sua análise, nas evidências disponíveis e no grau de veracidade das informações, manifesta o seu nível de comprometimento em relação ao enunciado exposto. Ainda sobre o alto comprometimento também destaca-se a utilização da subjetividade dos autores dos artigos, em que eles demonstraram suas crenças e opiniões de uma forma engajada acerca das informações veiculadas. A subjetividade dos autores dos artigos surge da necessidade que os colunistas têm de avaliar a informação veiculada, considerando a qualidade da evidência disponível e considerando o contexto jornalístico que exige um posicionamento dos articulistas acerca das informações expostas. Assim, destaca-se que essa subjetividade dos autores dos artigos se estabelece da necessidade da inter-relação entre modalidade e evidencialidade para a avaliação das informações como já mencionado nesse trabalho.

Depois do exposto, destaco a organização geral da pesquisa, que é composta por cinco capítulos. No capítulo 1, expõem-se os pressupostos teóricos que fundamentam esse trabalho,

os quais se baseiam na perspectiva funcionalista da Gramática Discursivo-Funcional (GDF) de Hengeveld e Mackenzie (2008).

No capítulo 2, apresenta-se a fundamentação teórica, a qual discute sobre a relação entre modalidade e evidencialidade e sobre o estatuto de categoria linguística da evidencialidade. Também se discute sobre a evidencialidade no Português Brasileiro, assim como sobre a manifestação da evidencialidade em gêneros jornalísticos.

No capítulo 3, expõe-se a definição e descrição do artigo de opinião e sua relação com a manifestação da evidencialidade.

No capítulo 4, apresenta-se a metodologia utilizada na pesquisa.

No capítulo 5, apresentam-se os resultados e discussão dos dados.

CAPÍTULO 1 – A ABORDAGEM FUNCIONALISTA PARA O ESTUDO DA EVIDENCIALIDADE

Para o funcionalismo, a língua pode ser definida como um instrumento de interação social, a qual é influenciada pelas características e exigências de uma dada situação comunicativa. Nesse sentido, sob a perspectiva funcionalista, no processo de interação verbal, o falante e o ouvinte compartilham expressões linguísticas em uma determinada situação de comunicação, em que são manifestados usos reais da língua (DIK, 1989, 1997; NEVES, 1997, 2018). Logo, a abordagem funcionalista lida com os usos linguísticos reais, fugindo assim da noção da utilização de enunciados artificiais ou irrealis, os quais não refletem a manifestação real da língua (DIK, 1989, 1997; NEVES, 1997, 2018).

De acordo com Neves (2018, p. 15), o funcionalismo é “uma teoria da organização gramatical das línguas naturais que procura integrar-se a uma teoria global de interação social”. Nesse sentido, o funcionalismo consiste em uma teoria linguística que objetiva analisar a organização das gramáticas das línguas naturais relacionando-a à noção de interação social e a influência dos distintos contextos comunicativos envolvidos nos usos linguísticos reais (NEVES, 2018). Desse modo, segundo Furtado da Cunha (2011), o interesse de investigação do funcionalismo vai além da estrutura gramatical, uma vez que a perspectiva funcionalista procura na situação comunicativa a motivação para os fatos de linguagem, em que estão envolvidos os interlocutores, seus propósitos e o contexto discursivo. Diante desse contexto, destaca-se que a gramática de uma dada língua natural se modifica através da inter-relação entre necessidade comunicativa, interação social e usos linguísticos (FURTADO DA CUNHA, 2011; NEVES, 2018).

Diante desse quadro, destaca-se a gramaticalização, a qual pode ser entendida como um processo de variação e mudança linguística, em que as gramáticas das línguas naturais, por não estarem totalmente completas, modificam-se a partir dos usos linguísticos (FURTADO DA CUNHA, 2003; HOPPER, 1987). Nesse sentido, destaca-se a atuação do processo de gramaticalização em associação ao fenômeno linguístico evidencialidade, destacando-se os trabalhos de Dall’aglio-Hattner (1995, 1996), Casseb-Galvão (2001a, 2004, 2007), e Gonçalves (2003, 2004) que apresentaram importantes contribuições para a proposição da evidencialidade no português brasileiro partindo da hipótese de que as marcas de evidencialidade dessa língua surgem através do processo de mudança linguística denominado de gramaticalização.

Nesse sentido, no contexto da perspectiva funcionalista, segundo Neves (1997), a língua pode ser definida como: i) objeto de estudo dinâmico e variável; ii) sistema que possui elementos nucleares e periféricos que se combinam por um processo predicativo e iii) sistema de regras e princípios gramaticais baseados muito mais em tendências surgidas do uso da língua do que em modelos absolutos (NEVES, 1997).

Desse modo, entende-se que a língua, tomada como objeto de estudo na abordagem funcionalista, pode ser definida como um instrumento variável e influenciado pelas necessidades comunicativas e os usos linguísticos de uma dada situação comunicativa (NEVES, 1997, 2018). Em concordância com isso, Casseb-Galvão (2001a) define que a língua é um sistema não-acabado que está em constantes constituição e transformação. Logo, a língua pode sofrer mudanças linguísticas ao longo do tempo e, assim, conseqüentemente, pode desenvolver um sistema evidencial a partir das necessidades comunicativas e dos usos linguísticos (CASSEB-GALVÃO, 2001b).

Logo, a importância da perspectiva funcionalista para o estudo da evidencialidade consiste no fato de que o sistema evidencial no português brasileiro desenvolveu-se no passar do tempo através de necessidades comunicativas e de contextos reais de uso da língua portuguesa considerando as nuances e as peculiaridades desta língua (CARIOCA, 2005, 2009, 2015, 2016, 2018; DALL'AGLIO-HATTNER, 1995, 1996; CASSEB-GALVÃO, 2001a, 2001b, 2007; GONÇALVES, 2003, 2004; HATTNER, 2018; LUCENA, 2008; SANTOS, 2008; SILVA, 2013; SILVA, 2020a, 2020b; VENDRAME, 2005, 2010; VENDRAME-FERRARI, 2012).

Dentre as abordagens funcionalistas, destaca-se a perspectiva da Gramática Discursivo-Funcional (GDF) de Hengeveld e Mackenzie (2008).

1.1 Gramática Discursivo-Funcional (GDF)

1.1.1 Postulados fundamentais da GDF

A GDF consiste em uma ampliação da Gramática Funcional (GF) de Dik (1989, 1997), tendo em vista que o objeto de estudo da GF é a oração, a qual é estratificada em camadas em um modelo *bottom-up* (de baixo para cima) enquanto que a preocupação investigativa da GDF é o Ato Discursivo em uma organização *top-down* (de cima para baixo).

A GDF apresenta a seguinte organização: i) organização de cima para baixo *top-down*; ii) o Ato do Discurso é tomado como a unidade básica de análise; iii) inclui representações

fonológicas e morfossintáticas como parte de sua estrutura subjacente, ao lado de representações das propriedades semânticas e pragmáticas dos Atos Discursivos e iv) como o Componente Gramatical da teoria da interação verbal, a GDF se liga sistematicamente a um Componente Conceitual, Contextual e de Saída (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008).

A GDF começa com a intenção do falante até a articulação. Isso decorre da suposição de que um modelo gramatical será mais eficaz quanto mais sua organização se aproximar da noção de processamento da linguagem no indivíduo. Assim, a implementação da GDF reflete esse processo e está organizada de forma *top-down*. Desse modo, a GDF é uma teoria sobre gramática, mas que busca refletir evidências psicolinguísticas em sua arquitetura básica (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008).

Em relação à organização *top-down* da GDF, Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 2) expõem que:

Duas operações principais devem ser distinguidas na construção *top-down* de enunciados: Formulação e Codificação. A Formulação diz respeito a regras que determinam representações pragmáticas e semânticas subjacentes, válidas em uma língua. A Codificação diz respeito às regras que convertem essas representações pragmáticas e semânticas em morfossintáticas e fonológicas. A operação de Formulação envolve três processos interligados: a seleção de estruturas apropriadas para os Níveis Interpessoal e Representacional; a inserção de lexemas apropriados nessas estruturas; e a aplicação de operadores simbolizando as distinções gramaticais exigidas na língua em análise. A Codificação também envolve três processos: a seleção de modelos apropriados para os Níveis Morfossintáticos e Fonológicos; a inserção de morfemas gramaticais livres e presos; e a aplicação de operadores que desempenham um papel no processo de articulação de saída da gramática. (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 2, tradução nossa)⁴.

A GDF considera que a unidade básica do discurso não é a oração, mas o Ato Discursivo. Atos Discursivos combinam-se e organizam-se em estruturas discursivas maiores, como os *Moves* (Movimentos). Essas estruturas maiores são responsáveis pelas unidades maiores do que a oração individual. No entanto, os Atos Discursivos também podem se manifestar em linguagem como orações, como fragmentos de orações totalmente gramaticais, frases ou palavras (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008). Desse modo, percebe-se que

⁴ Two major operations have to be distinguished in the top-down construction of utterances: formulation and encoding. Formulation concerns the rules that determine what constitute valid underlying pragmatic and semantic representations in a language. Encoding concerns the rules that convert these pragmatic and semantic representations into morphosyntactic and phonological ones. The operation of Formulation involves three interlinked processes: the selection of appropriate frames for the Interpersonal and Representational Levels; the insertion of appropriate lexemes into these frames; and the application of operators symbolizing the grammatical distinctions required in the language under analysis. Encoding also involves three processes: the selection of appropriate templates for the Morphosyntactic and Phonological Levels; the insertion of free and bound grammatical morphemes; and the application of operators that play a role in the process of articulating the output of the grammar. (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 2).

diferentemente da GF, que tem a oração como objeto de estudo, a GDF possibilita o estudo linguístico de orações e de estruturas textuais-discursivas maiores ou menores que a oração que, por sua vez, se manifestam os usos linguísticos reais de uma dada situação comunicativa.

Em relação aos níveis de representação, de acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008), a organização dos *Moves* e Atos Discursivos é tratada em um nível da gramática, o Nível Interpessoal, o qual é um dos quatro níveis de organização da GDF. Desses níveis dois são para a formulação, sendo os Níveis Interpessoal e Representacional para análise pragmática e semântica, respectivamente, e dois para a codificação, sendo os Níveis Morfossintático e Fonológico. Segundo os autores um dos motivos para a organização linguística desses quatro níveis é que a referência anafórica é possível a qualquer um deles, significando assim que esses níveis devem estar disponíveis como potenciais antecedentes nas representações subjacentes. Sobre isso, citam-se os seguintes exemplos de Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 5, tradução nossa)⁵:

Nível Interpessoal

- a) Saia daqui!
- b) Não fale assim comigo!

Nível Representacional

- c) Há muitos semáforos nesta cidade.
- d) Eu não notei isso.

Nível Morfossintático

- e) Eu comi chuletas de cordeiro ontem à noite.
- f) É assim que se diz “costeletas de cordeiro” em espanhol?

Nível Fonológico

⁵ Interpersonal Level

A Get out of here!

B Don't talk to me like that!

Representational Level

A There are lots of traffic lights in this town.

B I didn't notice that.

Morphosyntactic Level

A I had chuletas de cordero last night.

B Is that how you say 'lamb chops' in Spanish?

Phonological Level

A I had /tSu'letasdekor'dero/ last night.

B Shouldn't that be /tSu'letasdeθor'dero /'/? (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 5).

- g) Eu comi /tʃu'letasdekor'dero/ ontem à noite.
 h) Não deveria ser 'tʃu'letasdeθor'dero /'?

Conforme os autores, em b) o elemento anafórico que remete à estratégia comunicativa escolhido pelo autor, indica a presença de um Nível Interpessoal na representação subjacente de a). Em c) se refere à situação no mundo externo que é descrita em d). Esta referência meramente semântica demonstra que a estrutura subjacente de d) apresenta um Nível Representacional de organização. Já as referências anafóricas em f) e h) são diferentes, uma vez que são metalinguísticas por natureza. Elas são exemplos de “linguagem reflexiva” ou “mensagens sobre o código”. Em f) não se refere a entidade descrita por chuletas de cordeiro, mas à frase ‘chuletas de cordeiro’ como tal. Esta frase é uma unidade morfossintática, a qual está presente na estrutura subjacente, podendo assim funcionar como antecedente para referência anafórica. Uma linha de raciocínio semelhante pode ser estabelecida para a referência anafórica em h), tendo apenas a diferença de que em h) o antecedente é uma unidade fonológica e não morfossintática (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008).

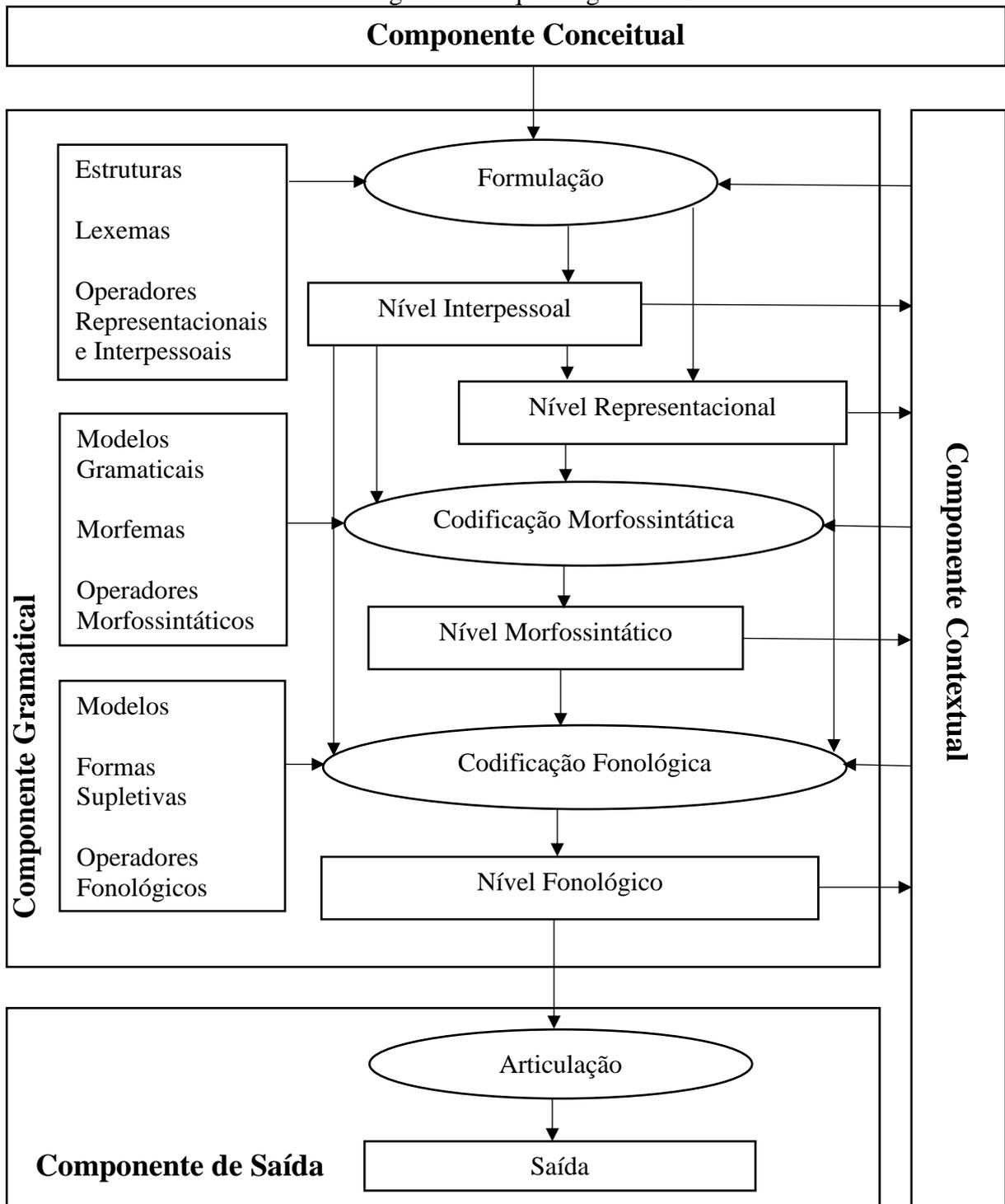
Desse modo, Hengeveld e Mackenzie (2008) concluem que a representação subjacente de um enunciado apresenta quatro níveis de organização: um Nível Interpessoal (pragmática), um Nível Representacional (semântica), um Nível Morfossintático (morfossintaxe) e um Nível Fonológico (fonologia).

Os autores afirmam que todos os quatro níveis são de natureza puramente linguística, incluindo também os Níveis Interpessoal e Representacional, pois esses níveis só podem descrever a linguagem em termos de suas funções e significados, na medida em que essas funções e significados são codificados na gramática de uma língua. Dessa maneira, o Nível Interpessoal constitui uma unidade linguística em termos de sua função comunicativa e o Nível Representacional em termos de sua categoria semântica (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008).

1.1.2 Arquitetura geral da GDF

Segundo Hengeveld e Mackenzie (2008), na arquitetura geral da GDF, o Componente Gramatical é apresentado no centro, o Componente Conceitual na parte superior, o Componente de Saída na parte inferior e o Componente Contextual à direita (FIGURA 1).

Figura 1 – Esquema geral da GDF



Fonte: Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 13).

Uma intenção comunicativa e o correspondente mental de representações são relevantes para o Componente Conceitual pré-linguístico. Essas representações conceituais são traduzidas em representações pragmáticas e semânticas nos Níveis Interpessoal e Representacional, respectivamente por meio da operação de Formulação. Logo, a finalidade do enunciador e sua

realidade mental extralinguística são elementos importantes para o estabelecimento e a manifestação do Componente Conceitual no contexto da GDF (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008).

No que diz respeito à organização do Componente Gramatical, Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 13) afirmam que:

A GDF leva a abordagem funcional da linguagem ao seu extremo lógico: dentro da organização da gramática de cima para baixo, a pragmática governa a semântica, a pragmática e a semântica governam a morfossintaxe, e a pragmática, a semântica e a morfossintaxe governam a fonologia. (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 13, tradução nossa)⁶.

Logo, percebe-se que, claramente, na GDF, a organização gramatical consiste em um processo bastante complexo que envolve uma hierarquia que apresenta os aspectos pragmáticos no topo da estruturação gramatical, seguindo com os aspectos semânticos, morfossintáticos e fonológicos respectivamente. Além disso, também é necessário enfatizar que na organização gramatical os aspectos pragmáticos, semânticos, morfossintáticos e fonológicos se relacionam entre si na manifestação linguística, corroborando assim para o estabelecimento e a sistematização da gramática funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008).

Em relação ao Componente Contextual, Hengeveld e Mackenzie (2008) expõem que os vários níveis de representação dentro da gramática alimentam esse componente, viabilizando assim a referência subsequente aos vários tipos de entidades relevantes em cada um desses níveis, os quais são introduzidos no discurso.

Assim, o Componente Contextual alimenta as operações de Formulação e Codificação, fazendo que a disponibilidade de antecedentes, referentes visíveis e participantes do ato de fala possam influenciar a composição dos Atos Discursivos (subsequentes). Como exemplo desse processo, o destinatário deve fazer uma reconstrução de todos os níveis de representação dentro da gramática baseando-se na saída real da gramática, isto é, o enunciado fonético (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008).

1.1.3 Evidencialidade na GDF

Para o estudo da evidencialidade em uma dada língua natural, a GDF, que tem objeto de estudo o Ato Discursivo, possibilita o estudo linguístico de orações e de estruturas textuais-

⁶ A FDG takes the functional approach to language to its logical extreme: within the top-down organization of the grammar, pragmatics governs semantics, pragmatics and semantics govern morphosyntax, and pragmatics, semantics, and morphosyntax govern phonology. (HENGEVELD; MACKENZIE (2008, p. 13).

discursivas maiores (*Moves*) ou menores que a oração que, por sua vez, manifestam os usos linguísticos reais de uma dada situação comunicativa.

Nesse sentido, a investigação da evidencialidade através da perspectiva da GDF pode basear-se na organização da gramática de cima para baixo da GDF, em que a pragmática governa a semântica, a pragmática e a semântica governam a morfossintaxe. Por meio da formulação, motivações pragmáticas (contextuais) do Nível Interpessoal influenciam os sentidos pretendidos (aspectos semânticos) do Nível Representacional e, conseqüentemente, os aspectos pragmáticos e semânticos influenciam, através da codificação, a organização sintática da expressão linguística do Nível Morfossintático, em uma situação contextual estabelecida, oriunda de uma necessidade comunicativa.

Para se ilustrar o estudo da evidencialidade na GDF, Hengeveld e Mackenzie (2008), definem uma tipologia evidencial, que apresenta quatro subcategorias evidenciais: reportatividade, inferência, genericidade e percepção do evento. Os autores definem que a reportatividade indica “que o falante está transmitindo um Conteúdo Comunicado expresso ou implícito por outros” (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 103)⁷. Em relação à evidencialidade reportativa, os autores apresentam um exemplo do espanhol sul-americano por meio da marca evidencial *dizque*:

(1) Lo hizo dizque para ayud-ar.

3.sg.n do.pst.3.sg reportedly to help-inf

‘Reportedly he did it to help.’

“Diz que [diskⁱ] ele fez isso para ajudar.” (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 103).

No exemplo acima, observa que o falante não explicita a fonte da informação reportada, configurando assim um rumor. Outro exemplo que Hengeveld e Mackenzie (2008) utilizaram para representar a evidencialidade reportativa é o seguinte: “‘Ainda não vou embora’, disse Bill. Mas vamos nos atrasar, disse Mary. ‘Isso não é tão importante’, disse Bill” (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 103)⁸. Neste exemplo, o falante está relatando (narrando) as cláusulas (orações) de Bill e Mary alternadamente (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008).

⁷ the Speaker is passing on a Communicated Content expressed or implied by others (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 103).

⁸ ‘I’m not leaving yet,’ Bill said. ‘But we’ll be late,’ Mary said. ‘That’s not so important,’ Bill said (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 103).

Segundo os autores, a inferência indica que o falante chegou a um determinado conhecimento contido no conteúdo proposicional “por meio de inferência com base em evidências sensoriais, com base em inferência derivada do conhecimento existente, ou com base no conhecimento geral acumulado na comunidade” (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 155)⁹. Hengeveld e Mackenzie (2008) destacam o trabalho de Parks (1976) sobre Pawnee para apresentar um exemplo de inferência por meio do prefixo inferencial *Tir*:

- (2) Tir-ra-ku:tik-Ø ku:ruks.
 inf-abs-kill-pfv bear
 ‘He must have killed a bear’.
 ‘Ele deve ter matado um urso’. (PARKS, 1976).

Neste exemplo 2, observa-se que o falante inferiu que um determinado homem matou um urso.

Em relação à genericidade, Hengeveld e Mackenzie (2008) afirmam que essa categoria evidencial, em muitas línguas, é expressa através de tipos de construção especiais ao invés de marcadores morfológicos específicos. Segundo os autores essa categoria “caracteriza um Conteúdo Proposicional como sendo parte do corpo de conhecimento comum disponível dentro de uma determinada comunidade” (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 156)¹⁰. Considerando que Hengeveld e Mackenzie (2008) não exemplificaram a categoria genericidade, apresenta-se a seguir um exemplo desse tipo de evidencialidade do trabalho de Silva (2013, p. 79), que apresenta uma construção na voz impessoal com o predicado *saber*:

- (3) Os habitantes de Belgrado acham que mais cedo ou mais tarde a Otan vai colocá-los na mira de seus mísseis – alguns bastante erráticos, como se sabe.
 (SILVA, 2013, p. 79).

Segundo Silva (2013, p. 79), no exemplo 3, “o Falante apresenta o Conteúdo Proposicional (alguns mísseis da Otan são bastante erráticos) como amplamente compartilhada,

⁹ through inference on the basis of sensory evidence, on the basis of inference derived from existing knowledge, or on the basis of general knowledge accumulated in the community (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 155).

¹⁰ characterizes a Propositional Content as being part of the body of common knowledge available within a certain community (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 156).

evocado, na interação verbal pelo Falante, como um “pressuposto” que o Ouvinte armazena em seu Componente Conceitual”.

Já a percepção do evento é “uma categoria que sinaliza se um estado de coisas foi ou não testemunhado pelo falante” (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 177)¹¹. Segundo os autores, considerando que as categorias percepção do evento e inferência são intimamente relacionadas, é preciso diferenciá-las. Para isso, os autores apresentam os seguintes exemplos:

(4) Sheila viu Peter sair.

(5) Sheila viu que Peter havia saído. (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 177)¹².

Em (5), se “descreve a conclusão a que Sheila chegou com base em evidências perceptivas (por exemplo, a ausência do carro de Peter)”. Já em (4), se “descreve o estado de coisas que foi percebido diretamente por Sheila” (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 177)¹³. Logo, (4) é um exemplo de percepção do evento e (5) é um exemplo de inferência.

Dando continuidade aos estudos da evidencialidade na GDF, destaca-se o trabalho de Hengeveld e Hattner (2015), que apresenta a análise de quatro subcategorias evidenciais: reportatividade, inferência, dedução e percepção do evento. Nesse sentido, os autores definem que a reportatividade indica que a fonte da informação que o falante está transmitindo é outro falante. Essa subcategoria opera na camada do conteúdo comunicado no Nível Interpessoal, em que o conteúdo da mensagem contida em um ato discursivo é transmitido ao invés de originalmente produzido. Os autores apresentam o seguinte exemplo de reportatividade: “Disseram-me que Sheila provavelmente virá”¹⁴. “Nesta frase, a atitude proposicional expressa por provavelmente só pode ser interpretada como expressando a avaliação subjetiva do falante original, não do atual” (HENGEVELD; HATTNER, 2015, p. 485)¹⁵.

Já a inferência é utilizada para expressões evidenciais que o falante utiliza para indicar que ele infere uma determinada informação com base no seu próprio conhecimento. Essa subcategoria opera na camada do conteúdo proposicional no Nível Representacional, a qual lida

¹¹ a category that signals whether or not a State-of-Affairs was witnessed by the Speaker (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 177).

¹² Sheila saw Peter leave.

Sheila saw that Peter had left. (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 177).

¹³ “describes the conclusion that Sheila arrived at on the basis of perceptual evidence (for example, the absence of Peter’s car)” e “describes the State-of-Affairs that was directly perceived by Sheila” (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 177).

¹⁴ I was told that Sheila will probably come. (HENGEVELD; HATTNER, 2015, p. 484).

¹⁵ In this sentence the propositional attitude expressed by probably can only be interpreted as expressing the subjective evaluation of the original speaker, not the current one (HENGEVELD; HATTNER, 2015, p. 484).

com construções mentais representadas no cérebro do falante. Para exemplificar a manifestação da inferência Hengeveld e Hattner (2015) apresentam o seguinte exemplo: “Eu inferi que ele está cozinhando”¹⁶. Nesse exemplo, observa-se que o falante apresenta uma informação que ele inferiu baseando-se em seu conhecimento (HENGEVELD; HATTNER, 2015).

A dedução se refere às distinções evidenciais que são utilizadas para indicar que a informação que o falante apresenta é deduzida com base em evidências perceptivas. Essa subcategoria opera na camada do episódio, tendo em vista a dedução envolve essencialmente, pelo menos dois estados de coisas associados: o percebido e o deduzido. Assim, o falante deduz a ocorrência de um estado de coisas, o deduzido, baseando-se em outro estado de coisas, o percebido. Para exemplificar a manifestação da dedução Hengeveld e Hattner (2015) apresentam o seguinte exemplo: “Eu sinto que ele está cozinhando”¹⁷. Neste exemplo, o falante deduziu a informação baseando-se em evidências perceptuais, que nesse caso, foi pelo cheiro do que estava sendo cozinhado (HENGEVELD; HATTNER, 2015).

A percepção do evento, por seu turno, expressa a noção de que o falante indica se testemunhou ou não o evento descrito em seu enunciado diretamente estando no local e através de um dos sentidos percebendo a ocorrência de um estado-de-coisas. Essa subcategoria opera na camada do estado-de-coisas, uma vez que é este estado-de-coisas que está diretamente percebido. Para exemplificar a manifestação da percepção do evento Hengeveld e Hattner (2015) apresentam o seguinte exemplo: “Eu o vejo cozinhando”¹⁸. Neste exemplo, o falante testemunhou e, conseqüentemente, percebeu o evento descrito, estando no local, através de sua visão (HENGEVELD; HATTNER, 2015).

Por último, em relação à evidencialidade na GDF, destaca-se o trabalho de Hengeveld e Fischer (2018) sobre operadores em A’ingae (Cofán/Kofán), uma língua isolada falada na Colômbia e no Equador, estudou a evidencialidade a partir da perspectiva da GDF, principalmente, pela abordagem hierárquica e em camadas para os operadores adotados nessa abordagem. Os autores afirmam que A’ingae apresenta duas construções gramaticalizadas para expressar reportabilidade, as quais representam os subtipos evidenciais: reportativo e citativo.

Conforme Hengeveld e Fischer (2018), no subtipo evidencial reportativo, o falante indica que a informação que ele está comunicando foi passada por outra pessoa, mas não indica a fonte da informação. Para ilustrar esse tipo de evidencialidade, os autores apresentaram o seguinte exemplo:

¹⁶ I infer that he is cooking. (HENGEVELD; HATTNER, 2015, p. 490).

¹⁷ I smell that he has been cooking. (HENGEVELD; HATTNER, 2015, p. 490).

¹⁸ I see him having been cooking. (HENGEVELD; HATTNER, 2015, p. 490).

(6) Fingi fingi=mba=te chhaje=in ja-je.

flap flap=ss=RPT fly=sim go-ipfv

‘It is said that flapping and flapping she went flying away.’

‘Diz-se que batendo e batendo ela saiu voando.’ (HENGEVELD; FISCHER, 2018, p. 339).

Em (6), o falante apresenta uma informação obtida de outra pessoa, mas não indica a fonte da informação veiculada.

Segundo Hengeveld e Fischer (2018), no subtipo evidencial citativo, o falante indica que recebe a informação de outra pessoa e indica a fonte da informação. Para ilustrar esse tipo de evidencialidade, os autores apresentaram o seguinte exemplo:

(7) Chigane afe='fa=ja khen.

please give=pls=imp quot

‘‘Please give it to me’’ (she said).’

‘‘Por favor, dê para mim’’ (ela disse).’ (HENGEVELD; FISCHER, 2018, 340).

Em (7), de forma semelhante a (6), o falante indica que a informação foi obtida de outra pessoa, no entanto, em (7), o falante indica a fonte da informação (ela disse).

Nesse contexto, baseando-se no trabalho de Olbertz (2005) sobre Dizque no espanhol andino equatoriano e em seu estudo sobre a língua A'ingae, Hengeveld e Fischer (2018) sugerem que, conforme a luz da GDF, deve ser feita uma distinção entre evidencialidade reportativa e evidencialidade citativa. Conforme os autores a evidencialidade reportativa opera na camada do Conteúdo Comunicado (a informação que está sendo repassada). Já a evidencialidade citativa opera na camada do Ato Discursivo (a contribuição anterior ao discurso que está sendo citada). Uma vez atribuída ao estrato do Ato Discursivo, a evidencialidade citativa pode combinar com diferentes ilocuções, tendo em vista que ela tem alcance sobre a camada ilocucionária. No entanto, a evidencialidade reportativa, operando na camada do Conteúdo Comunicado e estando dentro do escopo de ilocução, não pode combinar livremente com todos os tipos de ilocuções (HENGEVELD; FISCHER, 2018).

Como mencionado na introdução desta pesquisa, em algumas línguas naturais não existe a manifestação morfológica de evidencialidade como o português brasileiro contemporâneo, o

qual não apresenta morfemas evidenciais. No que tange à origem de marcadores evidenciais para o estudo do português brasileiro, Casseb-Galvão (2001b, p. 583) afirma que “a língua pode ter um sistema evidencial original ou, dependendo, dentre outras coisas, da necessidade comunicativa, esse sistema pode vir a se desenvolver no decorrer do tempo”. Diante dessa afirmação, a autora propõe a noção de que as marcas evidenciais do português brasileiro se manifestam a partir de necessidades comunicativas ocorrentes nesta língua. Desse modo, a evidencialidade também pode ser manifestada no português brasileiro por meio de itens lexicais ou gramaticais, que associados ao processo de gramaticalização, viabilizam o desenvolvimento da evidencialidade nesta língua.

Em suma, por meio da GDF, pode-se estudar no artigo de opinião os aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos da evidencialidade manifestados na expressão linguística no português brasileiro através de itens lexicais ou gramaticais, os quais codificam os marcadores evidenciais nessa língua.

CAPÍTULO 2 – CATEGORIA LINGUÍSTICA EVIDENCIALIDADE

A evidencialidade é a categoria linguística que indica a fonte a informação e o modo de obtenção da informação de um enunciado. Em relação a isso, é necessário enfatizar que a indicação ou não da fonte das informações e, conseqüentemente, a forma de transmissão do conhecimento demonstram o nível de comprometimento do sujeito-enunciador acerca do que é exposto (DALL’AGLIO-HATTNER, 1995; CARIOCA, 2009; CASSEB-GALVÃO, 2001; HENGEVELD, 1988; SILVA, 2013).

2.1 A relação entre modalidade e evidencialidade

Inicialmente, é importante frisar que, para a definição e descrição da categoria linguística evidencialidade, é necessário abordar sobre a modalidade considerando que esta última se relaciona com a evidencialidade na manifestação linguística.

A modalidade pode entendida como a opinião ou atitude do falante em relação à proposição que a sentença expressa ou a situação que a proposição descreve (LYONS, 1977). Desse modo, Lyons (1977) destaca que a modalidade se divide em: epistêmica e deôntica.

Segundo o autor a modalidade epistêmica está preocupada com a questões de conhecimento, crença ou opinião do falante acerca de enunciado. A modalidade epistêmica pode ser distinguida em: objetiva e subjetiva. A modalidade epistêmica subjetiva pode ser definida como a análise e opinião do falante em relação ao seu enunciado. A modalidade epistêmica objetiva (também entendida como modalidade alética) pode expressar a qualificação do falante em relação ao seu enunciado baseando-se na noção de probabilidade ou certeza (LYONS, 1977). A modalidade deôntica “está preocupada com a necessidade ou possibilidade de atos praticados por agentes moralmente responsáveis” (LYONS, 1977, p. 823)¹⁹.

Palmer (1986, p. 16, tradução nossa)²⁰ concorda com Lyons (1977) expondo que a modalidade pode ser “definida como a gramaticalização das atitudes e opiniões (subjetivas) do falante”. No entanto, Palmer (1979, 1986) amplia a noção de modalidade e divide-a em três tipos: epistêmica, deôntica e dinâmica (PALMER, 1979, 1986).

¹⁹ is concerned with the necessity or possibility of actions performed by morally responsible agents (LYONS, 1977, p. 823).

²⁰ defined as the grammaticalization of speaker’s (subjective) attitudes and opinions. (PALMER, 1986, p. 16).

Em relação à modalidade epistêmica, Palmer (1986, p. 51, tradução nossa)²¹ define que “o termo ‘epistêmico’ deve aplicar-se não simplesmente a sistemas modais que basicamente envolvem as noções de possibilidade e necessidade, mas a qualquer sistema modal que indica o grau de comprometimento do falante com o que ele diz”. Para Neves (2006, p. 160) “a modalidade epistêmica está relacionada com a necessidade e a possibilidade epistêmicas, que são expressas por proposições contingentes, que dependem de como o mundo é. O conhecimento do falante sobre o mundo é representável como um conjunto de proposições”.

A modalidade deôntica se relaciona à ação do próprio falante e dos outros, podendo ser através de permissão ou obrigação (PALMER, 1986). De forma semelhante, Neves (2006, p. 160) define que “a modalidade deôntica está relacionada com obrigações e permissões”. A modalidade dinâmica se relaciona à habilidade e disposição do sujeito, mas sem a opinião ou atitude do falante (PALMER, 1986). Em concordância com Palmer (1986), Nuyts (2008) defende que a modalidade dinâmica é caracterizada pela capacidade atribuída ao sujeito-participante da oração. Gbegble e Nuyts (2012) expõem que a modalidade dinâmica diz respeito à uma indicação de habilidades/potenciais ou necessidades do falante.

Hengeveld (1988) distinguiu três tipos de modalidade, os quais são: a) modalidade inerente, que corresponde a todos os meios linguísticos através dos quais o falante pode caracterizar a relação entre um participante de um estado-de-coisas e a seu potencial atualização; b) modalidade objetiva, que corresponde a todos os meios linguísticos através dos quais o falante pode avaliar a realidade de um estado-de-coisas em termos de seu conhecimento de possíveis estados-de-coisas e c) modalidade epistemológica, que corresponde a todos os meios linguísticos através dos quais o falante pode manifestar o seu comprometimento no diz respeito à verdade de uma proposição.

Conforme Hengeveld (1988), a modalidade objetiva é dividida em: epistêmica e deôntica. A modalidade epistêmica representa a avaliação do falante acerca do conhecimento de possíveis situações obtidas sobre a realidade ou de uma situação hipotética. São exemplos da modalidade epistêmica: certeza e possibilidade, por exemplo. Já modalidade deôntica constitui a avaliação do falante acerca do conhecimento de possíveis situações relativas a algum sistema de convenções morais, legais ou sociais. Como exemplos da modalidade deôntica, cita-se a obrigatoriedade e a permissibilidade.

²¹ the term ‘epistemic’ should apply not simply to modal systems that basically involve the notions of possibility and necessity, but to any modal system that indicates the degree of commitment by the speaker to what he says. (PALMER, 1986, p. 51).

Hengeveld (1988) divide a modalidade epistemológica em: subjetiva e evidencial. Na modalidade subjetiva caracteriza-se a expressão do comprometimento do falante com relação ao conteúdo de uma predicação que ele apresenta para consideração. A modalidade subjetiva é subdividida em: epistêmica e bulomaica.

Na modalidade subjetiva epistêmica em que “o evento é uma construção (pensamento, crença, fantasia) da fonte” (CHUNG; TIMBERLAKE, 1985, p. 244, tradução nossa). Hengeveld (1988) afirma que na modalidade subjetiva epistêmica caracteriza-se a expressão de diferentes graus de comprometimento da parte do falante. O autor destaca, por exemplo, que um grau de comprometimento decrescente é expresso nas séries de advérbios modais: Certamente – Provavelmente – Possivelmente (HENGEVELD, 1988).

Na modalidade subjetiva bulomaica, o falante pode revelar-se como uma fonte para expressar seus desejos, esperanças e aspirações. Assim, pode-se dizer que o falante expressa seu compromisso nestes casos. Como exemplos de verbos que podem expressar esse tipo de modalidade, citam-se os verbos desejo, espero (HENGEVELD, 1988).

Chung e Timberlake (1985) usaram o termo ‘modo epistemológico’ para as distinções modais que expressam a avaliação da atualidade de um evento em relação a uma fonte. As diferentes distinções modais mencionadas encontram-se em Chung e Timberlake (1985, p. 244):

- (i) Modo inferencial, “... em que o evento é caracterizado como inferido de evidência”.
- (ii) Modo Quotativo, “... em que o evento é relatado de outra fonte”.
- (iii) Modo experiencial, “... no qual o evento é caracterizado como experimentado pela fonte”.
- (iv) “O submodo no qual o evento é uma construção (pensamento, crença, fantasia) da fonte”. (CHUNG; TIMBERLAKE, 1985, p. 244, tradução nossa)²².

Hengeveld (1988) amplia o trabalho de Chung e Timberlake (1985) sobre as distinções de modalidade e acrescenta que na relação entre um evento e uma fonte nas distinções modais, é preciso considerar que o falante avalia a informação do enunciado, no entanto, ele pode não ser a fonte da informação. Desse modo, Hengeveld (1988), baseando-se no estudo de Chung e Timberlake (1985), estabelece a noção de modalidade epistemológica evidencial e subdivide-a em: inferencial, quotativa e experiencial.

Os trabalhos apresentados até aqui defendem que a evidencialidade é uma subcategoria

²² (i) Inferential mode, “. . . in which the event is characterised as inferred from evidence”.

(ii) Quotative mode, “. . . in which the event is reported from another source”.

(iii) Experiential mode, “. . . in which the event is characterized as experienced by the source”.

(iv) “The submode in which the event is a construct (thought, belief, fantasy) of the source”. (CHUNG; TIMBERLAKE, 1985, p. 244).

da modalidade, no entanto, diferente disso, os próximos trabalhos defendem que a evidencialidade e a modalidade são categorias distintas. Além disso, é importante mencionar que alguns dos estudos seguintes defendem a ideia de que a evidencialidade apresenta-se como uma categoria de hierarquia superior à modalidade.

A modalidade e a evidencialidade são categorias linguísticas independentes, mas que se relacionam entre si quando elas são manifestadas nos enunciados (NUYTS, 1992, 1993, 2001). Desse modo, relacionando-se a modalidade e a evidencialidade, destaca-se que, conforme Carioca (2009), a evidencialidade é uma categoria de hierarquia superior à modalidade epistêmica devido a três aspectos: i) a modalidade se refere a atitude do falante acerca do que ele afirma e, de forma diferente, a evidencialidade se refere à indicação da fonte da informação exposta pelo falante; ii) embora distintas, a modalidade e a evidencialidade se relacionam na utilização efetiva linguística, em que o tipo de evidência pode possibilitar que o ouvinte interprete o grau de comprometimento do falante acerca do que é dito por ele e iii) a superioridade hierárquica da evidencialidade sobre a modalidade corresponde ao fato de que as afirmações derivam de uma fonte, a qual pode ser quem está falando ou não.

A pesquisa de De Haan (1999a) sobre os limites entre evidencialidade e modalidade epistêmica, demonstrou que a evidencialidade e a modalidade epistêmica estão intimamente relacionadas entre si, no entanto, é preciso demarcar as diferenças entre essas duas noções. Para o autor, a evidencialidade não é uma subcategoria da modalidade epistêmica, mas ambas são duas categorias linguísticas distintas. A evidencialidade trata da evidência que o falante tem para sua declaração (enunciado), enquanto que a modalidade epistêmica avalia a afirmação do falante e atribui a ela um valor de compromisso (grau de comprometimento).

Esta avaliação é claramente feita com base em evidências (que podem ou não ser manifestadas abertamente, ou que podem ou não ser manifestadas por meio de evidenciais), porém não há nada inerente nos evidenciais que nos obrigariam a atribuir um compromisso epistêmico *a priori* a evidência, uma vez que esse grau de comprometimento não é característico dos evidenciais, mas sim dos modais epistêmicos (DE HAAN, 1999a).

Nos resultados do trabalho de De Haan (1999a), no exemplo da análise da língua Tarahumara Ocidental, verificou-se que o evidencial por si só é neutro em relação a qualquer compromisso com a verdade, sendo assim necessário a adição de um morfema modal epistêmico para se atribuir um valor de verdade em relação ao que foi dito. Conforme o autor, a principal diferença entre o verbo modal holandês “*moeten*” e o verbo modal inglês “*must*” é que o *must* epistêmico é sempre avaliativo, enquanto que o *moeten* pode ter um valor avaliativo, bem como uma interpretação assertiva (afirmativa). Logo, percebe-se que *moeten* pode ter tanto

uma manifestação epistêmica quanto evidencial, enquanto que *must* se manifesta apenas com um elemento epistêmico na enunciação (DE HAAN, 1999a; DE HAAN, 1999b).

Nesse contexto, é importante ressaltar que, na busca da definição dos limites entre evidencialidade e modalidade epistêmica, sabe-se que essas duas noções são distintas ainda que se relacionam entre si na enunciação. No entanto, é preciso acrescentar que ocorre uma sobreposição entre evidencialidade e modalidade epistêmica no estudo de algumas línguas como o holandês, por exemplo, sendo que essa sobreposição não invalida o *status* separado das duas categorias linguísticas (DE HAAN, 1999a).

Segundo De Haan (1999a), a sobreposição entre evidencialidade e modalidade epistêmica inclui o desenvolvimento de verbos modais para evidenciais. Sobre isso, os trabalhos De Haan (1997) e De Haan (1999b), em relação à análise do holandês, mostram que o verbo *moeten* se desenvolveu em um evidencial para a maioria dos falantes de holandês, demonstrando assim que a evidencialidade também pode ocorrer através da gramaticalização (DE HAAN, 1997; DE HAAN, 1999b). Diante desse contexto, percebe-se que as necessidades comunicativas, em dadas situações enunciativas, estabelecem e possibilitam o desenvolvimento da evidencialidade na manifestação dos usos linguísticos (DE HAAN, 1997; DE HAAN, 1999b; CASSEB-GALVÃO, 2001b).

Segundo Givón (2001), entre a evidencialidade e a modalidade epistêmica existem semelhanças (sobreposições) e diferenças, uma vez que, em muitas línguas, as duas noções formam subsistemas gramaticais distintos. Como exemplo disso, autor explica que a evidencialidade não pertence diretamente à certeza subjetiva, pois “sistemas evidenciais gramaticalizados codificam primeiro e principalmente a fonte da evidência disponível para apoiar uma afirmação, e só então, implicitamente, sua força. É essa conexão implícita que, por sua vez, liga a evidencialidade a certeza subjetiva” (GIVÓN, 2001, p. 326). Desse modo, Givón (2001, p. 326) propõe que a relação entre evidencialidade e modalidade epistêmica pode ser representada como a seguinte cadeia causal:

fonte evidencial > força evidencial > certeza epistêmica

Conforme Givón (2001) das quatro principais modalidades proposicionais da linguagem – pressuposição, afirmação real, afirmação *irrealis* e afirmação negativa, apenas duas modalidades envolvem a disponibilidade de evidências ou outros fundamentos para fazer uma afirmação forte: afirmação real e afirmação negativa. Assim, autor conclui que “a morfologia

evidencial gramaticalizada é, portanto, reservada principalmente para quantificação de asserções fortes, sejam elas reais ou negativas” (GIVÓN, 2001, p. 327).

O estatuto categorial da evidencialidade é definido e constituído a partir da noção de que a evidencialidade é hierarquicamente superior à modalidade epistêmica, uma vez que ela que está contida na base informacional dos enunciados (NUYTS, 1992, 1993, 2001). Sobre isso, Nuyts (1993) considera que toda qualificação modal se baseia fundamentalmente em uma evidência, que pode variar conforme a qualidade da evidência manifestada, no entanto, certamente, sem evidência, não possível avaliar um estado-de-coisas, em que simplesmente se pode dizer que não se sabe. Em consonância com isso, Gonçalves (2003) defende a noção da superioridade hierárquica da evidencialidade em relação à modalidade epistêmica levando em consideração a dimensão semântico-pragmática e cognitiva da evidencialidade.

Ainda sobre a relação entre modalidade e evidencialidade, destaca-se, que Gonçalves (2003) defende que em relação às semântico-pragmáticas de evidencialidade e de modalidade epistêmica, associadas no processo de gramaticalização do verbo *parecer*, é possível propor que, devido ao fato de que não se caracterizar como uma língua que apresenta evidenciais gramaticais, o Português Brasileiro está ainda em processo de gramaticalização da evidencialidade, iniciando pelo nível mais baixo da hierarquia proposta para esse domínio funcional, isto é, pela marcação da Evidencialidade Indireta, ainda se entrecruzando com a modalidade epistêmica. Desse modo, a exemplo de outras línguas com sistema gramatical evidencial, é possível que o Português Brasileiro gramaticalize somente evidência indireta e a assuma a evidência direta como forma não-marcada ou marcada por zero. Nesse sentido, o verbo *parecer*, na sua trajetória de gramaticalização, pode deixar de codificar modalidade epistêmica, em detrimento de um valor puramente evidencial.

No que diz respeito à relação entre a modalidade e a evidencialidade e ao estatuto categorial desta última categoria, destaca-se o trabalho de Hengeveld e Olbertz (2018), que afirma que a modalidade e a evidencialidade são consideradas como categorias diferentes a partir da perspectiva da GDF. Também em relação a essas categorias gramaticais, Hatthner (2018) afirma que as categorias modalidade e evidencialidade são definidas na GDF em função das relações de escopo estabelecidas em termos de quatro diferentes camadas semânticas: i) conceito situacional (f); ii) estado-de-coisas (e); iii) episódio (ep) e iv) proposição (p).

Segundo a autora, o conceito situacional, ou a camada das propriedades, não têm existência independente e se aplicam a outros tipos de entidades; o estado-de-coisas, corresponde a uma situação real ou hipotética que o falante tem em mente; o episódio é uma combinação tematicamente coerente de estados-de-coisas que são caracterizados por unidade

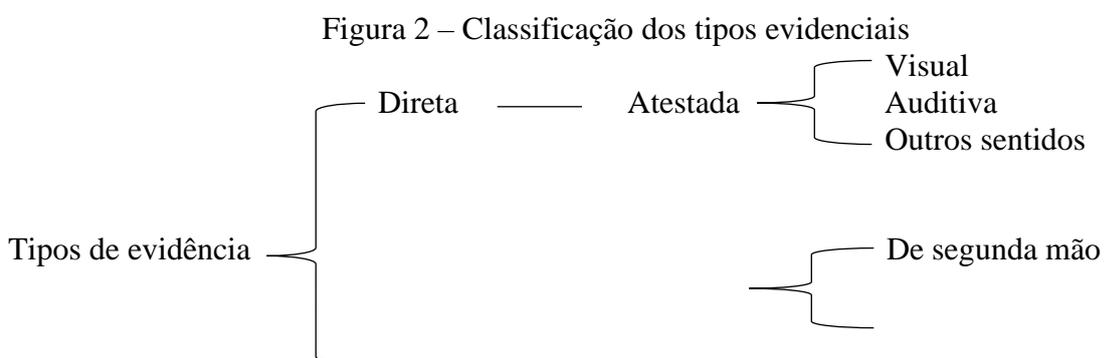
ou continuidade de tempo, localização e participantes e a proposição é um construto mental, tal como conhecimentos, crenças e desejos (HATTNER, 2018).

2.2 Descrição da categoria linguística evidencialidade

De acordo com o trabalho de Hardman (1986) em línguas *Jaqi* como *Aimara* existem três especificações de evidencialidade: i) direta, em que o conhecimento pessoal é obtido de forma visual; ii) inferência, em que o conhecimento não é pessoal, ou seja, o conhecimento é inferido e iii) relatada, em que o conhecimento é obtido por meio de outra pessoa (HARDMAN, 1986). De forma similar, no trabalho de Willett (1988) que analisou o estatuto da evidencialidade enquanto categoria linguística, investigou-se 38 línguas distintas e definiu-se uma tipologia específica da evidencialidade (FIGURA 2).

Desse modo, o autor defende uma divisão entre evidencialidade direta ou atestada e evidencialidade indireta. Na evidencialidade direta, o falante entende a informação exposta através de seus sentidos (visual, auditivo e outro sentido). Nas evidências sensoriais visual e auditiva, o falante vê ou ouve o evento descrito ou ainda o mesmo pode ter contato com evento por meio de outro sentido (WILLETT, 1988). Já a evidencialidade indireta ocorre através da manifestação de uma inferência do falante ou quando outro indivíduo relata algo ao falante. A evidencialidade indireta se divide em inferência e relatada (WILLETT, 1988).

Conforme Willett (1988) o tipo de evidência por inferência se subdivide em: resultados e raciocínio. A evidência pelos resultados é obtida através da observação de um evento pelo falante. Já a evidência pelo raciocínio é obtida por meio da interpretação mental do falante baseada em alguma intuição, na lógica ou em um sonho. Segundo o autor, o tipo de evidência relatada se subdivide em: de segunda mão, de terceira mão e folclore / lenda / mito. Na evidência de segunda mão a informação que chega ao falante através de uma testemunha presente do evento enquanto que a evidência de terceira mão a informação chega ao falante de um indivíduo que não é testemunha visual do evento. Já na evidência por folclore / lenda / mito, a informação é fornecida por meio de histórias e contos orais do domínio popular (WILLETT, 1988).



Givón (2001) afirma que, na maioria dos sistemas evidenciais gramaticalizados, os termos no topo das hierarquias representam o caso não marcado semanticamente, e muitas vezes, também não são marcados morfológicamente (QUADRO 1). Assim, os termos mais baixos na hierarquia – informações que são menos diretamente disponíveis ou surpreendentes – requerem marcação explícita (GIVÓN, 2001).

O autor também destaca que a evidencialidade, ainda que, em princípio, distinta da modalidade epistêmica, ela, no entanto, interage muitas vezes de forma bastante intensa com a modalidade epistêmica. Como exemplo disso, se destaca a noção de que o topo das hierarquias da força evidencial também marca maior certeza epistêmica (GIVÓN, 2001).

De acordo com Givón (2001, p. 366), no que diz respeito à gramaticalização da evidencialidade, “a marcação gramatical de evidencialidade, muitas vezes, cruza com a da modalidade epistêmica”. Nesse sentido, se destaca que a manifestação de morfologia evidencial é expressa por verbos principais que recebem complementos, como ‘ver’, ‘ouvir’, ‘dizer’, ‘saber’, ‘adivinhar’, ‘supor’, ‘suspeitar’, ‘pensar’ ou ‘ser’. Esses verbos são fontes mais prováveis da expressão de morfologia da evidencialidade (GIVÓN, 2001).

Diante desse contexto, Givón (2001) expõe e define as etapas da gramaticalização da evidencialidade a partir de construções coloquiais inglesas, as quais expostas abaixo no Quadro 2:

Quadro 2 – Etapas iniciais da gramaticalização da evidencialidade (Continua)

GRAMATICALIZAÇÃO DA EVIDENCIALIDADE	
Exemplos das Construções	Classificação Evidencial
a. (Eu) ACHO que ela não apareceu. a. (I) guess she didn't show up	Inferencial
b. Eu OUVI que ela está vindo amanhã. b. I hear she's coming tomorrow	Boato
c. Ela subiu e saiu, eles DISSERAM. c. She's upped 'n left, they say	Boato
d. Ela subiu e saiu, eu OUVI. d. She's upped 'n left, I hear	Boato
e. (Eu) VEJO que ele saiu. e. (I) see he's left	Inferencial

Quadro 2 – Etapas iniciais da gramaticalização da evidencialidade (Conclusão)

GRAMATICALIZAÇÃO DA EVIDENCIALIDADE	
Exemplos das Construções	Classificação Evidencial
f. (Eu) AVALIO que eles estão fora do negócio. f. (I) reckon they're out of business	Inferência
g. (Eu) RECEIO de que ela tenha ido. g. (I'm) 'fraid she's gone	Atenuação
h. Não está funcionando, como você SABE. h. It's not working, y'now	Desculpa
i. Ele pode não concordar, (Você) ENTENDE. i. He might not agree, (you) understand	Atenuação
j. (Você) PENSARIA que ele ainda estaria aqui ... j. (You'd) think he'd still be here...	Contra-fato
k. (Vamos) SUPOR que eu te dei um coco... k. (Let's) suppose I gave you a coconut...	Baixa probabilidade
l. Eu SUPONHO que ela está aqui. l. I understand she's here	Inferência

Fonte: Givón (2001, p. 366, tradução nossa).

Dando continuidade à definição e ao estabelecimento de algumas tipologias evidenciais, Casseb-Galvão (2001a) estabelece e define uma tipologia evidencial apresentada no Quadro 3, a qual considera qual o tipo e o grau de envolvimento do falante com a situação descrita, que, por sua vez, se relaciona ao tipo de experiência sensorial/cognitiva dando origem ao conhecimento asseverado. Nessa tipologia, a autora também considera como o ouvinte pode reconstruir a informação pragmática do falante no que diz respeito à experiência sensorial/cognitiva do falante, explicitada na expressão linguística evidencial, e conseqüentemente, como essa experiência pode ser interpretada pelo ouvinte na situação de interação (CASSEB-GALVÃO, 2001a), como podemos ver no quadro 3 abaixo:

Quadro 3 – Tipologia da expressão linguística evidencial na situação de interação comunicativa (Continua)

ENVOLVIMENTO COM A SITUAÇÃO	EXPERIÊNCIA COGNITIVA ENVOLVIDA	GRAU DE EVIDÊNCIA	EXPERIÊNCIA COGNITIVA REVELADA NA INTERAÇÃO	FUNÇÃO EVIDENCIAL
Experiência Pessoal [+dir]	Vivenciar o conhecimento explicitado no ato de fala (ver/ouvir).	[+dir]	O falante conclui Xi baseado em prévia experiência pessoal (sensorial/física).	Direta
	Adquirir o conhecimento descrito a partir de uma segunda ou terceira pessoa identificada (ouvir/ler).	[-dir]		Citativa Reportativa
	Adquirir o conhecimento a partir de experiência passada no mundo das hipóteses, e das sensações psicológicas, a partir de experiências mentais gerais (lenda, sonho).	[ind]		Reportativa de mito

Quadro 3 – Tipologia da expressão linguística evidencial na situação de interação comunicativa (Conclusão)

ENVOLVIMENTO COM A SITUAÇÃO	EXPERIÊNCIA COGNITIVA ENVOLVIDA	GRAU DE EVIDÊNCIA	EXPERIÊNCIA COGNITIVA REVELADA NA INTERAÇÃO	FUNÇÃO EVIDENCIAL
Inferência [-dir]	Inferir o conhecimento a partir de sinais no plano discursivo (na materialidade discursiva, no texto).	[+dir]	O falante infere Xi a partir de evidências disponíveis.	Inferencial Textual
	Inferir o conhecimento a partir de sinais captados na situação de interação.	[-dir]		Inferencial Situacional
	Inferir o conhecimento num alto nível de abstração, nível do processamento interno das funções cognitivas.	[ind]		Intuitiva

Fonte: Casseb-Galvão (2001a, p. 123, 124).

Aikhenvald (2003, p. 3, tradução nossa)²³ expõem que “os sistemas de evidencialidade são divididos em dois amplos tipos: (I) aqueles que afirmam a existência de fonte para a evidência sem especificá-la; e (II) aqueles que especificam o tipo de evidência – seja visualmente obtida, com base em inferência, ou informação relatada”. No entanto, a autora destaca que “línguas com um sistema de tipo (II) se enquadram em vários subtipos evidenciais, dependendo do número e tipos de fontes especificadas nas afirmações”. (AIKHENVALD, 2003, p. 3, tradução nossa)²⁴. Ainda sobre o sistema do tipo (II) de evidencialidade, Aikhenvald (2015, p. 241, tradução nossa)²⁵ afirma que “línguas com evidenciais se enquadram em vários subtipos, dependendo de como muitas fontes de informação requerem marcação gramatical distinta” (QUADRO 4).

Quadro 4 – Taxonomia dos tipos atestados de sistemas de evidência

Sistemas de dois termos	A1: Em primeira mão e não em primeira mão A2: Não em primeira mão versus todo o resto A3: Relatada (ou boato) versus todo o resto A4: Evidência sensorial não visual e relatada (ou boato) A5: Auditiva (adquirida pela audição) versus todo o resto
Sistemas de três termos	B1: Direta (ou visual), inferida, relatada B2: Visual, sensorial não visual, inferida B3: Visual, sensorial não visual, relatada B4: Sensorial não visual, inferida, relatada B5: Relatada, quotativa e todo o resto
Sistemas de quatro termos	C1: Visual, sensorial não visual, inferida, relatada C2: Direta (ou visual), inferida, suposta, relatada C3: Direta, inferida, relatada, quotativa
Sistemas de cinco termos	D1: Visual, sensorial não visual, inferida, assumida e relatada

Fonte: Aikhenvald (2003, 2004, 2015, tradução nossa).

²³ Evidentiality systems are divided into two broad types: (I) those which state the existence of a source for the evidence without specifying it; and (II) those which specify the kind of evidence – be it visually obtained, based on inference, or reported information. (AIKHENVALD, 2003, p. 3).

²⁴ Languages with a type (II) system fall into a number of subtypes, depending on the number and kinds of sources specified. (AIKHENVALD, 2003, p. 3).

²⁵ Languages with evidentials fall into a number of subtypes, depending on how many information sources require distinct grammatical marking. (AIKHENVALD, 2015, p. 241).

Hengeveld e Hattner (2015), em seu trabalho sobre quatro tipos de evidencialidade em línguas nativas do Brasil, apresentou uma nova classificação de subcategorias evidenciais baseando-se na arquitetura hierárquica e escopo da Gramática Discursivo-Funcional para a definição dessas subcategorias. Desse modo, os autores postularam as quatro subcategorias evidenciais: reportatividade, inferência, dedução e percepção do evento. Para tanto, os pesquisadores testaram uma série de predições sobre a coexistência de subcategorias evidenciais dentro de uma língua e a co-ocorrência de marcadores evidenciais em uma única oração através da análise de 64 línguas nativas brasileiras.

Nesse sentido, os autores definem que a reportabilidade indica que a fonte da informação que o falante está transmitindo é outro falante. Essa subcategoria opera na camada do conteúdo comunicado no Nível Interpessoal, em que o conteúdo da mensagem contida em um ato discursivo é transmitido ao invés de originalmente produzido. Já a inferência é utilizada para expressões evidenciais que o falante utiliza para indicar que ele infere uma determinada informação com base no seu próprio conhecimento. Essa subcategoria opera na camada do conteúdo proposicional no Nível Representacional, a qual lida com construções mentais representadas no cérebro do falante (HENGEVELD; HATTNER, 2015).

A dedução se refere às distinções evidenciais que são utilizadas para indicar que a informação que o falante apresenta é deduzida com base em evidências perceptivas. Essa subcategoria opera na camada do episódio, tendo em vista a dedução envolve essencialmente, pelo menos dois estados de coisas associados: o percebido e o deduzido. Assim, o falante deduz a ocorrência de um estado de coisas, o deduzido, baseando-se em outro estado de coisas, o percebido. A percepção do evento, por seu turno, expressa a noção de que o falante indica se testemunhou ou não o evento descrito em seu enunciado diretamente estando no local e através de um dos sentidos percebendo a ocorrência de um estado de coisas. Essa subcategoria opera na camada do estado de coisas, uma vez que é este estado de coisas que está diretamente percebido (HENGEVELD; HATTNER, 2015).

Diante de seu trabalho os pesquisadores concluem que a classificação resultante delinea uma linha clara entre a reportabilidade de um lado, e percepção, dedução e inferência de eventos, de outro, em que as três últimas subcategorias entram em uma hierarquia implicacional, enquanto que a reportabilidade se estrutura em uma subcategoria em seu próprio direito. Assim, ainda concluem que os resultados de sua pesquisa mostram que sua hierarquia apresenta a separação da reportatividade das outras subcategorias de evidencialidade e mostram que a presença de uma ou mais das quatro subcategorias evidenciais pode ser sistematicamente descrita em termos de uma hierarquia implicacional (HENGEVELD; HATTNER, 2015).

O trabalho de Hengeveld e Fischer (2018) sobre operadores em A'ingae (Cofán/Kofán), uma língua isolada falada na Colômbia e no Equador, estudou a evidencialidade a partir da perspectiva da GDF, principalmente, pela abordagem hierárquica e em camadas para os operadores adotados nessa abordagem. Os autores afirmam que A'ingae apresenta duas construções gramaticalizadas para expressar reportabilidade, as quais representam os subtipos evidenciais: i) reportativo, em que o falante indica que a informação que ele está comunicando foi passada por outra pessoa, mas não indica a fonte da informação e ii) citativo, em que o falante indica que recebe a informação de outra pessoa e indica a fonte da informação.

Nesse contexto, baseando-se no trabalho de Olbertz (2005) sobre Dizque no espanhol andino equatoriano e em seu estudo sobre a língua A'ingae, Hengeveld e Fischer (2018) sugerem que, conforme a luz da GDF, deve ser feita uma distinção entre evidencialidade reportativa e evidencialidade citativa. Conforme os autores a evidencialidade reportativa opera na camada do Conteúdo Comunicado (a informação que está sendo repassada). Já a evidencialidade citativa opera na camada do Ato Discursivo (a contribuição anterior ao discurso que está sendo citada). Uma vez atribuída ao estrato do Ato Discursivo, a evidencialidade citativa pode combinar com diferentes ilocuções, tendo em vista que ela pois tem alcance sobre a camada ilocucionária. No entanto, a evidencialidade reportativa, operando na camada do Conteúdo Comunicado e estando dentro do escopo de ilocução, não pode combinar livremente com todos os tipos de ilocuções (HENGEVELD; FISCHER, 2018).

2.3 Descrição da evidencialidade no português brasileiro

Em relação à descrição da evidencialidade no português brasileiro, destaca-se, inicialmente, o trabalho de Dall'aglio-Hattner (1995) sobre a manifestação da modalidade epistêmica: um exercício de análise nos discursos do ex-presidente Collor. A pesquisadora analisou a manifestação da modalidade em enunciados efetivos a partir de treze discursos do ex-presidente Fernando Collor de Mello, produzidos, em sua maioria, durante a fase do *impeachment*. A autora, na análise dos enunciados modalizados, procurou estabelecer relações entre as camadas de estruturação da frase em que se atuam o escopo e a função dos modalizadores (DALL'AGLIO-HATTNER, 1995).

Os resultados do estudo de Dall'aglio-Hattner (1995) em relação às funções (representacional e interpessoal) da linguagem, demonstraram que: i) por meio da modalização epistêmica o falante avalia como certa ou possível a realidade de um estado-de-coisas ou a verdade de uma afirmação; ii) essa avaliação pode ser feita segundo um conhecimento que só

o falante tem ou de um conhecimento que é comum, ou seja, segundo um conhecimento que é pessoal ou partilhado; iii) segundo as intenções comunicativas do falante, ele pode escolher especificar ou não a fonte do seu saber e iv) o grau de comprometimento do falante pode ser avaliado em relação ao nível da organização estrutural da frase em que atua o modalizador (DALL'AGLIO-HATTNER, 1995).

Como já foi dito, Casseb-Galvão (2001b, p. 583) afirma que “a língua pode ter um sistema evidencial original ou, dependendo, dentre outras coisas, da necessidade comunicativa, esse sistema pode vir a se desenvolver no decorrer do tempo”. Diante dessa afirmação, a autora propõe a noção de desenvolvimento do sistema evidencial do português brasileiro a partir das necessidades comunicativas ocorrentes nesta língua.

Segundo Casseb-Galvão (2001a), a explicitação dos processos envolvidos no desenvolvimento da expressão “diz que” como operador evidencial atestam a fluidez de novos usos no sistema linguístico do português brasileiro e faz visível o princípio da gramática emergente. Assim, a autora, conclui que os novos usos do “diz que” indiciam que o sistema evidencial gramatical do português brasileiro está em desenvolvimento a partir de um processo de gramaticalização (CASSEB-GALVÃO, 2001a). Diante desse contexto, destaca-se que a gramaticalização consiste em um processo de variação e mudança linguística, em que as gramáticas das línguas naturais, por não estarem totalmente completas, modificam-se através dos usos linguísticos (FURTADO DA CUNHA, 2003; HOPPER, 1987).

Nesse sentido, entende-se que o processo de gramaticalização viabiliza e estabelece o desenvolvimento do sistema evidencial do português brasileiro, em que itens lexicais ou expressões linguísticas tornam-se evidenciais que se gramaticalizam a partir dos usos linguísticos (CASSEB-GALVÃO, 2001a). Em consonância com a noção de que a evidencialidade pode emergir de processos de gramaticalização, os trabalhos De Haan (1997b) e De Haan (1999b), em relação à análise do holandês, mostram que o verbo *moeten* se desenvolveu em um evidencial para a maioria dos falantes de holandês, demonstrando assim que a evidencialidade também pode ocorrer através da gramaticalização (DE HAAN, 1997b; DE HAAN, 1999b).

Gonçalves (2003) afirma que, em relação às categorias semântico-pragmáticas da evidencialidade e da modalidade epistêmica, envolvidas no processo de gramaticalização do verbo “parecer”, tendo em vista que o português brasileiro possui evidenciais gramaticais, é possível observar a influência do processo de gramaticalização para a evidencialidade nessa língua, começando pelo nível mais baixo da hierarquia proposta para esse domínio, ou seja, pela marcação da evidencialidade indireta que, no atual estágio de mudança, ainda se entrecruza

com a modalidade epistêmica. Logo, destaca-se que através do estudo da gramaticalização do verbo “parecer”, é possível indicar que o sistema evidencial português brasileiro ocorre por meio da gramaticalização de um item lexical ou gramatical, uma vez que essa língua não apresenta manifestação morfológica de evidencialidade (GONÇALVES, 2003).

Dando continuidade aos estudos de evidencialidade, Gonçalves (2004) apresenta uma descrição dos diferentes padrões de uso do verbo “parecer” no português brasileiro, em que o autor, baseando-se no processo de gramaticalização, conclui que o contínuo de mudança dos cinco usos de “parecer” reflete uma hierarquização de aumento de gramaticalidade que enfatiza o aspecto da categoricidade de formas pela gramaticalização, mostrando assim uma relação entre evidencialidade e modalidade epistêmica. Um dos resultados do pesquisador que demonstra isso é a constatação de que:

Em termos semânticos, o esquema cognitivo que sustenta o uso da forma fonte (parecer₁) dá lugar aos valores epistêmicos e evidenciais, presentes nos demais usos, alteração semântica assentada num sistema metafórico estruturado, em que significados baseados numa situação externa (parecer_{1,2}) passam a significados baseados numa situação interna (avaliativa, perceptual, cognitiva) (parecer₂), que, por sua vez, passam a significados cada vez mais baseados na atitude subjetiva do falante (parecer_{3,4,5}). (GONÇALVES, 2004, p. 210)²⁶.

Desse modo, através dos trabalhos de Gonçalves (2003, 2004), entende-se que a manifestação da evidencialidade no português brasileiro ocorre associada à gramaticalização, a qual constitui um processo em que um item lexical se torna um item gramatical e um item gramatical transforma-se mais gramatical do que já era (CASSEB-GALVÃO, 2001a; GONÇALVES, 2003, 2004; HOPPER; TRAUGOTT, 1993, 2003).

Na sequência da análise de “diz que” para o estudo da evidencialidade iniciada em Casseb-Galvão (2001a), Casseb-Galvão (2004) em seu trabalho sobre a gramaticalização de “diz que”, que passou de predicação matriz para operador evidencial, demonstrou que no aspecto semântico que no estabelecimento de “diz que” enquanto categoria funcional, mais especificamente, como um operador evidencial, houve um processo de dessemantização da

²⁶ Gonçalves (2004, p. 196) apresenta os seguintes exemplos para ilustrar os usos de “Parecer”: **Parecer₁: (predicado verbal):** Você parece um pouco aquela menina – como é? ... a Glória Pires. **Parecer₂: suporte de predicação / operador modal):** [E e F vêm falando sobre a política nacional] E: o senhor me parece uma pessoa bem politizada mesmo, né? (TEN/31). **Parecer₃: (predicado de atitude proposicional):** aí a gente tava lá na sala, entre a sala e a cozinha lá tinha um corredor, a gente tava sentado no sofá, [o pano de prato parece que se mexeu], sei lá, ele cismou que viu um gato correndo pela cozinha. (TEN/02). **Parecer₄: (quase-satélite atitudinal):** hoje pode-se fazer o [casamento] religioso com efeitos civis e tal... então mas no/ [nós nos casamos no civil... parece que de manhã... assim por volta de... dez e meia onze horas por aí]. (NURC/RJ/SET/71). **Parecer₅: (satélite atitudinal):** Esse homem que não é ou não se diria ser um homem RICO é um trabalhador simples ... ele mora decentemente ... não sei se ganha bem ... [me pa-re-ce se eu bem entendi o salário mínimo é trezentos dólares o que está muito acima do salário mínimo brasileiro] (NURC/RJ/SET/27).

forma fonte, através da transferência conceptual do mundo real, [+ concreto], para o mundo do discurso, [+ abstrato]. Sobre isso, a autora cita o seguinte exemplo: “João Grilo: você vem com uma história dessas e depois se queixa porque o povo diz que você é sem confiança. (LD). Citativo (ii) - Evidência indireta, voz coletiva identificada” (CASSEB-GALVÃO, 2004, p. 170). Já no plano morfossintático, segundo a pesquisadora, deu-se a reanálise dos elementos constitutivos da expressão, que por sua vez, resultou em uma reestruturação na configuração enunciativa. Desse modo, o “diz que” sendo uma unidade funcional, a ordem dos seus componentes tende a ser fixa e, assim, invertê-la significa alterar toda a constituição linguística dessa expressão. Essa fixidez na ordem decorre da justaposição, uma das propriedades dos itens em gramaticalização incipiente. À medida que o processo segue, dá-se a coalescência, que envolve cliticização e / ou afixação (CASSEB-GALVÃO, 2004).

Desse modo, a autora conclui que o reconhecimento do “diz que” como integrante da categoria evidencial implica em um fortalecimento no paradigma das qualificações proposicionais no Português Brasileiro. Assim, a pesquisadora afirma que os novos usos do “diz que” indiciam que o sistema evidencial gramatical no Português Brasileiro está em desenvolvimento por meio de um processo de gramaticalização (CASSEB-GALVÃO, 2004). Diante desse quadro destaca-se que os estudos de Casseb-Galvão (2001a, 2004) e Gonçalves (2003, 2004) têm em comum a noção de que pode está em processo de emergência usos mais gramaticais do “parecer” e do “diz que” no Português Brasileiro.

Diante desse contexto, destaca-se que embora os trabalhos Casseb-Galvão (2001a, 2004) e Gonçalves (2003, 2004) tenham apresentado importantes contribuições para a manifestação da evidencialidade no português brasileiro, eles não investigaram o fenômeno evidencial por meio de um gênero textual específico, mas analisaram-no através de expressões linguísticas como “diz que” (CASSEB-GALVÃO, 2001a) ou termos como “parecer” (GONÇALVES, 2003, 2004). Sem dúvida isso gerou lacunas teórico-metodológicas para a identificação e a análise da evidencialidade no português brasileiro contemporâneo através de itens lexicais ou gramaticais em um gênero textual específico, tendo em vista que o propósito comunicativo e a situação enunciativa de gênero em questão se relacionam a expressão evidencial.

Desse modo, destaca-se o trabalho pioneiro de Carioca (2005), o qual analisou a ocorrência da evidencialidade no português brasileiro em um gênero de texto específico, que foi o gênero textual dissertação de mestrado. No caso, o trabalho de Carioca (2005) sobre a manifestação da evidencialidade nas dissertações acadêmicas do português brasileiro contemporâneo, em seus resultados, verificou os efeitos de sentido relacionados à utilização de

meios de expressão evidencial na construção da argumentação nas dissertações analisadas, comprovando que a evidencialidade no discurso acadêmico é mais utilizada para promover um baixo comprometimento, tendo o verbo como o meio linguístico mais utilizado e as noções evidenciais inferencial e citativa como as mais frequentes. Logo, a pesquisadora descreveu a evidencialidade no português brasileiro contemporâneo através de itens lexicais ou gramaticais considerando que o sistema evidencial brasileiro não apresenta morfemas que expressam a evidencialidade (CARIOCA, 2005).

O trabalho de Vendrame (2005) sobre a expressão da evidencialidade em construções complexas em artigos científicos primários demonstrou que, nas introduções, o alto percentual de evidencialidade relatada favorece para a inserção do trabalho em um domínio específico do conhecimento e para a construção da imagem de especialista. A pesquisadora expõe que na seção destinada à apresentação dos resultados/discussão, há uma prevalência de evidencialidade relatada definida, o que mostra que os resultados obtidos nesses textos, em grande medida, são baseados em informações de outros pesquisadores, porém há também um alto percentual de evidencialidade inferida, que indica que os autores dos artigos expõem seus resultados, muitas vezes, de uma forma relativizada, protegendo-se de uma possível crítica quanto à validade de seus resultados. Nas conclusões dos artigos analisados, o maior uso da evidencialidade inferida mostra que nesta seção os cientistas assumem que as ideias e os conhecimentos gerados são seus (VENDRAME, 2005).

Casseb-Galvão (2007) em seu trabalho sobre a incidência da negação como critério de distinção de um paradigma evidencial gramaticalizado no Português Brasileiro, demonstrou que a negação é “uma dimensão operacionalmente relevante para a descrição de um paradigma evidencial gramaticalizado no português do Brasil, conforme se verificou para os usos não-predicativos de “diz que”” (CASSEB-GALVÃO, 2007, p. 16). Além disso, a pesquisadora destaca o reconhecimento de operadores evidenciais do nível da proposição, indicadores da origem do conhecimento asseverado na proposição, demonstrando assim fortes indícios de que o paradigma evidencial no Português Brasileiro se desenvolve por meio do processo de gramaticalização e se estabelece como categoria gramatical independente da modalidade (CASSEB-GALVÃO, 2007).

O trabalho de Lucena (2008) sobre a expressão da evidencialidade no discurso político: uma análise da oratória política da Assembleia Legislativa do Ceará revelou que na construção da argumentação do discurso político, externa ao eixo do enunciador, predominou-se a utilização de marcas evidenciais do tipo relatado de fonte definida, comprovando que o político não quer se comprometer com a informação exposta, fazendo assim que o interlocutor tenha a

possibilidade de buscar a validade da informação apresentada conforme a qualidade da fonte manifestada.

A pesquisadora verificou que as marcas evidenciais (experienciais, inferenciais e subjetivas) atinentes ao eixo do enunciador, embora tais marcas tenham ocorrido em menor quantidade, constituem estratégias importantes na construção das imagens legitimadoras da ação política, já que o enunciador (político) se mostra como alguém convicto de suas ideias e projetos. A autora também destaca que, em relação aos aspectos morfossintáticos da evidencialidade, o meio de expressão mais frequente nessa categoria é o verbo, o qual, predominantemente, ocupa uma posição intercalada entre a fonte e o conteúdo exposto (LUCENA, 2008).

O trabalho de Santos (2008) demonstrou que, nos textos acadêmicos, a frequência de modalizadores epistêmicos no nível da predicação foi bem mais alta que a frequência de modalizadores no nível da proposição por causa das características do gênero textual analisado (artigo acadêmico). A autora explica que isso decorre devido ao fato de que o artigo acadêmico deve transparecer objetividade e imparcialidade. Já nas entrevistas orais, a análise demonstrou que a frequência de ocorrência de modalizadores epistêmicos sobre a proposição foi maior, confirmando, desse modo, a hipótese de que discutir e avaliar as descobertas já publicadas favorece um grau de comprometimento maior por parte do falante (SANTOS, 2008).

Na continuidade dos resultados do estudo de Santos (2008), destaca-se que, em relação aos tipos evidenciais, a análise demonstrou que a evidencialidade predominante no texto acadêmico foi a relatada, já que o autor do texto acadêmico, em geral, deve se basear na autoridade de uma fonte que apresenta prestígio. No entanto, nas entrevistas, houve uma maior frequência de ocorrências de evidencialidade inferida. Isso pode ser explicado devido ao fato do falante ser a fonte da informação, quando não tinha certeza a respeito da validade de suas afirmações ou não dispunha de dados suficientes para uma afirmação categórica, preferia marcar a dúvida como sua para preservar a face (SANTOS, 2008).

Na sequência da descrição da manifestação da evidencialidade no português brasileiro, destaca-se o trabalho de Carioca (2009) sobre a evidencialidade em textos acadêmicos de grau do português brasileiro contemporâneo, em que comprovou-se uma predominância do efeito baixo comprometimento na construção dos três gêneros de trabalhos acadêmicos analisados pela autora: monografia, dissertação e tese, destacando-se que a diferença entre baixo e alto grau de comprometimento é praticamente a mesma nos três gêneros. A pesquisadora também destaca que em relação aos aspectos semânticos predominou-se a fonte externa definida,

indireta e relatada, a qual foi expressa através dos verbos *dicendi*, os quais se intercalam entre a fonte e o conteúdo asseverado (CARIOCA, 2009).

O estudo de Vendrame (2010) sobre a expressão lexical da evidencialidade manifesta a partir de verbos de percepção na língua portuguesa, demonstrou que a identificação de quatro tipos evidenciais codificados pelos verbos investigados: evidencialidade reportativa, expressa pelos verbos ver e ouvir, evidencialidade inferida, deduzida e direta, esses três tipos evidenciais foram codificados pelos verbos ver, ouvir e sentir. Conforme a autora a noção de que um mesmo verbo pode expressar diferentes tipos de evidencialidade implicou no fato de que na análise dos tipos evidenciais foi necessário considerar a influência dos fatores sintáticos, semânticos e pragmáticos nesses tipos de evidencialidade (VENDRAME, 2010).

Desse modo, Vendrame (2010) expõe que os aspectos sintáticos das estruturas em que os verbos ver, ouvir e sentir são utilizados com valor evidencial, foram identificados quatro tipos de construções sintáticas diferentes que codificaram os tipos evidenciais: a) duas expressões linguísticas, cada uma composta por uma oração nos tipos evidenciais reportativa, inferida e deduzida; ii) uma expressão linguística composta por oração principal e oração subordinada adverbial conformativa nos tipos evidenciais reportativa, inferida e deduzida; iii) uma expressão linguística composta por oração principal e oração subordinada completiva nos tipos evidenciais reportativa, inferida e direta e iv) uma expressão linguística composta por uma oração simples no tipo evidencial direta.

A pesquisadora explicita que na análise dos fatores semânticos se demonstrou que as diferenças entre os tipos evidenciais se refletem em diferentes camadas e que existem algumas restrições na localização temporal dos verbos que ocorrem nas estruturas evidenciais dependendo do tipo evidencialidade. Já os aspectos pragmáticos demonstraram as organizações estratégicas distintas disponíveis ao falante para a expressão da fonte da informação e para o modo como ela foi obtida (VENDRAME, 2010).

De forma semelhante, ao trabalho de Vendrame (2010), a pesquisa de Vendrame-Ferrari (2012) que analisou quais tipos evidenciais são codificados por orações complexas com os verbos ver, ouvir e sentir, demonstrou que a descrição semântica dos tipos evidenciais expressos pelos verbos de percepção pode ser apresentada da seguinte maneira: i) evidencialidade reportativa: codificada pelos verbos ver e ouvir; ii) evidencialidade inferida: codificada pelos verbos ver, ouvir e sentir e iii) evidencialidade direta: codificada pelos verbos ver, ouvir e sentir. No que diz respeito aos aspectos sintáticos das orações complexas em que os verbos ver, ouvir e sentir são utilizados com valor evidencial, a estrutura é composta por uma expressão

linguística composta por oração principal e oração subordinada completiva (VENDRAME-FERRARI, 2012).

Desse modo, a pesquisadora através de seus trabalhos Vendrame (2010) e Vendrame-Ferrari (2012), conclui que através da compreensão dos aspectos sintático-semânticos e pragmáticos, os verbos ver, ouvir e sentir são formas de expressão da evidencialidade bastante produtivas em língua portuguesa.

Continuando a exposição sobre a descrição da manifestação da evidencialidade no português brasileiro, destaca-se o estudo de Silva (2013) sobre a expressão da evidencialidade no português escrito do século XX no contexto de gêneros textuais, em que demonstrou-se que no nível representacional, na maior parte dos casos, o falante ao mesmo tempo apresenta a fonte da informação quanto designa o modo de obtenção dessa informação.

Silva (2013) também destaca que em relação ao nível morfossintático, a expressão linguística – formada por duas orações – e o sintagma preposicional representam os meios mais frequentes da evidencialidade. A autora ainda sugere entre as categorias cognitivo-pragmáticas e a codificação da evidencialidade ocorre um alinhamento, baseado na escolha pela ordem direta do enunciado evidencial, que é representado através de uma expressão linguística estabelecida pela fonte da informação, por um verbo de elocução de valor axiológico não marcado e pelo conteúdo afirmado na forma de discurso indireto (SILVA, 2013).

No que diz respeito à manifestação da evidencialidade do português brasileiro, mais especificamente, na fala de guineenses residentes no Brasil, Carioca (2015, p. 143, 144) conclui que:

O processo de assimilação das unidades linguísticas que particularizam o português brasileiro está se consolidando entre os guineenses residentes no Brasil com mais de seis meses. Outro resultado percebido é que o nível evidencial (\pm comprometimento) observado na amostra explícita que os estudantes de Guiné-Bissau, com tempo de permanência no Brasil de menos de seis meses, consolidam na veiculação de suas informações um efeito de sentido de alto comprometimento com o que é dito, enquanto aqueles que já estão residindo em território brasileiro há mais de seis meses revelam, em suas falas, um efeito de sentido que projeta um envolvimento amenizado do falante/produtor textual com a informação produzida, já que a veicula como se o comentário não fosse dele, utilizando marcas evidenciais que promovem um abrandamento da responsabilidade com o que está sendo dito. (CARIOCA, 2015, p. 143, 144).

Logo, a partir do trabalho de Carioca (2015) percebe a noção evidencial de grau de comprometimento do falante ou escritor acerca das informações expostas em seu texto. A pesquisadora demonstrou que os guineenses que tinham um tempo de permanência no Brasil menor que seis meses manifestaram um alto grau de comprometimento acerca do que foi dito,

enquanto que aqueles que estavam no país há mais de meses demonstraram um engajamento atenuado em suas falas ou produções escritas (CARIOCA, 2015).

Carioca (2016) em seu trabalho sobre a motivação metafórica na gramaticalização do marcador evidencial de acordo com, demonstrou que a motivação metafórica estabelecida na gramaticalização da expressão “de acordo com” como item evidencial advém da especificidade do ato formal de um acordo como o entendimento entre as partes, só que especificando uma das partes, no caso o autor citado no texto, estabelecendo um afastamento da responsabilidade (grau de comprometimento) em relação ao que foi dito por parte do produtor textual. Desse modo, a expressão “*de acordo com*”, expressa uma afirmação asseverada não a partir do autor do texto, mas de alguém especializado no assunto que está sendo tratado no momento.

A pesquisadora também demonstrou que a mudança linguística que afeta o conteúdo semântico da expressão “*de acordo com*” tem relação com a metáfora, por ser compreendida como um processo de transferência semântica, em que se estende, a novos contextos, a utilização de uma forma ou expressão pela relação de similaridade, convencionalizadas pelo discurso acadêmico mediante o uso em citações diretas. Desse modo, a convenção acadêmica também colaborou para a motivação metafórica do marcador evidencial “*de acordo com*” (CARIOCA, 2016).

Carioca (2018) constatou que, pela integração dos aspectos sintáticos, semânticos e pragmático-discursivos, os efeitos de sentido relacionados à utilização de meios de expressão da evidencialidade na elaboração da argumentação dos textos acadêmicos de grau do português brasileiro contemporâneo contribuem para que a atenuação da responsabilidade seja feita de forma discreta, indicando que algo não está sendo dito de forma categórica. A autora afirma que o uso discursivo da evidencialidade, nos textos analisados em sua pesquisa, foi apresentado como uma estratégia para obtenção de um efeito de sentido a ser apreendido pelo leitor, em que o produtor textual pode, de forma intencional, mostrar ou não a fonte da informação exposta. Nessa ação de demonstrar ou não a fonte da informação, o elaborador textual usa níveis de comprometimento acerca do que ele diz (CARIOCA, 2018).

Hattner (2018), em trabalho sobre a expressão lexical da evidencialidade: reflexões sobre a dedução e a percepção de evento, demonstrou que as diferenças semânticas entre os subtipos percepção e dedução também se refletem na combinatória entre evidencialidade e tempo, confirmando a ordem hierárquica prevista pelo modelo para a expressão gramatical da evidencialidade. A pesquisadora também mostrou que a simultaneidade entre a ocorrência do evento e a sua percepção pelo falante define a percepção de evento, enquanto que a dedução

pressupõe necessariamente uma distância temporal ou espacial entre o evento relatado e o evento percebido na expressão lexical da evidencialidade (HATTNER, 2018).

Silva (2020a), em seu trabalho sobre a expressão lexical da dedução e da inferência em língua portuguesa, demonstrou os seguintes resultados: i) o subtipo evidencial inferência é manifestado em um número maior de padrões morfossintáticos do que o subtipo dedução; ii) ocorreu uma preferência da dedução por verbos de percepção, viabilizada pela relação dessa classe de verbo com o tipo evidencial manifestado no raciocínio dedutivo, uma percepção sensorial e iii) verificou-se que os subtipos evidenciais inferência e dedução interagem de forma diferente com outras categorias semânticas como tempo e modo na expressão da evidencialidade.

Continuando a exposição sobre os trabalhos sobre a descrição da manifestação da evidencialidade, destaca-se a pesquisa de Silva (2020b) sobre as diferenças na complementação de verbos evidenciais na expressão da dedução e da percepção de evento em língua portuguesa, que evidenciou que a percepção de evento é caracterizada, semanticamente, pela simultaneidade entre a percepção e o evento percebido, enquanto que a dedução é caracterizada por um distanciamento temporal e/ou espacial entre a dedução e o evento deduzido. O pesquisador ainda destaca que apenas a oração que veicula a percepção de evento é achada com complementos não oracionais que codificam unidades semânticas de núcleo lexical. O complemento oracional da dedução parece ser sempre finito, enquanto que o da percepção de evento é prototipicamente não finito. Os evidenciais de percepção e de dedução de evento são encontrados somente no passado e no presente (SILVA, 2020b).

No que se refere à manifestação da evidencialidade no discurso jornalístico, destaca-se o estudo de Lourenço e Hirata-Vale (2015) sobre a expressão da evidencialidade nos gêneros jornalísticos artigo de opinião, editorial e notícia do jornal (*Folha de S.Paulo*), que demonstrou que, nos artigos de opinião, em relação aos tipos evidenciais, houveram uma predominância dos evidenciais reportativos e inferenciais, tendo por sua vez mais evidenciais reportativos. Os evidenciais reportativos são em maioria de fonte definida, que segundo as autoras, isso consiste em uma estratégia do autor artigo para ganhar credibilidade, ao mesmo tempo em que relativiza seu comprometimento com o enunciado. Em relação aos evidenciais inferenciais, os autores do artigo de opinião gozam de autonomia para trazer sua voz ao texto, expondo seus argumentos de maneira livre, fazendo que seus textos também estejam recheados de inferências, em que o autor faz previsões, baseando-se em fatos observáveis. Sobre a forma de expressão evidencial, observou-se que o verbo, as locuções prepositivas ou sintagmas nominais preposicionados são

os meios de expressão mais predominantes tanto na evidencialidade reportativa quanto na evidencialidade inferencial (LOURENÇO; HIRATA-VALE, 2015).

Nos editoriais que o enunciador desse tipo de texto ainda se permite fazer inferências (assemelhando-se aos artigos de opinião), assumindo as ideias e argumentos expostos como seus (do jornal), no entanto, continua se respaldando na voz de uma terceira pessoa, trazendo muitos evidenciais relatados, em que nem todas as suas fontes são identificáveis devido à credibilidade cristalizada do jornal e ao fato de que os editoriais representam a opinião do jornal, fazendo assim que os enunciadores desses textos sejam respaldos pela imagem do jornal. Semelhantemente como nos artigos de opinião, nos editoriais, os meios de expressão de evidencialidade mais prevalentes nos evidenciais reportativos e inferenciais são o verbo e as locuções prepositivas (LOURENÇO; HIRATA-VALE, 2015).

Segundo as pesquisadoras, nas notícias apresentou-se o maior número de marcadores evidenciais, dentre os três gêneros analisados, tendo a maioria de evidenciais reportativos. Sabe-se que notícias devem manifestar objetividade e imparcialidade, em que sua função é somente transmitir o evento ou acontecimento, devido a isso os evidenciais reportativos com mais frequência e sendo em sua maioria de fonte identificável. Semelhante ao encontrado nos artigos de opinião e editoriais, os meios de expressão dos evidenciais predominantes encontrados nas notícias são: verbo, locuções prepositivas e sintagmas nominais preposicionados (LOURENÇO; HIRATA-VALE, 2015).

Outro trabalho em que investigou a evidencialidade em gêneros jornalísticos foi a pesquisa de estudo de Vidal, Prata e Silva (2018) sobre a evidencialidade em colunas jornalísticas escritas em espanhol, demonstrou a predominância da evidencialidade reportativa de fonte definida e da evidencialidade inferencial, em que o colunista manifesta-se como a fonte da informação. Segundo os autores esse resultado tem relação com os efeitos pretendidos no gênero coluna. Nesse sentido, esse gênero jornalístico além de viabilizar a responsabilidade em relação às fontes apresentadas por parte do colunista, constitui-se como um contexto discursivo-pragmático favorável para a manifestação das opiniões do colunista, que, em tom pessoal, revela sua visão de mundo. No que tange aos aspectos morfossintáticos, verificou-se que o verbo é a marca mais frequente de expressão de evidencialidade, ocupando, em geral, a posição medial na “expressão linguística” (VIDAL; PRATA; SILVA, 2018).

Miranda (2021) em sua pesquisa sobre a expressão das evidencialidades reportativa e citativa no discurso jornalístico, demonstrou que o tipo de discurso usado em cada evidencial mostra que a citação é obrigatoriamente expressa por meio do discurso direto, diferentemente disso, a reportatividade pode ser expressa por discurso indireto e misto.

Segundo a autora, em relação as características semânticas, a reportatividade, expressa por uma estrutura menos fixa do que a citação, permite que o falante utilize um leque maior de escolhas semânticas do verbo evidencial, fazendo assim que ele possa utilizar verbos que expressam sua concordância/discordância com o enunciado. No que se refere às características morfossintáticas, observa-se que a reportatividade é expressa majoritariamente por período único, com oração encaixada em predicado com verbo *dicendi*. Já nas citações, o número de múltiplas orações e múltiplos períodos no conteúdo relatado é sempre maior, em que o jornalista expressa a totalidade da fala da fonte (MIRANDA, 2021).

A pesquisadora apresenta que a posição prototípica de cada evidencial sobre o conteúdo relatado também é distinta. Na citação, o evidencial ocorre preferencialmente depois do conteúdo citado, enquanto que na reportatividade, o uso do evidencial, de um modo geral, ocorre intercalado, no interior do conteúdo reportado (MIRANDA, 2021).

CAPÍTULO 3 – O GÊNERO TEXTUAL ARTIGO DE OPINIÃO

Nesta seção, expõe-se a definição e descrição do artigo de opinião e sua relação com a manifestação da evidencialidade.

3.1 Discurso jornalístico

À luz da Análise do Discurso Francesa (AD), segundo Pêcheux (1995), a linguagem relaciona-se a fatores sociais e históricos de um dado momento. Nesse sentido, destaca-se que a linguagem não é neutra, mas na realidade é ideológica, na qual pode-se ou deve-se manifestar pontos de vista e práticas sociais por meio dos processos discursivos, uma vez que “todo processo discursivo inscreve numa relação ideológica de classes” (PÊCHEUX, 1995, p. 92). Desse modo, para se conceituar discurso, Maingueneau (2008, p. 15), define que o discurso consiste na “dispersão de textos cujo modo de inscrição histórica permite definir como um espaço de regularidades enunciativas”. Esse autor também expõe que o discurso é “um sistema de regras que define a especificidade de uma enunciação” (MAINGUENEAU, 2008, p. 19)

No que se refere ao discurso jornalístico enquanto um campo de regularidades enunciativas, Schwaab e Zamin (2014, p. 50) afirmam que essa noção “deriva da concepção do fazer jornalístico como um sistema, que funciona por meio de processualidades que lhe são próprias e constituintes, sem, no entanto, serem descoladas da realidade social e nem independentes dos demais campos sociais”.

Nesse sentido, baseando-se nos conceitos e noções acerca do discurso apresentados acima, destaca-se que o discurso jornalístico é um domínio discursivo em que pode-se manifestar opiniões acerca de questões sociais a partir de crenças e ideologias do sujeito-enunciador. Também destaca-se que no discursivo jornalístico, no contexto específico do artigo de opinião, por exemplo, as estratégias textuais-discursivas dos autores dos artigos são influenciadas por aspectos pragmáticos (contextuais) da situação comunicativa, dos artigos de opinião dos jornais, que exige um posicionamento dos articulistas sobre os assuntos tratados, em um contexto em que os colunistas, a partir de seus papéis sociais, visam persuadir os leitores (interlocutores). Isso expressa a noção de que os colunistas não só podem, mas devem manifestar seu ponto de vista acerca das questões sociais tratadas nos artigos (CUNHA, 2012; LOURENÇO; HIRATA-VALE, 2015; RAMOS; BICUDO; RAIMO, 2019; VIDAL; PRATA; SILVA, 2018).

Sousa e Reis (2015, p. 98), em relação ao discurso jornalístico, afirmam que, “sem dúvida, toda opinião manifestada através dos gêneros jornalísticos revela uma carga discursiva repleta de intenções, ideologias e crenças”. Os autores também defendem que “a opinião no jornalismo contribui para o desenvolvimento da sociedade à medida que discute, questiona e cobra posicionamentos dos personagens envolvidos nas mais diversas situações do cotidiano” (SOUSA; REIS, 2015, p. 89).

Em relação à evidencialidade no discurso jornalístico, Miranda (2020, p. 1516-1517) afirma que:

o texto jornalístico, contexto no qual evidenciais, especialmente reportativos e citativos, aparecem com grande recorrência, uma vez que se busca passar uma informação que seja entendida como confiável, sendo o evidencial uma importante estratégia para empregar essa confiabilidade; além de ser uma forma de o falante se descomprometer com determinadas informações. (MIRANDA, 2020, p. 1516-1517).

Desse modo, no discurso jornalístico, a utilização de evidenciais reportativos e citativos em gêneros jornalísticos como o artigo de opinião, representa uma estratégia textual-discursiva utilizada pelos autores dos artigos para dar mais credibilidade às informações expostas e para diminuir a responsabilidade acerca do que é dito (MIRANDA, 2021).

3.2 Definição e descrição do artigo de opinião

Antes de se tratar sobre a noção de artigo de opinião, é necessário abordar as noções de gênero textual e gênero do discurso. Sobre isso, destaca-se que as noções de gênero textual e gênero do discurso, muitas vezes, são expostas como sinônimas pelos linguistas. Sobre a noção de gênero do discurso, Bakhtin (2003, p. 262) afirma que:

A riqueza e diversidade dos gêneros do discurso são infinitas porque são inesgotáveis as possibilidades da multiforme atividade humana e porque em cada campo dessa atividade é integral o repertório de gêneros do discurso, que cresce e se diferencia à medida que se desenvolve e se complexifica um determinado campo. (BAKHTIN, 2003, p. 262).

Desse modo, Bakhtin (2010) define que o gênero do discurso é formado por três elementos: o conteúdo temático, o estilo e a construção composicional. Conforme o autor, esses elementos são indissociáveis do enunciado, de uma dada esfera da comunicação humana, uma vez relativamente estabilizados.

Relacionando-se a noção de gênero do discurso e gênero textual, destaca-se que o gênero textual se manifesta e se materializa através do discurso, em um dado momento histórico, em uma situação comunicativa específica (CASSETTARI, 2012; MARCUSCHI, 2005).

A partir dessa relação entre gênero do discurso e gênero textual, destaca-se que escolheu-se adotar a noção de gênero textual nesta pesquisa devido aos objetivos propostos para este trabalho.

Marcuschi (2005, p. 19) define os gêneros textuais como “entidades sociodiscursivas e formas de ação social incontornáveis de qualquer situação comunicativa”. Assim, destaca-se que os gêneros de texto representam atividades verbais que se estabelecem em situações comunicativas específicas. Conforme Marcuschi (2008, p. 154) “a comunicação verbal só é possível por algum gênero textual”. Desse modo, destaca-se dois pontos: i) os gêneros textuais são muito importantes pelo fato da comunicação verbal só acontecer através deles e ii) existem diversos gêneros textuais que são manifestados na atividade humana da comunicação nas mais diversas situações comunicativas (MARCUSCHI, 2008).

Os gêneros textuais, fazendo parte da atividade humana da comunicação, se estabelecem através de propósitos comunicativos, de uma situação comunicativa estabelecida e de um dado momento sócio-histórico, pois segundo Marcuschi (2008), para a noção de gênero textual, predominam os critérios de padrões comunicativos, ações comunicativas, propósitos e inserção sócio-histórica.

Para Marcuschi (2010), os gêneros textuais são “maleáveis”, em que são criados e usados conforme a necessidade comunicativa do indivíduo. Assim, entende-se que com o avanço das diferentes formas de comunicação humana, surgem diversos gêneros textuais a partir dessas necessidades comunicativas.

Dentre os gêneros textuais existentes, destaca-se o gênero textual artigo de opinião, que de acordo com Rangel, Gagliardi e Amaral (2019), pode ser definido como um gênero textual constitutivamente argumentativo. A publicação deste gênero ocorre em jornais, revistas e na internet, tendo a assinatura de um articulista, o qual que defende uma opinião (tese) acerca de uma determinada questão polêmica. Segundo Silva, Barros-Mendes e Gomes (2014, p. 101), “o artigo de opinião é um gênero pertencente ao domínio jornalístico, presente em seções de opinião de revistas e jornais impressos ou virtuais”. Conforme Araújo e Silva (2015), o conceito de artigo de opinião varia conforme as especificidades dos jornais e revistas de cada país, podendo ser denominado como “artigo”, “coluna”, “artigos curtos” ou “comentário”.

Ainda em relação às considerações iniciais sobre o artigo de opinião, destaca-se que “o artigo de opinião geralmente é encontrado em revistas e em jornais; é um gênero marcado por

expressar a tese/opinião do seu autor. A tese é uma hipótese escolhida pelo articulista, que considera a possibilidade de comprová-la, por isso o lugar que o observador ocupa é único” (RAMOS; BICUDO; RAIMO, 2019, p. 96). Desse modo, o articulista enquanto observador dos fatos e assuntos sociais, constrói seu ponto de vista sobre eles e manifesta sua tese/opinião no artigo de opinião afim de que possa comprová-la através de argumentos (RAMOS; BICUDO; RAIMO, 2019).

Com o artigo de opinião, através de argumentos, se objetiva influenciar o interlocutor acerca de uma determinada tese exposta. Nesse sentido, aquele que argumenta procura realizar uma argumentação objetivando a persuasão de seu interlocutor tendo em vista que o processo argumentativo é resultante da associação de diferentes componentes e estratégias discursivas (CHARAUDEAU, 2008, 2016).

De acordo com Almeida (2012, p. 113), “o artigo de opinião é um exemplar da sequência textual argumentação, porque direciona a atividade verbal para o convencimento do outro”. Ainda sobre a noção de artigo de opinião, Nascimento (2016, p. 28) afirma que o gênero “é formado por elementos prototípicos como a tese, os argumentos de variados tipos e a conclusão”.

O artigo de opinião é um gênero textual em que se manifesta o objetivo de persuadir o interlocutor acerca de uma tese exposta através de argumentos. Nesse sentido, Nascimento (2016, p. 28) afirma que “todo texto argumentativo tem uma intenção persuasiva, pois, não existe texto sem intenção. Para que o autor do artigo de opinião defenda sua tese, sua ideia central e para que nessa defesa o leitor seja convencido, o autor do texto utiliza argumentos”.

Desse modo, ao utilizar argumentos para se persuadir o leitor, o autor do artigo de opinião manifesta um ponto de vista sobre um determinado assunto, ou seja, aquele que argumenta no artigo de opinião manifesta um posicionamento crítico acerca da temática abordada no artigo. Conforme Almeida (2012, p. 111), o artigo de opinião “apresenta exemplares de textos analíticos que expressam o raciocínio e o juízo de valores de uma determinada pessoa”.

Segundo Santos e Melo (2012, p. 625), o artigo de opinião “como o próprio nome já diz, é um gênero textual em que o autor expõe seu posicionamento diante de algum tema atual e de interesse de muitos”. Conforme as autoras, uma característica muito peculiar do artigo de opinião é a persuasão, que consiste na tentativa do emissor de convencer o destinatário – no caso desse gênero, o leitor – a adotar a opinião apresentada. Por essa razão, é comum presenciarem-se descrições detalhadas, apelo emotivo, acusações, modo, ironia e fontes de informações. O

artigo de opinião é bem presente na imprensa, em que através dele são manifestadas opiniões concretas sobre assuntos da atualidade (SANTOS; MELO, 2012).

Segundo David e David (2021), o artigo de opinião se vale da argumentação para analisar, avaliar e responder a uma questão controversa, expondo a opinião de um articulista acerca de um tema atual de ordem social, econômica, política ou cultural, relevante para os leitores. Correia (2018, p. 11) acredita que “o artigo de opinião possa exercer um papel de destaque para a sociedade atual. É um gênero pertencente à esfera jornalística, circulando em revistas, jornais”, entre outros.

De acordo com Castellani e Barros (2018, p. 203), “o gênero textual “artigo de opinião” é um gênero opinativo, característico da esfera jornalística, que permite ao seu autor explicitar e defender sua opinião sobre um determinado assunto polêmico de ordem social”. Castellani e Barros (2018) também defende que o artigo de opinião, por ser um gênero opinativo, trata de assuntos considerados como polêmicos, os quais possibilitam opiniões e posicionamentos diferentes, defesas e argumentações.

Para Castellani e Barros (2018), a questão polêmica dos artigos de opinião estabelece a manifestação do discurso, inquietando assim o articulista a escrever o seu texto. Logo, sem as questões polêmicas, não há motivação para se escrever um artigo de opinião, pois são elas que geram discussões tendo em vista que há diferentes pontos de vista circulando sobre os assuntos que as envolvem. Desse modo, “o universo temático do gênero artigo de opinião é povoado por fatos atuais e polêmicos” (CUNHA, 2012, p. 76).

Desse modo, “o artigo de opinião permite ao autor se posicionar contra ou a favor de uma questão polêmica, de maneira implícita ou explícita em seu texto, e, assim, defender sua “tese”, ou seja, aquilo que ele acredita, a partir de argumentos convincentes para que convença o seu leitor” (CASTELLANI; BARROS, 2018, p. 204). Segundo Melo (2015, p. 73) “o artigo de opinião é um gênero que visa defender um posicionamento sobre uma determinada temática, o qual relaciona um ponto de vista de um sujeito que pode ou não concordar com o tema abordado”. A autora ainda destaca que, “dessa forma, o gênero artigo de opinião busca fazer com que o interlocutor mude a sua opinião por meio da argumentação proferida acerca de um assunto polêmico” (MELO, 2015, p. 73). Em relação aos assuntos polêmicos abordados em artigo de opinião, Cunha (2012, p. 76) afirma que “o autor não pode se limitar a simplesmente explicitar o seu ponto de vista. Mais do que isso, o autor precisa buscar modificar a visão de mundo do leitor, convencendo-o da consistência de suas opiniões”.

No artigo de opinião, baseando-se em uma questão polêmica, o autor deve deixar claro um ponto de vista assumido, buscando utilizar argumentos consistentes e bem fundamentados,

procurando explicar ao leitor (interlocutor) quais os motivos que o levaram a tomar o seu posicionamento acerca do assunto polêmico tratado e ainda deve apresentar pontos de vista de opositores da temática abordada (COSTA; RODRIGUES, 2012).

Ramos, Bicudo e Raimo (2019, p. 96) afirmam que “o artigo de opinião, em circulação social, é escrito para comentar algo que já foi dito (fato jornalístico), geralmente uma questão polêmica ou controversa. O jornalista constrói o seu discurso a partir de outros e, ao mesmo tempo, dialoga com o discurso potencial do seu leitor”. Nesse comentário o autor do artigo de opinião expressa uma tese (opinião) acerca de um determinado assunto. Essa tese representa uma hipótese que o articulista procura comprová-la através de argumentos (RAMOS; BICUDO; RAIMO, 2019). Desse modo, numa abordagem funcionalista, a construção argumentativa no artigo de opinião, se reflete em categorias pragmáticas, discursivas e contextuais, as quais são manifestadas na situação comunicativa específica do contexto discursivo jornalístico, em que os autores dos artigos, através de suas intenções, dialogam e interagem com os seus leitores (interlocutores) acerca das temáticas abordadas (SPERANÇA-CRISCUOLO, 2014).

O artigo de opinião é essencialmente dialógico, uma vez que se associa ao que já foi dito, associa-se com outros discursos. O discurso desse gênero é o argumentativo, em que o articulista busca convencer ou persuadir o interlocutor a aceitar a tese exposta sobre o assunto tratado no artigo de opinião (RAMOS; BICUDO; RAIMO, 2019). Também se destaca que “o reconhecimento social do articulista atribui credibilidade ao texto e, muitas vezes, funciona como argumento de autoridade, por isso, geralmente, o texto está assinado” (RAMOS; BICUDO; RAIMO, 2019, p. 97).

Moura e Silva (2017, p. 2) afirmam que o “artigo de opinião é um texto dissertativo em que o outro expõe seu ponto de vista diante de um fato ou tema que seja preferencialmente de interesse coletivo e atual”. O autor (articulista) deve ter em mente que ele deve responsabilizar-se pelas ideias e opiniões expostas na argumentação de seu artigo de opinião e, conseqüentemente, ele precisa atentar para a importância da veracidade daquilo que é apresentado em seu texto (MOURA; SILVA, 2017).

Em relação ao artigo de opinião, Moura e Silva (2017, p. 4) ainda expõem que:

O Artigo de Opinião tem o objetivo de contribuir para o enriquecimento cultural, assim, transmite conhecimento, novas leituras de mundo e exige conhecimento e cultura do autor. Quem lê um artigo, quer aprender mais, portanto, é imprescindível que as informações nele contidas sejam verdadeiras. (MOURA; SILVA, 2017, p. 4).

Conforme Buckta e Striquer (2015) no artigo de opinião, a predominância é a do discurso interativo, em qualquer uma das esferas, jornalística e escolar, tendo em vista que o autor se coloca no texto apresentando sua opinião/tese. Desse modo, os elementos que sinalizam a interação são, por exemplo, o uso de pronomes pessoais e possessivos de primeira pessoa do discurso, do singular ou do plural, ou a impessoalidade por meio da terceira pessoa no singular (BUCKTA; STRIQUER, 2015).

Segundo Almeida (2012, p. 113), “o artigo de opinião é um exemplar da sequência textual argumentação, porque direciona a atividade verbal para o convencimento do outro”. O autor também afirma que o artigo de opinião é um gênero discursivo que expressa o raciocínio e o juízo de valores de uma determinada pessoa (ALMEIDA, 2012). Logo, percebe-se uma consonância entre a evidencialidade e a conduta adotada pelos autores dos artigos de opinião, em que o grau de comprometimento dos articulistas associa-se ao posicionamento que eles manifestam através de opiniões e juízo de valor sobre a temática discutida em seu texto (ALMEIDA, 2012; CHARAUDEAU, 2016). No entanto, destaca-se que o grau de comprometimento não é um efeito exclusivo da evidencialidade, tendo que ele também pode ser expressado por meio da modalidade na manifestação linguística (GALVÃO, 2001; LUCENA, 2008).

CAPÍTULO 4 – METODOLOGIA

Nesta seção, apresenta-se o percurso teórico-metodológico escolhido e utilizado nesta pesquisa considerando as nuances para a sua realização.

4.1 Tipo de pesquisa

Este trabalho, a partir de seus objetivos, caracteriza-se como uma pesquisa de natureza descritiva, assim como apresenta uma abordagem quali-quantitativa ou mista.

A pesquisa descritiva consiste na descrição e análise das características e funcionamento de um determinado fenômeno ou fato estudado (GIL, 2010, 2011, 2017; LAKATOS, 2007). Desse modo, essa pesquisa é descritiva porque nela se realizou uma descrição da manifestação da evidencialidade a partir de suas características e funcionalidade, objetivando assim ampliar os estudos sobre esse fenômeno linguístico no português brasileiro contemporâneo.

Em relação à abordagem quali-quantitativa, Souza e Matiazzi (2019, p. 9) afirmam que:

O objetivo da pesquisa quali-quantitativa é mensurar informações. As informações levantadas assumem uma forma estatística, deste modo ficará a critério do pesquisador o modo em que os resultados serão expostos, como por exemplo, gráficos e tabelas. Por meio deste método, os dados sobre as características do objeto de pesquisa serão mensurados e analisados (SOUZA; MATIAZZI, 2019, p. 9).

Logo, destaca-se que essa pesquisa apresenta uma abordagem quali-quantitativa ou mista porque nela se descreveu a manifestação da evidencialidade por meio da utilização de marcas evidenciais nos artigos de opinião analisados, assim como também se validou quantitativamente essa descrição por meio de dados estatísticos, os quais foram obtidos a partir das ocorrências geradas na pesquisa.

4.2 Método de abordagem

As análises deste trabalho se basearam no método hipotético-dedutivo considerando que nessa pesquisa propõem-se hipóteses para a solução de algumas questões-problema.

O método hipotético-dedutivo foi proposto em crítica ao método indutivo por Karl Popper (1975). Segundo o autor no método hipotético-dedutivo se busca tentar solucionar um determinado problema através de conjecturas, hipóteses e teorias. Assim, o método de Popper

propõe o falseamento das teorias analisadas tendo em vista que as hipóteses ou conjecturas podem ser validadas ou refutadas (POPPER, 1975, 1982, 2013).

4.3 Delimitação do universo e amostra

O universo desta pesquisa corresponde aos artigos de opinião de jornais do Estado do Ceará. Já a amostra (*corpus*) corresponde a 30 artigos de opinião do jornal “Diário do Nordeste” do Estado do Ceará, os quais estão disponíveis no Apêndice A.

Para a identificação e a definição dos artigos de opinião que compõem o *corpus* dessa pesquisa, optou-se por não se definir uma temática específica para os artigos analisados, justificando-se que em assuntos diversos tem-se a expectativa de identificar maior variedade na manifestação das marcas evidenciais, as quais são manifestadas pelos articulistas através de estratégias textuais-discursivas como a indicação ou não a fonte da informação, a forma de transmissão do conhecimento (subjéctiva, experiencial, inferencial e relatada) e o grau de comprometimento acerca do que é exposto .

4.4 Procedimentos de coleta e de análise de dados

Metodologicamente, analisou-se a manifestação da evidencialidade em artigos de opinião do jornal “Diário do Nordeste” do Estado do Ceará, visando assim contribuir para os estudos da evidencialidade no Português Brasileiro.

Esta pesquisa apresenta quatro etapas: 1) pesquisa e identificação dos artigos; 2) identificação e análise das ocorrências; 3) análise dos dados e discussão dos resultados e 4) consolidação dos resultados.

Na primeira etapa, para a construção do *corpus* deste trabalho, fez-se uma pesquisa no *site* do jornal do Estado do Ceará “Diário do Nordeste”, no período de 01 de junho a 31 de julho de 2022, na busca na Seção “Colunistas” do referido jornal visando assim identificar e definir os artigos a serem analisados. Nesse sentido, é importante destacar que se escolheu criteriosamente utilizar todos os artigos desse período, uma vez que não se definiu uma temática para os artigos a serem analisados neste trabalho. Para a organização do *corpus*, os artigos de opinião foram nomeados de 01 a 30, conforme a quantidade de artigos obtidos para esta pesquisa. Por exemplo, “Artigo 1”, “Artigo 2”, “Artigo 3” e assim consecutivamente. Desse modo, destaca-se que para a nomeação dos artigos, utilizou-se os 30 artigos do Jornal “Diário do Nordeste”.

Na segunda etapa, depois da pesquisa e definição dos artigos de opinião a serem usados, fez-se a identificação e análise das ocorrências, em que foram identificadas e analisadas 145 ocorrências. A codificação das ocorrências dos artigos de opinião analisados foi feita da seguinte forma: a) os artigos foram nomeados como A1, A2, A3, A4, A5 e assim sucessivamente de acordo com a quantidade dos 30 artigos; b) o Jornal “Diário do Nordeste” foi codificado como “DN”; c) o número da ocorrência do artigo analisado foi representado como 01, 02, 03, 04, 05 e assim consecutivamente e d) o número em relação ao total de ocorrências do *corpus* foi representado como 01, 02, 03, 04, 05 e assim continuamente. Dessa forma, como exemplo da codificação de uma determinada ocorrência, cita-se a “ocorrência 08: A1.DN.08”. A ocorrência de número 08 foi verificada no primeiro artigo de opinião do jornal “Diário do Nordeste”; foi a oitava ocorrência encontrada nesse artigo.

Na terceira etapa, fez-se a análise dos dados e a discussão dos resultados obtidos. A partir da obtenção, codificação e análise das ocorrências dessa pesquisa, definiu-se as categorias de análise da evidencialidade, baseando-se nas categorias de análise de Carioca (2009, p. 84 e 85), a qual apresenta-se da seguinte forma:

- a) Aspectos sintáticos, ramificados em: a.1) categoria de expressão da evidencialidade (item lexical – verbo, substantivo, adjetivo, advérbio e preposição; e a.2) posição no enunciado (anteposição, intercalamento e posposição);
- b) Aspectos semânticos, ramificados em: b.1) tipo de fonte da informação (sujeito-enunciador, fonte externa definida e indefinida, domínio comum); b.2) envolvimento com a obtenção do conhecimento (direta, menos direta e indireta); b.3) envolvimento com a transmissão do conhecimento (subjativa, experiencial, inferencial e relatada) e
- c) Aspectos pragmático-discursivos (níveis alto, médio e baixo comprometimento).

Carioca (2009), para a elaboração de suas categorias de análise, se baseou nos trabalhos de Hengeveld (1988), Dall’Aglio-Hattner (1995), Casseb-Galvão (2001), os quais especificaram algumas tipologias para as marcas evidenciais, conforme discutido anteriormente.

É necessário justificar que a escolha da utilização das categorias de análise de Carioca (2009) para o estudo da evidencialidade neste trabalho ocorreu devido ao fato de que essas categorias se assemelham às categorias evidenciais atuais da GDF: reportatividade, inferência,

dedução e percepção do evento. Essas categorias da GDF são apresentadas no trabalho de Hengeveld e Hattner (2015).

A partir das definições das categorias de Carioca (2009) e da GDF, destaca-se que essas categorias são semelhantes, em que as categorias de Carioca (2009) relatada, inferencial, experiencial são semelhantes às categorias reportatividade, inferência e percepção do evento, respectivamente. Diferente disso, apenas as categorias subjetiva e dedução são distintas. No entanto, é necessário enfatizar que escolheu-se utilizar a categoria subjetiva ao invés da categoria dedução devido ao fato de que espera-se que nos artigos de opinião, em determinadas situações, os autores dos artigos precisam manifestar sua subjetividade por meio de crenças ou opiniões acerca das informações asseveradas.

Em suma, a subjetividade dos autores dos artigos pode ocorrer por meio de crenças ou opiniões acerca das informações asseveradas acontece de uma forma mais efetiva na noção evidencial subjetiva como pode-se ver nos seguintes exemplos que criei para ilustrar a escolha da noção evidencial subjetiva:

(8) ACHO que, nos últimos anos, as metodologias utilizadas pelo professor, em sala de aula, têm sofrido mudanças por causa das necessidades de aprendizagem dos alunos. (Subjetiva)

(9) ESCUTEI que que, nos últimos anos, as metodologias utilizadas professor, em sala de aula, têm sofrido mudanças por causa das necessidades de aprendizagem dos alunos. (Experiencial)

(10) PARECE que, nos últimos anos, as metodologias utilizadas professor, em sala de aula, têm sofrido mudanças por causa das necessidades de aprendizagem dos alunos. (Inferencial)

(11) A professora Joana CONTOU que, nos últimos anos, ocorreram mudanças nas metodologias utilizadas pelo professor, em sala de aula, por causa das necessidades de aprendizagem dos alunos. (Relatada)

A análise e discussão dessa pesquisa se baseou teórico-metodologicamente em: Hengeveld e Mackenzie (2008) sobre a sua Gramática Discursivo-Funcional (GDF). A GDF é a perspectiva teórica funcionalista adotada nesta pesquisa, uma vez que a GDF, a partir do modelo teórico *top-down*, começa com a intenção comunicativa do falante (enunciador) e até a articulação, e desse modo, a GDF consiste em um posicionamento teórico-descritivo de análise da expressão linguística. Desse modo, para as análises desse estudo, por exemplo, relacionando

a evidencialidade e a GDF, pode-se verificar que o falante ou produtor textual através de sua intenção pode optar por indicar ou não a fonte da informação, manifestar a sua forma de transmissão do conhecimento e, conseqüentemente, demonstrar o seu grau de comprometimento em relação as informações.

Na análise e discussão desse trabalho também se baseou teórico-metodologicamente em: Hardman (1986), Willett (1988), Hengeveld (1988), De Haan (1997), De Haan (1999a), De Haan (1999b), Nuyts (1992, 1993, 2001), Givón (2001), Aikhenvald (2003, 2004, 2015), Olbertz (2005), Hengeveld e Hattnher (2015) e Hengeveld e Fischer (2018) para a descrição da categoria evidencialidade; Dall’aglio-Hattnher (1995, 1996), Casseb-Galvão (2001a, 2004, 2007) e Gonçalves (2003, 2004) para a proposição da evidencialidade no português brasileiro; Carioca (2005, 2009) sobre a descrição e comprovação da evidencialidade no português brasileiro, bem como ainda se baseou em alguns trabalhos que trouxeram importantes contribuições para o estudo da evidencialidade no português brasileiro, dentre os tais: Lucena (2008), Santos (2008), Vendrame (2010), Vendrame-Ferrari (2012), Silva (2013), Hattnher (2018), Silva (2020a) e Silva (2020b).

Na quarta etapa, fez-se a consolidação dos resultados obtidos, baseando-se nos postulados teóricos da evidencialidade e assim buscando responder as questões-problema desta pesquisa através das hipóteses iniciais que foram geradas, considerando que a pesquisa, no geral, em um processo dinâmico e ativo, em que pode-se confirmar de forma total ou parcial as hipóteses propostas, assim como também pode-se não confirmá-las.

4.5 Categorias de análise da marca evidencial

Nessa seção, apresento a definição e as características das categorias de análise dessa pesquisa, as quais organizam e elucidam a manifestação das marcas evidenciais nos artigos de opinião. Em relação a isso, é importante salientar que a utilização dessas marcas consiste na manifestação de estratégias textuais-discursivas para o processo argumentativo dos artigos.

Essas categorias estabelecem a integralização dos aspectos sintáticos, semânticos e pragmático-discursivos da evidencialidade.

4.5.1 Aspectos sintáticos da evidencialidade

Para a investigação dos aspectos sintáticos da evidencialidade, definiu-se as seguintes categorias de análise: expressão evidencial e posição no enunciado.

4.5.1.1 *Categorias de expressão evidencial*

Para a investigação da evidencialidade nos artigos de opinião do jornal “Diário do Nordeste definiu-se as seguintes categorias de expressão: verbo, substantivo, adjetivo, advérbio e preposição. Essas categorias representam itens lexicais ou gramaticais.

4.5.1.1.1 Verbo

Carioca (2009, p. 101) afirma que “a manifestação prototípica da evidencialidade é a forma verbal, especialmente os predicados encaixadores de proposição”. A autora também destaca que é preciso elucidar os tipos de predicados que se relacionam diretamente com as funções evidenciais (CARIOCA, 2009).

Sobre isso, Neves (2000) afirma que os verbos constituem os predicados das orações. Os predicados, por seu turno, designam as propriedades ou relações que estão na base das predicacões que se formam quando eles se constroem com os seus argumentos – os participantes da relação predicativa – e com os outros elementos do enunciado.

Neves (2000) definiu algumas subclassificações para explicitar a natureza do verbo, dentre elas: a) subclassificação semântica; b) subclassificação com integração dos componentes e c) subclassificação segundo a transitividade. Carioca (2009), baseando-se nas subclassificações de Neves (2000), afirma que para o estudo da evidencialidade, interessa a primeira e a terceira subclassificações, a primeira porque relaciona o conteúdo lexical do verbo com o nível de comprometimento, e a segunda por estar relacionada com a estrutura argumental que comporta a valência verbal, ou seja, a capacidade de os verbos abrirem casas para preenchimento por termos (sujeito e complemento) (CARIOCA, 2009; NEVES, 2000).

Conforme Neves (2000), em relação à transitividade existem quatro classes principais de verbos: a) verbos cujo objeto sofre mudança no seu estado; b) verbos cujo objeto não sofre mudança física, isto é, não é um paciente afetado; c) verbos que possuem um complemento não-preposicionado (objeto direto) e um complemento preposicionado e d) verbos que têm complementos oracionais.

Da classificação dos verbos apresentada por Neves (2000), é necessário destacar a classificação dos verbos que têm complementos oracionais, uma vez que, neste conjunto, são abrigados os verbos de modalidade, de cognição, de manipulação, de elocução. A autora afirma que com essa classificação, principalmente com as classes modais, cognitivos e manipulativos, cruza-se com outra classificação, na qual interfere a atitude do falante na situação do discurso.

Essa classificação diz respeito à uma relação de pressuposição ou implicação entre a oração completiva (objetiva e subjetiva) e a principal, e separa dois grupos principais de verbos, os factivos e os implicativos, com subgrupos (NEVES, 2000).

Neves (2000, p. 31) também destaca que “a) verbos de modalidade, bem como de manipulação (e alguns de elocução) estão nos subgrupos dos implicativos, uma classe muito ampla; b) verbos de cognição (e alguns de elocução) estão entre os factivos”.

Dentre os tipos de verbos explicitados por Neves (2000), Carioca (2009), verificou, em sua pesquisa, quais tipos de verbos expressam a evidencialidade:

a) Verbos factivos

Os verbos factivos “são os predicados que tem a propriedade de implicar, por parte do falante, a pressuposição de que a proposição completiva é factual (isto é, o fato expresso na oração completiva é verdadeiro)” (NEVES, 2000, p. 32). Esses verbos são classificados em quatro tipos, no entanto, conforme Carioca (2009), apenas um tipo expressa a evidencialidade, que se trata do verbo epistêmico (saber, compreender, descobrir, ignorar, lembrar-se, perceber, observar, notar, aperceber-se, recordar-se, e expressões como: dar-se conta, ter me mente, levar em conta e similares) (NEVES, 2000). O exemplo abaixo ilustra os verbos factivos:

(12) Como SABEMOS, a agricultura familiar, como o próprio nome indicia, envolvia e envolve o trabalho coletivo de toda a família, além de contar com a ajuda de vizinhos, de parentes, em dados momentos do ano (p. 2). (A8.DN.45)

b) Verbos implicativos

Os verbos implicativos “são os predicados que envolvem a noção de condição necessária e suficiente, que apenas determina se o estado-de-coisas descrito na oração completiva ocorre ou não” (NEVES, 2000, p. 35). Os verbos implicativos são classificados em quatro tipos, porém, segundo Carioca (2009), somente um deles expressa a evidencialidade: causativos, que são verbos implicativos menos perfeitos ou implicativos simples. Esses verbos são afirmativos (fazer, causar, forçar, provocar, assegurar, provar, mostrar, cuidar, implicar, significar e similares) e negativos (impedir, proibir, dissuadir, desencorajar) (NEVES, 2000). A seguir, apresento, um exemplo desse tipo de verbo:

(13) A urbanização desigual e contraditória foi à praia. Basta ver que menos de 10 quilômetros, em linha reta, em Caucaia e em Aquiraz, separam complexos turísticos internacionais de comunidades pobres espremidas entre dunas e lagoas, sem sequer ter acesso a água potável encanada. Aqui se VERIFICA a justaposição espacial de formas desiguais e combinadas de ocupação da planície litorânea no Ceará: mansões de milhões de reais relativamente próximas a centenas de casebres habitadas por famílias socialmente vulneráveis (p. 1). (A13.DN.72)

c) Verbos de elocução

Os verbos de elocução “são os verbos introdutores do discurso (discurso direto ou indireto)” (NEVES, 2000, p. 47). Segundo Carioca (2009), são dois tipos de verbos de elocução que expressam a evidencialidade de forma plena: a) verbos de dizer ou dicendi (falar, dizer, queixar-se, comentar, confidenciar, observar, protestar, explicar, avisar, informar, responder, sugerir e similares ou paráfrases); b) verbos que introduzem o discurso, mas necessariamente indicam atos de fala (acalmar, ameaçar, consolar, desiludir, garantir, afirmar, rir, chorar, suspirar e similares) (NEVES, 2000). Exponho, abaixo, um exemplo desses verbos:

(14) A ministra dos Assuntos Parlamentares, Ana Catarina Mendes, durante coletiva de imprensa nesta quarta-feira (15) DISSE que Portugal tem “necessidades urgentes de recursos humanos” e que precisa “revitalizar a economia” (p. 1). (A6.DN.33)

d) Verbos-suporte

Os verbos-suporte “são verbos de significado bastante esvaziado que formam com seu complemento (objeto direto), um significado global, geralmente correspondente ao que tem um outro verbo da língua (dar, fazer, levar, etc.)” (NEVES, 2000, p. 53).

Neves (2000) afirma que as construções com verbo-suporte compõem-se de: a) um verbo com determinada natureza semântica básica, que funciona como instrumento morfológico e sintático na construção do predicado; b) um sintagma nominal que entra em composição com o verbo para configurar o sentido do todo, bem como para determinar os papéis temáticos da predicação. O exemplo, abaixo, tais verbos:

(15) Em outros momentos da pré-campanha, inclusive em meio ao acirramento entre pré-candidatos do PDT, ela FEZ SINALIZAÇÕES em defesa da manutenção da aliança em torno

do projeto político que hoje representa, colocando-se como uma figura aglutinadora em um grupo que reúne interesses nem sempre comuns - além de contradições (p. 1). (A22.DN.104)

No exemplo 15, paradigmaticamente, o predicado encaixador *fez sinalizações* pode ser substituído por *sinalizou*, uma vez que, ambos os predicados possuem o mesmo significado. Desse modo, a marca evidencial manifestada nessa ocorrência é considerada como uma construção com verbo-suporte.

Em relação às categorias verbais

Não é objetivo dessa pesquisa realizar uma investigação verbal complexa, incluindo as categorias verbais tempo, modo, voz e aspecto. Porém, as categorias número e pessoa são investigadas nesse trabalho devido à sua relação com a evidencialidade no que diz respeito ao grau de comprometimento e tipo de fonte da informação.

Número e pessoa

Nos artigos de opinião, as formas verbais que expressam a evidencialidade são indicadas pelas seguintes pessoas do discurso: a) 1ª pessoa do singular (eu) e do plural (nós); e b) 3ª pessoa do singular (ele/ela) e do plural (eles/elas). Os exemplos, a seguir, ilustram as categorias verbais número e pessoa:

(16) Agora vamos à reflexão. Mesmo com o preço dos combustíveis fósseis cada vez mais caros, por que o automóvel continua como um dos principais meios de locomoção nas cidades? Lógico que não ESTOU nada satisfeito com o preço do litro da gasolina, contudo esta circunstância abre uma janela para discutir uma mudança estruturante (p. 1). (A3.DN.15)

(17) PODEMOS DIZER que a realização da Fenafes tem um significado não somente econômico, mas um importante significado político, pois representa e explicita a resistência da pequena produção familiar, dos pequenos produtores rurais, para conseguirem realizar sua produção, no interior de um quadro de monopólio da propriedade da terra, de prevalência do latifúndio, muitas vezes improdutivo, de dificuldade de acesso a terra por parte dos camponeses, durante toda a história dessa área do país (p. 1). (A8.DN.44)

(18) Campos EXPLICA que, atualmente, ter um visto de trabalho “é muito complicado”, porque a emissão depende de um contrato prévio ou uma promessa de contratação. A vaga para a qual o estrangeiro está sendo contratado precisa ser publicada no Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) (p. 1). (A6.DN.36)

(19) Há tempos, os ambientalistas e planejadores críticos LEVANTAM a bandeira dos transportes públicos. Lamentavelmente, os governantes pouco lhes dão ouvidos (p. 1). (A3.DN.16)

4.5.1.1.2 Substantivo

“Os substantivos são usados para referir-se às diferentes entidades (coisas, pessoas, fatos, etc.) denominando-as” (NEVES, 2000, p. 67).

A marca evidencial substantiva é caracterizada pela de substantivos abstratos (nomes de ação, de processo e de estado), os quais são derivados de verbos e podem ser diversos de tipos, dependendo da entidade relacionada ao verbo que esteja sendo denominada. Pertencente à estrutura de predicado de uma oração, o sintagma nominal é um termo, mas o nome, sendo de determinada natureza, pode compor o núcleo de um predicado, selecionando argumentos. É o caso dos nomes valenciais, que definem, assim como os verbos, a estrutura argumental e regência (CARIOCA, 2009; NEVES, 2000).

No entanto, nem todos os substantivos abstratos são derivados de nominalizações de verbos e adjetivos. Todavia, os nomes valenciais são, principalmente, derivados de nominalizações (CARIOCA, 2009; NEVES, 2000). Na sequência, apresento, um exemplo da marca evidencial substantiva:

(20) NA COMPREENSÃO DE aliados, apenas a volta do senador pode conciliar os interesses e buscar aparar as arestas criadas no processo de sucessão (p. 1). (A29.DN.136)

Em (20), ocorre uma manifestação evidencial por meio de um substantivo abstrato derivado de um verbo (compreensão < compreender), o qual indica a fonte da informação – aliados do senador – e a própria informação – apenas a volta do senador pode conciliar os interesses e buscar aparar as arestas criadas no processo de sucessão.

4.5.1.1.3 Adjetivo

Os adjetivos são usados para atribuir uma propriedade singular a uma certa categoria (que já é um conjunto de propriedades) denominada por um substantivo, funcionando essa atribuição de dois modos: a) qualificada; e b) subcategorizada (NEVES, 2000).

Segundo Carioca (2009, p. 106), “a marca evidencial adjetiva é qualificadora ou qualificativa, projetando-se por meio do particípio verbal e de todos os adjetivos terminados por sufixos que formam vocábulos derivados de verbos, como *-do / -to* e *-nte* e suas variantes (*-da / -dos / -das / -ta / -tos / -tas*)”. A seguir, exponho, um exemplo da marca evidencial adjetiva:

(21) No livro *História das mulheres no Brasil*, ORGANIZADO PELA historiadora Mary Del Priore, também publicado em 1997, como uma versão brasileira da proposta editorial francesa, o papel central das mulheres, das mães na luta contra a fome, não se faz presente (p. 2). (A9.DN.53)

Nesse exemplo (21), a expressão adjetiva qualifica a fonte da informação (historiadora Mary Del Priore) ao indicar o complemento subjetivo (agentivo) de “organizado”.

4.5.1.1.4 Advérbio

Embora tenha-se noção de que o advérbio indica circunstâncias em que ocorre a ação verbal, Neves (2000, p. 233), afirma que “a conceituação de advérbio tem diversos pontos de partida” e destaca dois desses pontos: o morfológico e sintático. No que se refere ao ponto de vista morfológico, o advérbio é considerado uma palavra invariável, enquanto que no ponto de vista sintático, ou relacional, o advérbio é uma palavra periférica, funcionando como satélite de um núcleo (NEVES, 2000).

Desse modo, Neves (2000) classifica a categoria advérbio tendo em vista a sua função em: advérbios modificadores e não-modificadores. No entanto, Carioca (2009), para o estudo da evidencialidade, delimita a utilização da subclassificação dos advérbios modificadores modalizadores, que modalizam o conteúdo de uma asserção, em especial, os asseverativos, pois explicitam uma expectativa sobre o conteúdo asseverado. Apresento, abaixo, um exemplo da marca evidencial adverbial:

(22) ... momento de reflexão e ação propositiva para dar visibilidade ao legado das mulheres negras na construção desse país. EVIDENTEMENTE, à custa do acúmulo de desvantagens,

que comprometem suas trajetórias de vida e as impedem de desempenhar suas capacidades com autonomia (p. 1). (A25.DN.122)

No exemplo 22, o produtor textual poderia optar por ter escrito o enunciado sem utilizar o advérbio “evidentemente”, mas ele utilizou-o para demonstrar que é a fonte da informação pelo grau de certeza da asserção proferida.

4.5.1.1.5 Preposição

Em relação à definição das preposições, Neves (2000, p. 601), diz que “algumas palavras da língua que pertencem à esfera semântica de relações ou processos atuam especificamente na junção dos elementos do discurso, isto é, ocorrem num determinado ponto do texto indicando o modo pelo qual se conectam às porções que se sucedem” .

Assim acontece com as preposições, que têm seu estatuto determinado dentro da estrutura da oração ou dentro de subestruturas dela.

Carioca (2009) afirma que as marcas evidenciais prepositivas são expressas com preposições essenciais (*para*) e acidentais, as quais são denominadas assim por ainda estarem se gramaticalizando e sendo utilizadas em contexto restrito, como é o caso de *como, conforme, feito, segundo, mediante, tirante, fora, afora*, etc. Também ocorre com função evidencial as locuções prepositivas, tais como *de acordo com, na conta de*, etc. Na sequência, apresento, um exemplo da marca evidencial prepositiva:

(23) DE ACORDO COM os dados da União Europeia, em 2019, nos seus 27 países integrantes, um quinto da população tinha idade igual ou superior a 65 anos (p. 1). (A1.DN.02)

Carioca (2009, p. 128), sugere que “a expressão de acordo com parece encontrar-se em um processo de gramaticalização e, portanto, está incluída entre os itens prepositivos, por isso não foi analisada como marca substantiva”.

4.5.1.2 Posição da marca evidencial no enunciado

No que se refere à posição das marcas de evidencialidade nos enunciados dos artigos de opinião, destaca-se que essa localização é dividida em anteposta, intercalada e posposta.

4.5.1.2.1 Anteposição

Conforme Carioca (2009), a anteposição ocorre quando a marca evidencial encontra-se antes da fonte da informação e do conteúdo proposicional. O exemplo (16), a seguir, ilustra isso:

(24) DE ACORDO COM os dados da União Europeia, em 2019, nos seus 27 países integrantes, um quinto da população tinha idade igual ou superior a 65 anos (p. 1). (A1.DN.02)

Em (24), observa-se que a marca evidencial *de acordo com* encontra-se antes da fonte da informação (dados da União Europeia) e do conteúdo asseverado (em 2019, nos seus 27 países integrantes, um quinto da população tinha idade igual ou superior a 65 anos).

4.5.1.2.2 Intercalamento

Segundo Carioca (2009), o intercalamento ocorre quando a marca evidencial encontra-se entre a fonte da informação e o conteúdo asseverado. O exemplo (17), abaixo, demonstra isso:

(25) Sempre peço para que a pessoa fale um pouco mais sobre os interesses que tem. Em geral, adoro incentivar um sonho, mas, honestamente, ACHO que acabo sempre derramando um balde de água fria - realidade - naquela vontade que ainda não tem base para se concretizar (p. 1). (A6.DN.31)

Nessa ocorrência (25), a marca evidencial verbal *acho* encontra-se intercalada entre a fonte da informação (sujeito-enunciador) e a informação asseverada.

4.5.1.2.3 Posposição

De acordo com Carioca (2009), a posposição ocorre quando a marca evidencial encontra-se após a fonte da informação e o conteúdo proposicional. O exemplo, a seguir, mostra isso:

(26) O professor do IFCE também destacou que ... “para licenciar uma atividade de carcinicultura, eu preciso da escritura do terreno, que demanda um processo de cartório. Ele tem de pedir a anuência da Prefeitura, mas precisa contratar um engenheiro ou técnico. Depois precisa de um alvará, cadastrar na Adagri, fazer uma outorga de uso da água na Cogerh (Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos). Depois é certidão negativa da Sefaz. É um protocolo muito grande, e o pequeno produtor nem tem um nível de escolaridade elevado”, EXPLICOU (p. 2). (A21.DN.96)

No exemplo 26, a marca evidencial verbal *explicou* ocorre posposta a fonte da informação (o professor do IFCE) e a própria informação (que ... “para licenciar uma atividade de carcinicultura, eu preciso da escritura do terreno, que demanda um processo de cartório. Ele tem de pedir a anuência da Prefeitura, mas precisa contratar um engenheiro ou técnico. Depois precisa de um alvará, cadastrar na Adagri, fazer uma outorga de uso da água na Cogerh (Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos). Depois é certidão negativa da Sefaz. É um protocolo muito grande, e o pequeno produtor nem tem um nível de escolaridade elevado”).

4.5.2 Aspectos semânticos da evidencialidade

A evidencialidade é a categoria linguística que indica a fonte a informação de um enunciado. Os tipos de fontes da informação são definidos como sujeito-enunciador, fonte externa definida e indefinida e domínio comum. O acesso evidencial à informação é dividido em direta, menos direta e indireta. Já a natureza evidencial da informação se divide em: subjetiva, experiencial, inferencial e relatada.

4.5.2.1 Tipo de fonte da informação

4.5.2.1.1 Fonte sujeito-enunciador

Conforme Carioca (2009), a fonte sujeito-enunciador representa o falante ou produtor textual, que pode ser identificado pelo uso da 1ª pessoa do singular ou do plural. Os exemplos a seguir mostram esse tipo de fonte:

(27) Entretanto, PENSO ser remota a possibilidade de Ciro desistir de disputar o Palácio do Planalto em prol de Tebet (p. 2). (A11.DN.67)

Em (27), observa-se que a fonte da informação é o sujeito-enunciador por meio da marca evidencial verbal flexionada na 1ª pessoa do singular.

(28) Não para por aí, pois muito oportunamente também PENSARÍAMOS na emissão dos gases poluentes e da contribuição dos veículos à aceleração das mudanças climáticas (p. 1). (A3.DN.14)

No exemplo (28), a fonte da informação é o sujeito-enunciador embora a marca evidencial verbal esteja flexionada na 1ª pessoa do plural. Isso ocorre devido ao fato de que o produtor textual inferiu a informação asseverada a partir da análise de evidências disponíveis. Essa estratégia textual-discursiva do produtor textual é mais conhecida por plural majestático ou plural de modéstia, que por sua vez, objetiva a impessoalidade acerca do que é dito (CARIOCA, 2009).

4.5.2.1.2 Fonte externa definida (só de 3ª pessoa especificada)

A fonte externa definida caracteriza-se como uma 3ª pessoa especificada, em que utiliza o denominado argumento de autoridade como fonte da informação tanto se recorrer ao prestígio da fonte externa citada visando dar mais credibilidade à informação veiculada quanto para se atenuar a responsabilidade acerca do que é dito (CARIOCA, 2009; LUCENA, 2008). Esse tipo de fonte é demonstrado no exemplo abaixo:

(29) DE ACORDO COM o site 99bitcoins, o Bitcoin já “morreu” 455 vezes, desde seu início, em 2009, até o último sábado (18). Somente em 2022, em seu obituário, já foram anunciadas 15 “mortes” do Bitcoin. Apesar da forte torcida, de fato, não aconteceu, e a principal cripto está longe da cripta (p. 1). (A5.DN.26)

No exemplo (29), a fonte da informação veiculada é a uma fonte externa definida – o site 99bitcoins – o qual apresenta dados sobre o Bitcoin. O produtor textual utiliza esse tipo para se distanciar da responsabilidade com o conteúdo proposicional.

4.5.2.1.3 Fonte externa indefinida (só de 3ª pessoa não especificada)

A fonte externa indefinida como uma 3ª pessoa não especificada, a qual não é possível de se identificar por meio do contexto (CASSEB-GALVÃO, 2001; CARIOCA, 2009). No exemplo abaixo se observa esse tipo de fonte:

(30) ... PARA alguns, as trevas do apocalipse chegaram, e o destino das criptomoedas, em particular do Bitcoin, é o fim (p. 1). (A5.DN.25)

Já em (30), ocorre a manifestação de uma fonte externa indefinida, uma vez que não é possível identificar a fonte da informação, devido ao fato de haver a indeterminação do sujeito do conteúdo asseverado.

4.5.2.1.3 Fonte domínio comum

Segundo Carioca (2009), a fonte da informação não é apresentada como sendo só o produtor textual, mas na realidade, a informação asseverada é exposta por ele como sendo um conhecimento do próprio produtor textual, da comunidade em que ele está inserido, e do próprio leitor, manifestando um conhecimento explícito e compartilhado de todos (CARIOCA, 2009). Na sequência, apresento, um exemplo da fonte domínio comum:

(31) Tomemos um caso diferente. Quando uma família resolve, sem muitas alternativas, construir sua casa numa vertente de morro barrenta e instável. O Estado sabe o que vai acontecer. Todos SABEMOS que a chuva virá. Os desmoronamentos acontecerão e bateremos outros tantos recordes de desabrigados e mortos. Aqui o Estado é tolerado por sua omissão (p. 2). (A2.DN.10)

Nessa ocorrência (31), ocorre a manifestação de uma fonte de domínio comum, já que a informação exposta, ocorre como sendo compartilhada não apenas do produtor textual, mas também de várias pessoas que podem chegar ao mesmo entendimento do produtor textual acerca da informação asseverada.

4.5.2.2 O acesso evidencial da informação

Como dito anteriormente, o acesso evidencial é dividido em direta, menos direta e indireta.

4.5.2.2.1 Evidencialidade direta

Carioca (2009, p. 93), define que a evidencialidade direta “é aquela que atesta uma maior participação do produtor textual no ato da veiculação da informação, identificando-se totalmente pelo conhecimento especificado, já que adquiriu a informação por um envolvimento direto com a situação vivenciada”. O exemplo ilustra a evidencialidade direta:

(32) ... ESCUTEI uma frase mais ou menos assim: “eu quero chegar nessa fase de esperança que tu tem”. Sorri de olhos e dentes, e ouvi nova entonação que também me colocava como “uma pessoa de esperança” (p. 1). (A7.DN.40)

Em (32), o produtor textual, sendo a fonte da informação, demonstra que adquiriu a informação veiculada através de uma situação vivenciada.

4.5.2.2.2 Evidencialidade menos direta

Já a evidencialidade menos direta ocorre através da manifestação de uma inferência do falante que por acontecer através de resultados obtidos observação de um evento pelo falante e através do raciocínio do falante baseado em intuições, representações mentais e lógica (CARIOCA, 2009; CASSEB-GALVÃO, 2001a; LUCENA, 2008; WILLETT, 1988). O exemplo, a seguir, demonstra que esse tipo de evidencialidade:

(33) Apesar da aproximação do período de oficialização de candidaturas para as eleições deste ano, o grupo governista no Ceará ainda PARECE estar longe de uma definição (p. 1). (A22.DN.101)

No exemplo 33, a marca evidencial verbal *parece* permite entender que a informação apresentada não é só do produtor textual, mas foi inferida por ele a partir da análise evidências disponíveis. Essa estratégia textual-discursiva caracteriza um abrandamento da responsabilidade do produtor textual acerca do que é dito.

4.5.2.2.3 Evidencialidade indireta

Segundo Carioca (2009, p. 94), na evidencialidade indireta, “o autor revela que a aquisição da informação não aconteceu por experiência sal, mas de outra pessoa, sendo ouvida por ouvir-dizer (*hearsay*)”. Nesse tipo de estratégia textual-discursiva, o produtor textual cita uma fonte externa como sendo a fonte da informação asseverada, visando atribuir a ela responsabilidade acerca do que está sendo dito. Apresento, a seguir, um exemplo da evidencialidade indireta:

(34) A ministra dos Assuntos Parlamentares, Ana Catarina Mendes, durante coletiva de imprensa nesta quarta-feira (15) DISSE que Portugal tem “necessidades urgentes de recursos humanos” e que precisa “revitalizar a economia” (p. 1). (A6.DN.33)

No exemplo 34, a marca evidencial verbal flexionada na 3ª pessoa do singular indica que o produtor textual adquiri a informação da fonte externa definida citada, a qual “disse” o conteúdo asseverado. Nessa escolha, o produtor textual atribui a fonte citada a responsabilidade da informação veiculada.

4.5.2.3 *Natureza evidencial da informação*

Como mencionado anteriormente, a natureza evidencial da informação se divide em: subjetiva, experiencial, inferencial e relatada.

4.5.2.3.1 Subjetiva

A evidencialidade subjetiva caracteriza-se quando o conteúdo proposicional é veiculado como sendo uma tomada de posição fundamentada em opinião, valores, crença pessoal do produtor textual (CARIOCA, 2009). O exemplo, abaixo, ilustra esse tipo de evidencialidade:

(35) Embora cultive e cative essas esperanças, SEI o quanto é preciso coragem, entrega de vida, gasto de energia vital para manter acesa a chama de crer, desejar, almejar e lutar pelo que se acredita... Em [...] um país de descaminhos políticos, uma cidade em que as ruas nos mostram tantos semblantes de tristezas inúmeras. Sim, inúmeras (p. 1). (A7.DN.43)

Nesse exemplo (35), o conteúdo proposicional encaixado pelo verbo cognitivo “saber”, revela uma certeza do produtor textual em relação à veracidade da informação asseverada.

4.5.2.3.2 Experiencial

A evidencialidade experiencial “caracteriza uma situação sentida e vivida pelo produtor textual, ou seja, ele relata uma experiência que teve, sendo esta a fonte da informação por excelência” (CARIOCA, 2009, p. 96). De acordo com Willett (1988), na evidencialidade direta, o falante entende a informação exposta através de seus sentidos (visual, auditivo e outro sentido). Nas evidências sensoriais visual e auditiva, o falante vê ou ouve o evento descrito ou ainda o mesmo pode ter contato com evento por meio de outro sentido. O exemplo, na sequência, demonstra esse tipo de evidencialidade:

(36) OUVIR ISSO confirma que me incluo entre as educadoras sintonizadas com as necessidades da população marcada por profundas desigualdades raciais (p. 1). (A25.DN.126)

Em (36), a informação descrita é oriunda de uma experiência sensorial vivenciada pelo produtor textual através do sentido auditivo.

4.5.2.3.3 Inferencial

A evidencialidade inferencial caracteriza “uma construção mental de uma informação envolvendo o raciocínio lógico do produtor textual. Tal informação passa a ser veiculada com base nas percepções do produtor textual” (CARIOCA, 2009, p. 97). O exemplo, abaixo, demonstra esse tipo de evidencialidade:

(37) Além do mais, não me PARECE lógico, mesmo na política, que o partido, após abrir mão de uma candidatura do então governador do maior Estado do País, caso de João Dória, esteja entusiasmado em apoiar a postulação de Tebet com as dificuldades que estão demonstradas (p. 1). (A11.DN.64)

Nessa ocorrência (37), o produtor textual infere a informação asseverada através da análise de evidências disponíveis.

4.5.2.3.4 Relatada

A evidencialidade relatada se caracteriza “a partir da existência de uma fonte da informação que não é o produtor textual e o efeito é de um relato de algo já anteriormente dito”. (CARIOCA, 2009, p. 97). Esse tipo de evidencialidade relaciona-se diretamente com o denominado argumento de autoridade por meio de uma citação direta ou indireta de uma autoridade no assunto em questão. O exemplo, a seguir, mostra essa manifestação de evidencialidade:

(38) A ministra dos Assuntos Parlamentares, Ana Catarina Mendes, durante coletiva de imprensa nesta quarta-feira (15) DISSE que Portugal tem “necessidades urgentes de recursos humanos” e que precisa “revitalizar a economia” (p. 1). (A6.DN.33)

No exemplo 38, o produtor textual utiliza a citação de uma fonte externa definida (A ministra dos Assuntos Parlamentares, Ana Catarina Mendes) para dar mais confiabilidade ao conteúdo asseverado e para transferir para ela a responsabilidade da informação veiculada.

4.5.3 Aspectos pragmáticos da evidencialidade

Em relação aos aspectos pragmáticos da evidencialidade, destaca-se que os níveis do comprometimento acerca da informação exposta são: alto, médio e baixo.

4.5.3.1 Alto comprometimento

No nível alto de comprometimento, segundo Carioca (2009), se implica uma atitude de apropriação da informação, em que a informação adquirida é repassada como sendo do próprio falante/produtor textual. O sentido de sentido revelado por esse grau de comprometimento assegura que o leitor interpretará que o que foi dito foi totalmente assumido e creditado como verdade pelo falante/produtor textual (CARIOCA, 2009). O exemplo, a seguir, demonstra esse tipo de envolvimento:

(39) Sempre peço para que a pessoa fale um pouco mais sobre os interesses que tem. Em geral, adoro incentivar um sonho, mas, honestamente, ACHO que acabo sempre derramando um balde de água fria - realidade - naquela vontade que ainda não tem base para se concretizar (p. 1). (A6.DN.31)

Nessa ocorrência (39), o produtor textual demonstra um alto comprometimento acerca do conteúdo asseverado, demonstrando que a informação exposta é só dele.

4.5.3.2 *Médio comprometimento*

No nível médio de comprometimento, conforme Carioca (2009, p. 78), se “estabelece uma relação de atenuação da responsabilidade com a informação repassada, ou seja, o falante não se compromete diretamente com a informação que está veiculando, utilizando, por vezes, fatos, inferidos por meio de reflexões”. O exemplo, abaixo, ilustra esse tipo de engajamento:

(40) Apesar da aproximação do período de oficialização de candidaturas para as eleições deste ano, o grupo governista no Ceará ainda PARECE estar longe de uma definição (p. 1). (A22.DN.101)

No exemplo 40, a marca evidencial verbal *parece* permite entender que a informação apresentada não é só do produtor textual, mas foi inferida por ele a partir da análise evidências disponíveis. Essa estratégia textual-discursiva caracteriza um abrandamento da responsabilidade do produtor textual acerca do que é dito.

4.5.3.3 *Baixo comprometimento*

No nível baixo de comprometimento, segundo Carioca (2009, p. 79), “é aquele que denota um grau menor de adesão à tese defendida por terceiros, isto é, promove uma aparente neutralidade com o que está sendo dito/escrito”. O exemplo, na sequência, mostra esse tipo de comprometimento:

(41) PARA a advogada brasileira Caroline Campos, que atua aqui e é especializada em questões de imigração, “Portugal precisa e, ao mesmo tempo, a lei hoje não está a colaborar” (p. 1). (A6.DN.35)

Nesse exemplo (41), o produtor textual recorre ao prestígio da autoridade citada para dar mais credibilidade à informação asseverada e para se distanciar do comprometimento com o conteúdo proposicional.

Para a organização das categorias de análise desta pesquisa, elaborou-se uma ficha de análise das ocorrências, a qual é apresentada, a seguir, e que exemplifica a análise da ocorrência 25 (QUADRO 5):

Quadro 5 – Ficha de análise das ocorrências

Ficha de análise das ocorrências
<p>Ocorrência 25: (A5.DN.25) ... PARA alguns, as trevas do apocalipse chegaram, e o destino das criptomoedas, em particular do Bitcoin, é o fim.</p> <p>a.1) Posição no enunciado: Anteposta (<input checked="" type="checkbox"/>) Intercalada (<input type="checkbox"/>) Posposta (<input type="checkbox"/>)</p> <p>a.2) Categoria de expressão: Item lexical ou gramatical</p> <p>Verbo (<input type="checkbox"/>) Substantivo (<input type="checkbox"/>) Adjetivo (<input type="checkbox"/>) Advérbio (<input type="checkbox"/>) Preposição (<input checked="" type="checkbox"/>)</p> <p>b) Natureza da evidencialidade:</p> <p>b.1) Fonte da informação:</p> <p>Sujeito-enunciador (<input type="checkbox"/>) Fonte externa definida (<input type="checkbox"/>) Fonte externa indefinida (<input checked="" type="checkbox"/>)</p> <p>Domínio comum (<input type="checkbox"/>)</p> <p>b.2) Acesso evidencial à informação:</p> <p>Direta (<input type="checkbox"/>) Menos direta (<input type="checkbox"/>) Indireta (<input checked="" type="checkbox"/>)</p> <p>b.3) Natureza evidencial da informação:</p> <p>Subjetiva (<input type="checkbox"/>) Inferencial (<input type="checkbox"/>) Relatada (<input checked="" type="checkbox"/>) Experiencial (<input type="checkbox"/>)</p> <p>c) Avaliação do nível do comprometimento:</p> <p>Alto (<input type="checkbox"/>) Médio (<input type="checkbox"/>) Baixo (<input checked="" type="checkbox"/>)</p>

Fonte: Carioca (2009).

Nessa pesquisa, a partir da análise e codificação das ocorrências, avaliou-se as categorias (variáveis) definidas anteriormente. Depois disso, submeteu-se os dados obtidos à análise quantitativa (verificação de frequência e percentual dos dados) através do uso do Programa Computacional IBM SPSS Statistics (*Statistical Package for Social Science* – Pacote Estatístico para as Ciências Sociais).

A análise qualitativa dessas variáveis foi realizada relacionando os aspectos sintáticos e semânticos ao aspecto pragmático-discursivo nas ocorrências deste trabalho.

CAPÍTULO 5 – MANIFESTAÇÃO DA EVIDENCIALIDADE EM ARTIGOS DE OPINIÃO DO JORNAL “DIÁRIO DO NORDESTE”

Depois da realização da identificação e análise das 145 ocorrências do *corpus* dos artigos de opinião sobre a manifestação da evidencialidade, apresento a análise descritiva dos aspectos sintáticos, semânticos e pragmático-discursivos da evidencialidade nos artigos analisados.

É necessário salientar que nessa pesquisa, a partir de seus objetivos, a descrição linguística, apresentada, a seguir, inicia pelo aspecto menos importante para o mais importante, invertendo assim a ordem de importância dos aspectos considerados em uma análise funcional.

5.1 Aspectos sintáticos da evidencialidade

A proposta assumida nessa pesquisa para o estudo da evidencialidade baseia-se na GDF, em que a pragmática governa a semântica, a pragmática e a semântica governam a morfossintaxe. Desse modo, os aspectos sintáticos são regidos pela pragmática e pela semântica, em que a manifestação das marcas evidenciais se relaciona à situação comunicativa (contextual) estabelecida, à interação verbal e à intencionalidade (efeitos de sentido pretendidos) do produtor textual).

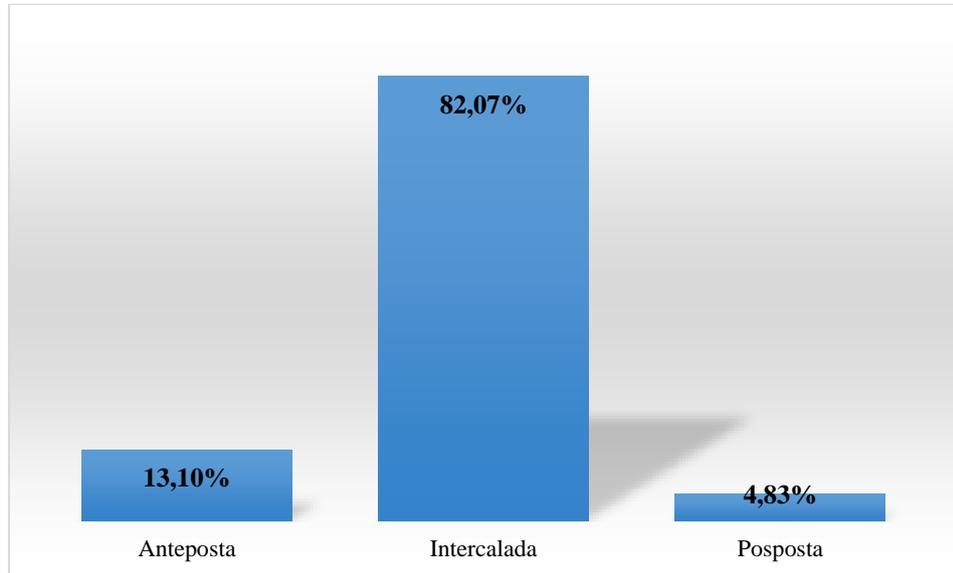
5.1.1 A posição da marca evidencial no enunciado

Verifiquei que de um total de 145 ocorrências dos artigos de opinião, 19 delas apresentaram a anteposição da marca evidencial em relação à fonte da informação e o próprio conteúdo proposicional, enquanto 119 ficaram intercaladas entre a fonte e o conteúdo proposicional, e 7 mostraram a posição posposta à fonte e o conteúdo proposicional. Semelhante a isso, destaca-se o trabalho de Carioca (2009) em relação à evidencialidade em textos acadêmicos de grau do português brasileiro contemporâneo, em que comprovou-se uma predominância da posição intercalamento entre a fonte e o conteúdo asseverado.

Miranda (2021) em sua pesquisa sobre a expressão das evidencialidades reportativa e citativa no discurso jornalístico, demonstrou que a posição prototípica de cada evidencial sobre o conteúdo relatado também é distinta. Na citação, o evidencial ocorre preferencialmente depois do conteúdo citado, enquanto que na reportatividade, o uso do evidencial, de um modo geral, ocorre intercalado, no interior do conteúdo reportado (MIRANDA, 2021).

Na sequência da exposição dos resultados estatísticos de nossa pesquisa, o gráfico 1, a seguir, expressa o percentual obtido da posição da marca evidencial no enunciado:

Gráfico 1 – Posição da evidencialidade nos artigos de opinião do jornal “Diário do Nordeste”



Fonte: dados da pesquisa.

O gráfico 1 demonstra que, no *corpus* analisado, houve uma predominância das marcas evidenciais manifestadas na posição intercalada com 82,07%, enquanto as posições anteposta e posposta tiveram um percentual de 13,10% e 4,83% respectivamente. Os exemplos, a seguir, ilustram as posições das marcas evidenciais:

(42) DE ACORDO COM os dados da União Europeia, em 2019, nos seus 27 países integrantes, um quinto da população tinha idade igual ou superior a 65 anos (p. 1) (A1.DN.02)

A anteposição da expressão prepositiva *de acordo com*, no exemplo (42), identifica a fonte da informação citada logo depois (os dados da União Europeia) e o conteúdo proposicional veiculado por essa fonte.

(43) A ministra dos Assuntos Parlamentares, Ana Catarina Mendes, durante coletiva de imprensa nesta quarta-feira (15) DISSE que Portugal tem “necessidades urgentes de recursos humanos” e que precisa “revitalizar a economia” (p. 1). (A6.DN.33)

No exemplo 43, há o intercalamento da marca evidencial verbal *disse* e a fonte da informação, sujeito do verbo de elocução (A ministra dos Assuntos Parlamentares, Ana Catarina Mendes), e a própria informação (que Portugal tem “necessidades urgentes de recursos humanos” e que precisa “revitalizar a economia”).

(44) Campos EXPLICA que, atualmente, ter um visto de trabalho “é muito complicado”, porque a emissão depende de um contrato prévio ou uma promessa de contratação. A vaga para a qual o estrangeiro está sendo contratado precisa ser publicada no Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) (p. 1). (A6.DN.36)

Nesse exemplo (44), a marca evidencial *explica* encontra-se intercalada entre a fonte da informação, sujeito do verbo de elocução (Campos) e a informação veiculada (que, atualmente, ter um visto de trabalho “é muito complicado”, porque a emissão depende de um contrato prévio ou uma promessa de contratação. A vaga para a qual o estrangeiro está sendo contratado precisa ser publicada no Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP)).

(45) ... ESCUTEI uma frase mais ou menos assim: “eu quero chegar nessa fase de esperança que tu tem”. Sorri de olhos e dentes, e ouvi nova entonação que também me colocava como “uma pessoa de esperança” (p. 1). (A7.DN.40)

O exemplo 45, que traz um sujeito desinencial, revela que a fonte – o próprio produtor textual – antecede a marca evidencial verbal.

(46) PODEMOS DIZER que a realização da Fenafes tem um significado não somente econômico, mas um importante significado político, pois representa e explicita a resistência da pequena produção familiar, dos pequenos produtores rurais, para conseguirem realizar sua produção, no interior de um quadro de monopólio da propriedade da terra, de prevalência do latifúndio, muitas vezes improdutivo, de dificuldade de acesso a terra por parte dos camponeses, durante toda a história dessa área do país (p. 1). (A8.DN.44)

Nesta ocorrência (46), a fonte sujeito-enunciador (nós) manifestada pelo predicado encaixador *dizer* antepõe-se a informação veiculada.

(47) O professor do IFCE também destacou que ... “para licenciar uma atividade de carcinicultura, eu preciso da escritura do terreno, que demanda um processo de cartório. Ele tem de pedir a anuência da Prefeitura, mas precisa contratar um engenheiro ou técnico. Depois precisa de um alvará, cadastrar na Adagri, fazer uma outorga de uso da água na Cogerh (Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos). Depois é certidão negativa da Sefaz. É um protocolo muito grande, e o pequeno produtor nem tem um nível de escolaridade elevado”, EXPLICOU (p. 2). (A21.DN.96)

No exemplo 47, a marca evidencial verbal *explicou* ocorre posposta a fonte da informação (o professor do IFCE) e a própria informação (que ... “para licenciar uma atividade de carcinicultura, eu preciso da escritura do terreno, que demanda um processo de cartório. Ele tem de pedir a anuência da Prefeitura, mas precisa contratar um engenheiro ou técnico. Depois precisa de um alvará, cadastrar na Adagri, fazer uma outorga de uso da água na Cogerh (Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos). Depois é certidão negativa da Sefaz. É um protocolo muito grande, e o pequeno produtor nem tem um nível de escolaridade elevado”).

5.1.2 A expressão da evidencialidade no enunciado

Considerando que a expressão da evidencialidade nos artigos de opinião analisados, ocorreu por meio de itens lexicais ou gramaticais, apresento, na Tabela 1, a frequência do meio de expressão da marca evidencial nos artigos:

Tabela 1 – Frequência da expressão da marca evidencial na forma de item lexical ou gramatical dos artigos de opinião do jornal “Diário do Nordeste”

Item lexical-gramatical	Frequência
Verbo	91
Substantivo	13
Adjetivo	8
Advérbio	16
Preposição	17

Fonte: dados da pesquisa.

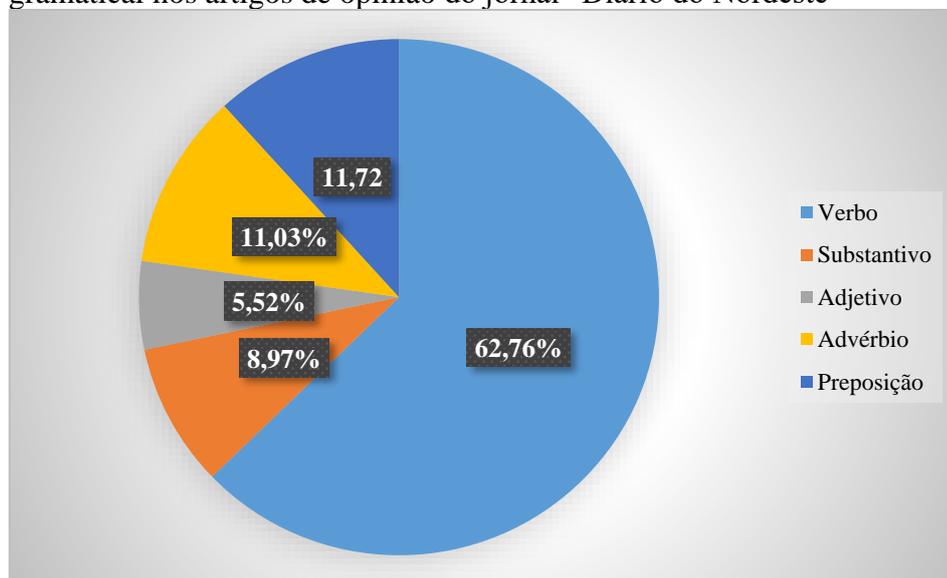
A Tabela 1 mostra que o verbo teve a maior frequência com 91 nas ocorrências. Já os outros itens lexicais ou gramaticais tiveram frequências com valores mais próximos:

substantivo (13), adjetivo (8), advérbio (16) e preposição (17). De forma similar, a pesquisa de Carioca (2009), encontrou, em seus resultados, a predominância do verbo como o meio linguístico mais predominante nas ocorrências de seu *corpus*. Segundo Carioca (2009, p. 116) “a grande frequência do verbo confere a ele a condição de forma prototípica da marca evidencial”.

O trabalho de Lourenço e Hirata-Vale (2015) sobre a expressão da evidencialidade nos gêneros jornalísticos artigo de opinião, editorial e notícia do jornal (*Folha de S.Paulo*), demonstrou que os meios de expressão dos evidenciais predominantes encontrados nos artigos de opinião são: verbo, locuções prepositivas e sintagmas nominais preposicionados. Também em relação ao meio de expressão evidencial, cita-se o estudo de Vidal, Prata e Silva (2018) sobre a evidencialidade em colunas jornalísticas escritas em espanhol, que demonstrou que o verbo é a marca mais frequente de expressão de evidencialidade.

Continuando a exposição dos resultados estatísticos de nossa pesquisa com suas respectivas descrições, apresento, a seguir, no gráfico 2, o percentual obtido dos itens lexicais ou gramaticais:

Gráfico 2 – Expressão da marca evidencial na forma de item lexical ou gramatical nos artigos de opinião do jornal “Diário do Nordeste”



Fonte: dados da pesquisa.

No gráfico 2, observa-se uma grande predominância do verbo com 62,76% de percentual em relação às outras categorias de expressão da evidencialidade. Sobre esse resultado, destaca-se a noção de Carioca (2009, 119) que afirma que “o verbo é a forma prototípica da manifestação da evidencialidade”.

Nos próximos exemplos, apresento a manifestação da evidencialidade nos itens lexicais ou gramaticais encontrados nessa pesquisa, buscando destacar os aspectos formais que codificam as estratégias textuais-discursivas do produtor textual para a construção de um artigo de opinião.

5.1.2.1 A marca evidencial verbal

Conforme Carioca (2009, p. 119), “o verbo é a forma prototípica da manifestação da evidencialidade, sendo o verbo de elocução (*dicendi*) a sua forma plena”.

A partir da análise do *corpus* da pesquisa, a marca evidencial verbal foi verificada de sete maneiras diferentes, a qual apresento a seguir:

1ª) Predicado encaixador (1ª pessoa do singular):

(48) Embora cultive e cative essas esperanças, SEI o quanto é preciso coragem, entrega de vida, gasto de energia vital para manter acesa a chama de crer, desejar, almejar e lutar pelo que se acredita... Em ... um país de descaminhos políticos, uma cidade em que as ruas nos mostram tantos semblantes de tristezas inúmeras. Sim, inúmeras (p. 1). (A7.DN.43)

No exemplo (48), ao utilizar uma forma com predicado encaixador flexionado na 1ª pessoa do singular, o produtor textual se apresenta como sendo a fonte da informação asseverada, posicionando-se de forma argumentativa sobre algo que tem como verdade.

(49) Há poucos dias eu transitava entre narrativas de vidas quando ESCUTEI uma frase mais ou menos assim: “eu quero chegar nessa fase de esperança que tu tem”. Sorri de olhos e dentes, e ouvi nova entonação que também me colocava como “uma pessoa de esperança”. (A7.DN.40)

No exemplo 49, o predicado encaixador flexionado em 1ª pessoa do singular (*escutei*) revela a fonte elíptica (eu), a qual antecede a marca evidencial verbal.

(50) O inverno das criptomoedas chegou e PARECE distante de ir embora. Apesar de alguns resultados positivos nos últimos dias, o ano de 2022 é de perdas para a principal cripto, o Bitcoin, que tem performance negativa superior a 50% (p. 1). (A4.DN.17)

No exemplo 50, a marca evidencial verbal *parece* revela que a fonte da informação é o próprio sujeito-enunciador.

2ª) Predicado encaixador (1ª pessoa do plural):

(51) Quando AVALIAMOS somente 2022, o Bitcoin e o S&P500, a correlação já alcança 0,6, e caminha fortemente para a correlação perfeita, +1. Assim, a magia da descorrelação do Bitcoin com o mercado parece deixar de existir (p. 2). (A4.DN.22)

Em (51), a marca evidencial verbal é o predicado encaixador flexionado em 1ª pessoa do plural (*avaliamos*), o qual revela que a fonte é o próprio sujeito-enunciador em virtude da natureza semântica do verbo avaliar, que exprime uma inferência do produtor textual.

Nesse sentido, a estratégia textual-discursiva do produtor textual por uma forma com predicado encaixador flexionado na 1ª pessoa do plural, atenua a responsabilidade dele acerca da informação asseverada, em que o efeito de sentido de *avaliamos* é diferente da escolha pela forma *avalio*. A opção por essa marca evidencial verbal pode ser realizada para se atenuar o comprometimento acerca do conteúdo asseverado e para se demonstrar credibilidade por meio do plural majestático ou plural da modéstia, que por sua vez, objetiva a impessoalidade acerca do que é dito, afastando qualquer noção de imponência sapiencial (CARIOCA, 2009).

3ª) Predicado encaixador (3ª pessoa do singular ou do plural):

(52) Campos EXPLICA que, atualmente, ter um visto de trabalho “é muito complicado”, porque a emissão depende de um contrato prévio ou uma promessa de contratação. A vaga para a qual o estrangeiro está sendo contratado precisa ser publicada no Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) (p. 1). (A6.DN.36)

(53) Fontes desta coluna AFIRMAM ser improvável que ela se filie ao PT neste momento, conforme chegou a ser especulado. Seria um movimento considerado ainda mais atípico para os padrões de Izolda Cela (p. 1). (A30.DN.145)

A forma “predicado encaixador” flexionado na 3ª pessoa no singular (exemplo 52) ou no plural (exemplo 53) é muito utilizada no artigo de opinião. O produtor textual faz essa

escolha para se afastar da responsabilidade da informação asseverada, atribuindo a confiabilidade do conteúdo proposicional a fonte externa citada. Nos exemplos citados, a fonte da informação antecipa as formas *explica* e *afirmam*.

4ª) Predicado encaixador (gerúndio):

(54) Fiquei alguns minutos entre risadas e constatações, e depois segui pelo silêncio de minhas memórias, RECONHECENDO em tantas etapas de vida o quanto a esperança domina-me. Estou sempre à espera... (p. 1). (A7.DN.41)

O gerúndio estabelece uma ação em andamento, um processo verbal ainda não acabado. No exemplo 54, a forma escolhida pelo produtor textual demonstra que ele é a fonte da informação e que, conseqüentemente, ele se responsabiliza pelo conteúdo proposicional exposto.

5ª) Predicado encaixador (Locução verbal: modal flexionado em 1ª pessoa + infinitivo):

(55) PODEMOS DIZER que a realização da Fenafes tem um significado não somente econômico, mas um importante significado político, pois representa e explicita a resistência da pequena produção familiar, dos pequenos produtores rurais, para conseguirem realizar sua produção, no interior de um quadro de monopólio da propriedade da terra, de prevalência do latifúndio, muitas vezes improdutivo, de dificuldade de acesso a terra por parte dos camponeses, durante toda a história dessa área do país (p. 1). (A8.DN.44)

Em (55), *podemos dizer* é diferente de *digo*, no primeiro caso, há uma noção de possibilidade, no segundo, de elocução. Logo, a escolha do produtor textual pelo predicado encaixador *podemos dizer* abrandava seu comprometimento acerca da informação veiculada.

6ª) Predicado encaixador (Construção com verbo-suporte):

(56) Em outros momentos da pré-campanha, inclusive em meio ao acirramento entre pré-candidatos do PDT, ela FEZ SINALIZAÇÕES em defesa da manutenção da aliança em torno do projeto político que hoje representa, colocando-se como uma figura aglutinadora em um grupo que reúne interesses nem sempre comuns - além de contradições (p. 1). (A22.DN.104)

Nessa ocorrência (exemplo 56), o produtor textual escolhe utilizar uma fonte externa para transferir para ela a responsabilidade acerca do conteúdo asseverado. Nesse exemplo, paradigmaticamente, o predicado encaixador *fez sinalizações* pode ser substituído por *sinalizou*, uma vez que, ambos os predicados possuem o mesmo significado.

7ª) Predicado encaixador (Verbo no particípio)

(57) O envelhecimento da população é fenômeno CONSTATADO nos recenseamento de quase todos os países, em especial, naqueles reconhecidos como desenvolvidos. O percentual de idosos (a longevidade) é, inclusive, um dos indicadores da qualidade de vida utilizados para calcular o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) (p. 1). (A1.DN.01)

Em (57), a marca evidencial verbal é o predicado encaixador no particípio *constatado*, o qual aponta para a fonte da informação que aparece logo em seguida (nos recenseamento de quase todos os países).

5.1.2.2 A marca evidencial substantiva

Na manifestação da evidencialidade, substantivos de elocução, atitude, cognição e análise se apresentam de um modo bem característico em relação à indicação da fonte da informação. Segundo Carioca (2009, p. 125), “a projeção da evidencialidade aparece em sintagmas nominais nos quais a fonte encontra-se no modificador do substantivo, na forma de SP=prep+SN”. Sobre isso, exponho alguns exemplos a seguir:

(58) A DECLARAÇÃO DO presidente estadual do partido, André Figueiredo, na segunda-feira, de que Cid teria pedido ao irmão para o representar nos diálogos decisivos para a definição do candidato não convenceu a ninguém (p. 1). (A29.DN.140)

Ocorre que, no exemplo 58, a evidencialidade é manifesta por meio de substantivo abstrato derivado de verbo (declaração < declarar), o qual indica que a fonte da informação é uma fonte externa definida (presidente estadual do partido, André Figueiredo).

(59) Como A DECISÃO DO partido foi pelo nome de Roberto Cláudio, Izolda achou por bem deixar a legenda à qual foi levada sob a liderança de Cid e Ciro Gomes (p. 1). (A30.DN.144)

No exemplo 59, também ocorre uma marca evidencial substantiva expressa por meio de substantivo abstrato derivado de verbo (decisão < decidir), a qual mostra que a fonte da informação é uma fonte externa definida (partido do PDT).

(60) NA COMPREENSÃO DE aliados, apenas a volta do senador pode conciliar os interesses e buscar aparar as arestas criadas no processo de sucessão (p. 1). (A29.DN.136)

Assim como, nos exemplos 58 e 59, no exemplo 60, a marca de evidencialidade é manifestada a partir de um substantivo abstrato derivado de verbo (compreensão < compreender), a qual aponta que a fonte da informação é uma fonte externa definida (aliados do senador Cid Gomes).

Nos exemplos 58, 59 e 60, a descrição formal se diferencia somente em relação ao determinante (art/pron+N+prep).

Também é importante ressaltar que, na descrição da marca evidencial substantiva, as construções substantivas citadas acima nessa descrição, foram consideradas como marca evidencial substantiva e não como locução prepositiva devido à variação morfossintática e semântica das expressões manifestadas.

5.1.2.3 A marca evidencial adjetiva

A marca evidencial adjetiva manifestou-se por meio de expressões compostas por itens lexicais derivados de verbos terminados pelos sufixos (*ado*, *ada*), regidos pela preposição (*por*) e pela contração (*pela*). Exponho, a seguir, alguns exemplos dessas formas do *corpus* dessa pesquisa:

(61) Embora nunca tenha sido “cabeça de chapa”, a pedetista teria, para eventual campanha, serviço a mostrar. O avanço nos indicadores da Educação desde que foi secretária em Sobral - e, posteriormente, no Governo Cid Gomes - é constantemente CITADO POR apoiadores em palanques ao longo da pré-campanha (p. 2). (A22.DN.109)

(62) ... é a história do Brasil CONTADA POR muita gente das camadas populares, gente que conseguiu acesso a educação, que conseguiu poder se expressar, construir memórias de vidas e percursos que dificilmente seriam registrados e arquivados (p. 2). (A9.DN.54)

(63) No livro *História das mulheres no Brasil*, ORGANIZADO PELA historiadora Mary Del Priore, também publicado em 1997, como uma versão brasileira da proposta editorial francesa, o papel central das mulheres, das mães na luta contra a fome, não se faz presente (p. 2). (A9.DN.53)

As formas *citado por*, *organizado pela* e *contada por* nos exemplos 61, 62, e 63 ilustram a marca evidencial adjetiva. Nesses exemplos a fonte da informação encontra-se no complemento subjetivo (agentivo) da ação designada pelo adjetivo (sendo à semelhança de uma voz passiva). Em (61), a fonte da informação são apoiadores em palanques ao longo da pré-campanha, em (62), a fonte é externa indefinida (muita gente das camadas populares) e em (63), a fonte é a historiadora Mary Del Priore.

Nesse tipo de evidencialidade, a fonte da informação é sempre nominal e se encontra depois da marca evidencial adjetiva. É importante destacar o valor sintático-semântico do adjetivo que, por exemplo, indica quem fez alguma coisa (exemplos 61, 62 e 63).

Nos exemplos 61 e 62, o produtor textual escolhe atribuir a responsabilidade da informação asseverada para fontes externas citadas, visando não se comprometer acerca do que é dito. Já no exemplo 63, o produtor textual tanto transfere o comprometimento do conteúdo asseverado para a fonte externa definida citada quanto procura dar mais credibilidade à informação exposta. Também destaca-se que essas estratégias textuais-discursivas pelo produtor textual nos exemplos 61, 62 e 63 são comumente utilizadas no artigo de opinião.

5.1.2.4 A marca evidencial prepositiva

A marca evidencial prepositiva manifestou-se nos artigos de opinião de quatro tipos diferentes (*segundo*, *conforme*, *para*, *de acordo com*). Essas marcas evidenciais tiveram a função de introduzir a fonte da informação. Exponho, a seguir, exemplos dessas marcas:

(64) São questões nacionais e que valem, do mesmo modo, para a nossa metrópole. SEGUNDO os dados do Censo de 2010, 6,5% da população de Fortaleza era considerada idosa (com 65 anos ou mais), algo próximo a 161 mil habitantes (p. 1). (A1.DN.05)

Em (64), a evidencialidade é manifesta por meio de uma marca evidencial prepositiva (*segundo*), a qual revela que a fonte do conteúdo proposicional são os dados do Censo de 2010.

(65) A definição do candidato governista ao Palácio Abolição, embora os entendimentos comecem nesta segunda-feira (28), não deve ser concluída imediatamente. Este é o início do processo de definição que deve ser concluído entre a primeira e segunda semana de julho, CONFORME já sinalizaram os líderes do grupo (p. 1). (A10.DN.58)

No exemplo 65, a marca evidencial *conforme* indica que a fonte da informação são os líderes do grupo do partido PDT.

(66) PARA a advogada brasileira Caroline Campos, que atua aqui e é especializada em questões de imigração, “Portugal precisa e, ao mesmo tempo, a lei hoje não está a colaborar” (p. 1). (A6.DN.35)

Em (66), a evidencialidade é expressa pela marca evidencial *para*, a qual indica que a fonte da informação é a advogada brasileira Caroline Campos.

(67) DE ACORDO COM os dados da União Europeia, em 2019, nos seus 27 países integrantes, um quinto da população tinha idade igual ou superior a 65 anos (p. 1). (A1.DN.02)

Em (67), a marca evidencial manifestada é a locução prepositiva *de acordo com*, a qual indica que a fonte da informação são os dados da União Europeia. Carioca (2016) em seu trabalho sobre a motivação metafórica na gramaticalização do marcador evidencial de acordo com, demonstrou que a motivação metafórica estabelecida na gramaticalização da expressão “de acordo com” como item evidencial advém da especificidade do ato formal de um acordo como o entendimento entre as partes, só que especificando uma das partes, no caso o autor citado no texto, estabelecendo um afastamento da responsabilidade (grau de comprometimento) em relação ao que foi dito por parte do produtor textual.

Desse modo, a expressão “*de acordo com*”, expressa uma afirmação asseverada não a partir do autor do texto, mas de alguém especializado no assunto que está sendo tratado no momento. Carioca (2009, p. 128), sugere que “a expressão *de acordo com* parece encontrar-se em um processo de gramaticalização e, portanto, está incluída entre os itens prepositivos, por isso não foi analisada como marca substantiva”.

5.1.2.5 A marca evidencial adverbial

A manifestação marca evidencial adverbial nos artigos de opinião ocorreu por meio das formas (*evidentemente, certamente, indiscutivelmente*). Essas marcas evidenciais adverbiais indicam que o produtor textual é a fonte da informação, em que ele demonstra um alto grau de certeza em relação à informação asseverada. Desse modo, o produtor textual se compromete quase que totalmente sobre o que está sendo dito. Dessa maneira, apresento, na sequência, exemplos que ilustram essas questões:

(68) ... momento de reflexão e ação propositiva para dar visibilidade ao legado das mulheres negras na construção desse país. **EVIDENTEMENTE**, à custa do acúmulo de desvantagens, que comprometem suas trajetórias de vida e as impedem de desempenhar suas capacidades com autonomia (p. 1). (A25.DN.122)

No exemplo (68), a marca evidencial adverbial *evidentemente* expressa a noção do grau de certeza da asserção pelo produtor textual, indicando assim que ele é a fonte do conteúdo asseverado.

(69) A indefinição da candidatura governista e as fissuras já evidentes no bloco **CERTAMENTE** terão impactos antes, durante e após as eleições (p. 3). (A22.DN.111)

Na ocorrência do exemplo 69, a marca evidencial adverbial *certamente* expressa a noção do grau de certeza do produtor textual acerca da informação asseverada, indicando assim que ele é a fonte da informação veiculada.

(70) O litoral cearense é, **INDISCUTIVELMENTE**, o principal espaço turístico do estado. No entanto, os mais de 570 quilômetros de praia são tão diversos e repletos de nuances que nos impedem de tratá-los como uma coisa só, um bloco homogêneo (p. 1). (A13.DN.70)

Assim como nos exemplos 68 e 69, no exemplo 70, a fonte da informação é o sujeito-enunciador, em que se demonstra o grau de certeza que ele tem acerca do conteúdo asseverado.

Tendo apresentado a descrição dos aspectos sintáticos da evidencialidade nos artigos de opinião, apresento, a seguir, a exposição dos aspectos semânticos, analisando as estratégias textuais-discursivas utilizadas pelo produtor textual nos artigos.

5.2 Aspectos semânticos da evidencialidade

Segundo a GDF, a semântica é regida pela pragmática. Desse modo, a proposta assumida nessa pesquisa é de que os aspectos semânticos definidos estão dependentes a uma situação concreta de uso linguístico (contexto pragmático).

Conforme Carioca (2009), em relação à natureza semântica da evidência, a marca evidencial depende da integração de três fatores para que se verifique sua natureza: tipo de fonte, tipo de acesso evidencial e natureza evidencial da informação. Exponho que esses fatores são descritos a seguir.

5.2.1 Tipo de fonte

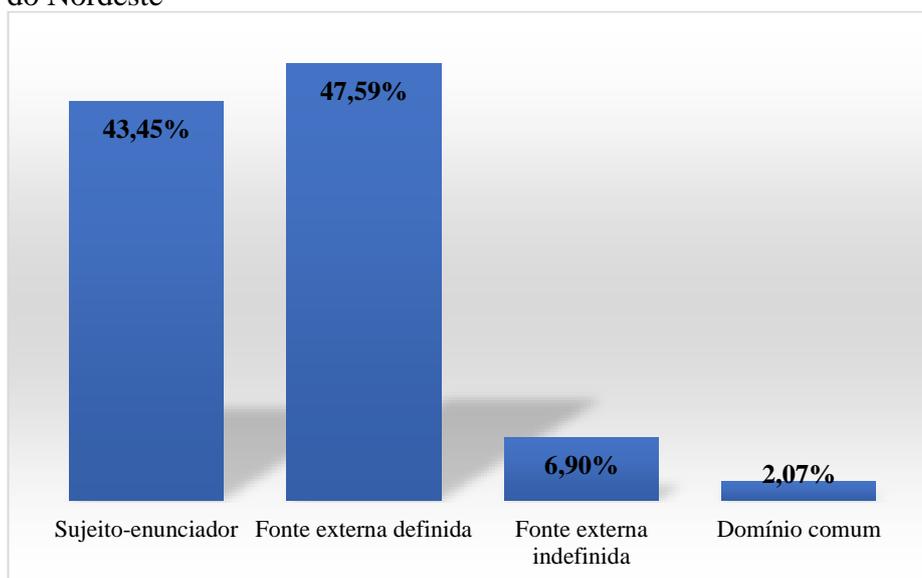
No total de 145 de ocorrências do *corpus* dessa pesquisa, a maior frequência do tipo de fonte da informação foi a de fonte externa definida com 69, seguido do sujeito-enunciador com 63. A frequência da fonte externa indefinida foi 10 e a frequência da fonte domínio comum foi 3. Diferentemente disso, o trabalho de Carioca (2009) sobre o discurso acadêmico, demonstrou a predominância da fonte externa definida em relação aos outros tipos de fonte de sua pesquisa, que por sua vez, decorreu devido à impessoalidade do discurso acadêmico.

Também sobre a predominância da fonte externa definida em relação aos outros tipos de fonte, o trabalho de Silva, Prata e Silva (2020) sobre a evidencialidade em artigos de j-blogs escritos em língua espanhola, em relação à fonte da informação, demonstrou uma predominância da fonte externa definida, seguida do tipo falante (que é o próprio escritor).

Os autores acreditam que a predominância da fonte externa definida ocorre porque os escritores parecem optarem por utilizar fontes externas definidas para dar mais credibilidade às informações veiculadas, assim como para dar um menor comprometimento do escritor acerca da informação exposta (SILVA; PRATA; SILVA, 2020).

Na continuidade da exposição dos resultados estatísticos de nossa pesquisa com suas respectivas descrições, apresento, a seguir, no gráfico 3, o percentual dos tipos de fonte evidencial encontrados:

Gráfico 3 – Tipos de fonte evidencial nos artigos opinião do jornal “Diário do Nordeste”



Fonte: dados da pesquisa.

No gráfico 3, observa-se uma maior porcentagem da fonte externa definida com 47,59%, seguido da fonte sujeito-enunciador com 43,45%. A fonte externa indefinida e domínio comum tiveram um percentual de 6,90% e 2,07% respectivamente. A prevalência da fonte externa definida nos artigos de opinião ocorre devido ao fato de que o produtor textual utiliza esse tipo de fonte para distanciar da responsabilidade acerca da informação asseverada e para dar mais credibilidade à informação veiculada. Já predominância da fonte sujeito-enunciador decorre devido à situação comunicativa do meio jornalístico, que exige um posicionamento do autor do artigo de opinião acerca da informação veiculada.

Nos exemplos, a seguir, se ilustram os tipos de fonte encontrados na pesquisa.

(71) Entretanto, PENSO ser remota a possibilidade de Ciro desistir de disputar o Palácio do Planalto em prol de Tebet (p. 2). (A11.DN.67)

No exemplo 71, a marca evidencial verbal *penso* mostra que o produtor textual assume a responsabilidade acerca da informação, demonstrando que ele é o sujeito-enunciador (fonte da informação), ao utilizar a primeira pessoa do singular. Ele poderia, no entanto, diminuir o seu comprometimento acerca do que é dito, utilizando outra marca evidencial.

(72) **PODEMOS DIZER** que a realização da Fenafes tem um significado não somente econômico, mas um importante significado político, pois representa e explicita a resistência da pequena produção familiar, dos pequenos produtores rurais, para conseguirem realizar sua produção, no interior de um quadro de monopólio da propriedade da terra, de prevalência do latifúndio, muitas vezes improdutivo, de dificuldade de acesso a terra por parte dos camponeses, durante toda a história dessa área do país (p. 1). (A8.DN.44)

Em (72), também ocorre a manifestação da fonte sujeito-enunciador, mas com uma marca evidencial verbal flexionada em primeira pessoa do plural. Embora essa marca evidencial (*podemos*) dar a supor que várias pessoas compartilham a asserção exposta, o predicado encaixador proposicional (*dizer*) expressa a certeza do conteúdo asseverado como sendo só do produtor textual.

(73) **SEGUNDO** dados da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Ceará (Faec), 80% dos produtores de camarão no Ceará não possuem licenciamento ambiental, ficando impossibilitados de acessar linhas de créditos em bancos públicos ou privados (p. 1). (A21.DN.88)

No exemplo 73, a marca evidencial prepositiva (*segundo*) revela que a fonte do conteúdo asseverado é uma fonte externa definida (dados da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Ceará (Faec)). O produtor textual utiliza esse tipo de fonte visando não se comprometer acerca do que é dito.

(74) ... **PARA** alguns, as trevas do apocalipse chegaram, e o destino das criptomoedas, em particular do Bitcoin, é o fim (p. 1). (A5.DN.25)

Já em (74), ocorre a manifestação de uma fonte externa indefinida, uma vez que não é possível identificar a fonte da informação, devido ao fato de haver a indeterminação do sujeito do conteúdo asseverado.

(75) Tomemos um caso diferente. Quando uma família resolve, sem muitas alternativas, construir sua casa numa vertente de morro barrenta e instável. O Estado sabe o que vai acontecer. Todos **SABEMOS** que a chuva virá. Os desmoronamentos acontecerão e bateremos

outros tantos recordes de desabrigados e mortos. Aqui o Estado é tolerado por sua omissão (p. 2). (A2.DN.10)

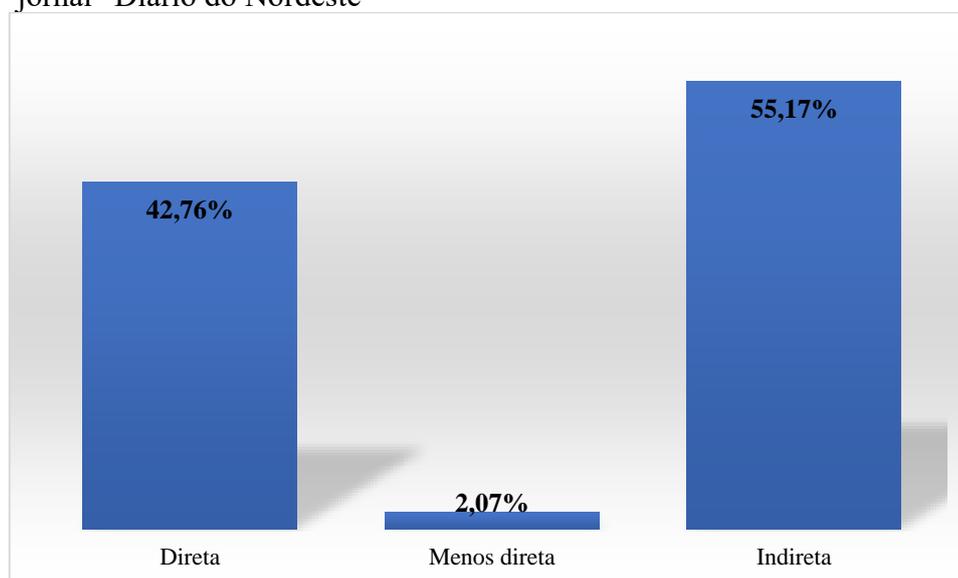
Em (75), ocorre a manifestação de uma fonte de domínio comum, já que a informação exposta, ocorre como sendo compartilhada não apenas do produtor textual, mas também de várias pessoas que podem chegar ao mesmo entendimento do produtor textual acerca do conteúdo asseverado.

5.2.2 Acesso evidencial da informação

O acesso evidencial relaciona-se “ao tipo de experiência sensorial/cognitiva que deu origem ao conhecimento asseverado” (CASSEB-GALVÃO, 2001, p. 97). Assim, conforme Casseb-Galvão (2001), o acesso evidencial ocorre de forma direta, menos direta e indireta.

Apresento, a seguir, no gráfico 4, o percentual dos tipos de acesso evidencial:

Gráfico 4 – Acesso evidencial da informação nos artigos de opinião do jornal “Diário do Nordeste”



Fonte: dados da pesquisa.

No gráfico 4, observa-se uma predominância do percentual do acesso evidencial indireta com 55,17%, seguido do acesso evidencial direta com 42,76%, enquanto que o acesso evidencial menos direta teve apenas 2,07% de percentual.

Do total de 145 ocorrências do *corpus* dessa pesquisa, em relação à frequência dos tipos de acesso evidencial, observou-se uma predominância do tipo de acesso evidencial indireta com

80 casos, seguido do acesso evidencial direta com 62 casos. Já o acesso evidencial menos direta teve apenas 3 casos.

A predominância do tipo de acesso evidencial indireta nos artigos de opinião ocorre devido ao fato de que, o produtor textual utiliza o denominado argumento de autoridade tanto para dar mais credibilidade ao seu discurso quanto para transferir a responsabilidade do que foi dito para a autoridade citada, demonstrando assim que ele não é a fonte da informação veiculada.

Já o percentual de 42,76% da marca evidencial direta ocorre devido ao fato de que, aspectos pragmáticos (contextuais) da situação comunicativa, dos artigos de opinião dos jornais, que exigem um posicionamento dos articulistas sobre os assuntos tratados, em um contexto em que os colunistas, a partir de seus papéis sociais, visam persuadir os leitores (interlocutores), podem aumentar o seu grau de comprometimento acerca do que é exposto para demonstrar, de uma forma mais efetiva, o seu ponto de vista sobre a temática abordada.

5.2.2.1 Evidencialidade direta

(76) Sempre peço para que a pessoa fale um pouco mais sobre os interesses que tem. Em geral, adoro incentivar um sonho, mas, honestamente, ACHO que acabo sempre derramando um balde de água fria - realidade - naquela vontade que ainda não tem base para se concretizar (p. 1). (A6.DN.31)

O exemplo (76) expressa a noção de que a informação foi gerada pelo próprio produtor textual através de uma experiência pessoal na qual ele adquiriu o conhecimento exposto.

(77) OUVIR ISSO confirma que me incluo entre as educadoras sintonizadas com as necessidades da população marcada por profundas desigualdades raciais (p. 1). (A25.DN.126)

Em (77), a informação descrita é oriunda de uma experiência sensorial vivenciada pelo produtor textual.

5.2.2.2 Evidencialidade menos direta

(78) O inverno das criptomoedas chegou e PARECE distante de ir embora. Apesar de alguns resultados positivos nos últimos dias, o ano de 2022 é de perdas para a principal cripto, o Bitcoin, que tem performance negativa superior a 50% (p. 1). (A4.DN.17)

(79) Apesar da aproximação do período de oficialização de candidaturas para as eleições deste ano, o grupo governista no Ceará ainda PARECE estar longe de uma definição (p. 1). (A22.DN.101)

Nos exemplos (78) e (79), manifesta-se a marca evidencial menos direta, em que o produtor textual infere as informações através da análise de evidências disponíveis.

5.2.2.3 Evidencialidade indireta

(80) DE ACORDO COM os dados da União Europeia, em 2019, nos seus 27 países integrantes, um quinto da população tinha idade igual ou superior a 65 anos (p. 1). (A1.DN.02)

(81) São questões nacionais e que valem, do mesmo modo, para a nossa metrópole. SEGUNDO os dados do Censo de 2010, 6,5% da população de Fortaleza era considerada idosa (com 65 anos ou mais), algo próximo a 161 mil habitantes (p. 1). (A1.DN.05)

Nas ocorrências (80) e (81), é manifesta a marca evidencial indireta, em que o produtor textual relata conhecimentos disponíveis no *ouvir-dizer* na literatura, na qual ele teve acesso.

5.2.3 A natureza evidencial da informação

Segundo Carioca (2009), na análise da natureza evidencial da informação, por meio da marca evidencial utilizada pelo produtor textual, é possível diagnosticar se ele, ao citar a fonte de uma informação, argumentou (baseando-se em conhecimentos próprios, crenças de sua subjetividade), deduziu (com base em pistas disponíveis), experimentou (com base em sua vivência) ou citou (com base na autoria).

A análise da natureza evidencial da informação dos artigos de opinião do *corpus* dessa pesquisa com as marcas evidenciais identificadas e suas respectivas frequências encontra-se, a seguir, na Tabela 2:

Tabela 2 – Frequência da manifestação da natureza evidencial da informação dos artigos de opinião do jornal “Diário do Nordeste”

Marca evidencial	Frequência
Subjetiva	37
Experiencial	2
Inferencial	26
Relatada	80

Fonte: dados da pesquisa.

As marcas evidenciais identificadas da natureza evidencial são ilustradas nos exemplos a seguir:

5.2.3.1 Subjetiva

(82) Sempre peço para que a pessoa fale um pouco mais sobre os interesses que tem. Em geral, adoro incentivar um sonho, mas, honestamente, ACHO que acabo sempre derramando um balde de água fria - realidade - naquela vontade que ainda não tem base para se concretizar (p. 1). (A6.DN.31)

A manifestação da marca evidencial verbal *acho*, no exemplo (82), expressa a noção de que o produtor textual assume um comprometimento acerca da informação exposta. O predicado encaixador (*acho*) constitui uma atitude proposicional do produtor textual.

5.2.3.2 Experiencial

(83) ... ESCUTEI uma frase mais ou menos assim: “eu quero chegar nessa fase de esperança que tu tem”. Sorri de olhos e dentes, e ouvi nova entonação que também me colocava como “uma pessoa de esperança” (p. 1). (A7.DN.40)

Em (83), o produtor textual demonstra que obteve a informação por meio de uma experiência sentida (escutei) e vivenciada por ele e, assim, ele relata essa experiência em seu texto.

5.2.3.3 Inferencial

(84) O inverno das criptomoedas chegou e PARECE distante de ir embora. Apesar de alguns resultados positivos nos últimos dias, o ano de 2022 é de perdas para a principal cripto, o Bitcoin, que tem performance negativa superior a 50% (p. 1). (A4.DN.17)

Nesse exemplo (84), o predicado encaixador proposicional (*parece*) indica que a informação dita foi obtida através de uma inferência do produtor textual.

5.2.3.4 Relatada

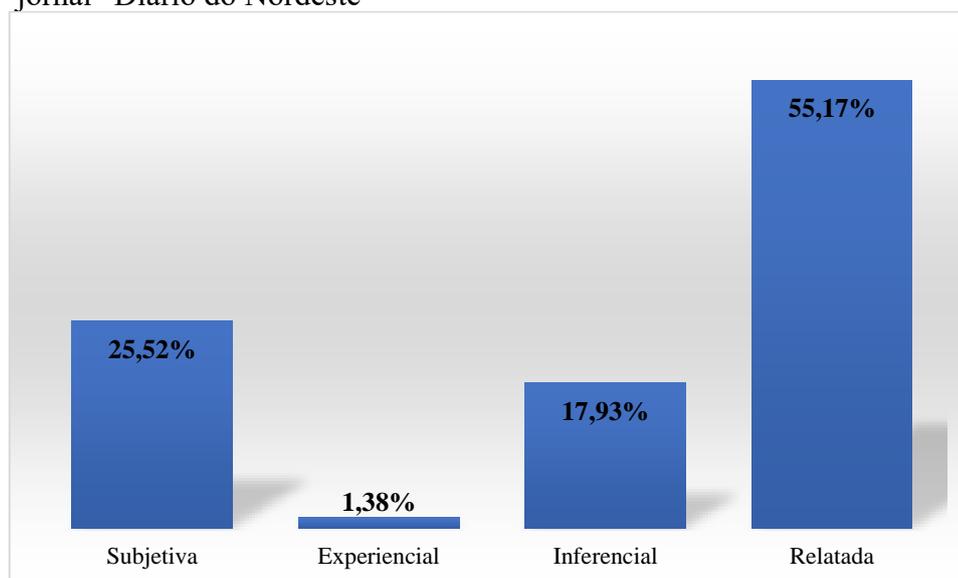
A evidencialidade relatada se caracteriza “a partir da existência de uma fonte da informação que não é o produtor textual e o efeito é de um relato de algo já anteriormente dito”. (CARIOCA, 2009, p. 97). Esse tipo de evidencialidade relaciona-se diretamente com o denominado argumento de autoridade por meio de uma citação direta ou indireta de uma autoridade no assunto em questão.

(85) A ministra dos Assuntos Parlamentares, Ana Catarina Mendes, durante coletiva de imprensa nesta quarta-feira (15) DISSE que Portugal tem “necessidades urgentes de recursos humanos” e que precisa “revitalizar a economia”. (A6.DN.33)

No exemplo 85, o verbo de elocução *disse* indica a citação da fonte da informação (A ministra dos Assuntos Parlamentares, Ana Catarina Mendes). Nessa estratégia textual-discursiva, o produtor transfere a responsabilidade da informação para a fonte externa definida citada.

Apresento, a seguir, no gráfico 5, o percentual da análise dos tipos de natureza evidencial da informação dessa pesquisa:

Gráfico 5 – A natureza evidencial da informação nos artigos de opinião do jornal “Diário do Nordeste”



Fonte: dados da pesquisa.

No gráfico 5 se mostra uma predominância da natureza evidencial relatada com 55,17%. Os tipos de natureza evidencial subjetiva e inferencial tiveram percentuais próximos com 25,52% e 17,93% respectivamente. Já a natureza evidencial experiencial teve apenas 1,38% de percentual. Diferente desses percentuais da natureza evidencial relatada em relação aos outros tipos de natureza evidencial, a pesquisa de Carioca (2009), demonstrou uma grande predominância da natureza relatada 81,90% em relação aos outros tipos de natureza evidencial (subjetiva (5,50%), experiencial (5,80%), inferencial (6,80%)).

A prevalência da natureza evidencial relatada no *corpus* de nossa pesquisa ocorre devido ao fato de que o produtor textual (autor do artigo de opinião) utiliza uma fonte externa definida, por exemplo, tanto para diminuir sua responsabilidade de acerca do que é dito quanto para dar mais credibilidade a informação exposta, visando o convencimento dos leitores do seu texto. O produtor textual também pode usar uma fonte externa indefinida, objetivando não se comprometer acerca do que é exposto.

Os resultados, de nossa pesquisa, ainda mostram que, embora com percentuais menores, os tipos de natureza evidencial subjetiva e inferencial, ocorreram na análise devido ao fato de que aspectos pragmáticos (contextuais) da situação comunicativa, dos artigos de opinião dos jornais, que exigem um posicionamento dos articulistas sobre os assuntos tratados, em um contexto em que os colunistas, a partir de seus papéis sociais, visam persuadir os leitores (interlocutores), podem aumentar o seu grau de comprometimento acerca do que é exposto para demonstrar, de uma forma mais efetiva, o seu ponto de vista sobre a temática abordada.

Considerando que a nossa pesquisa diz respeito à manifestação da evidencialidade no discurso jornalístico, destacam-se alguns trabalhos que obtiveram resultados semelhantes à nossa pesquisa em relação à natureza evidencial.

O primeiro desses trabalhos destacados é o estudo de Lourenço e Hirata-Vale (2015) sobre a expressão da evidencialidade nos gêneros jornalísticos artigo de opinião, editorial e notícia do jornal (Folha de S.Paulo), que demonstrou que, nos artigos de opinião, em relação aos tipos evidenciais, houveram uma predominância dos evidenciais reportativos e inferenciais, tendo por sua vez mais evidenciais reportativos.

Outro trabalho em que investigou a evidencialidade em gêneros jornalísticos foi a pesquisa de estudo de Vidal, Prata e Silva (2018) sobre a evidencialidade em colunas jornalísticas escritas em espanhol, demonstrou a predominância da evidencialidade reportativa de fonte definida e da evidencialidade inferencial, em que o colunista manifesta-se como a fonte da informação.

Miranda (2021) em sua pesquisa sobre a expressão das evidencialidades reportativa e citativa no discurso jornalístico, demonstrou que o tipo de discurso usado em cada evidencial mostra que a citação é obrigatoriamente expressa por meio do discurso direto, diferentemente disso, a reportatividade pode ser expressa por discurso indireto e misto.

5.3 Aspectos pragmático-discursivos da evidencialidade

Segundo a GDF, a sintaxe e a semântica devem ser estudadas a partir da influência da perspectiva da pragmática, fazendo que, nessa pesquisa, os aspectos pragmáticos-discursivos sejam considerados como os mais importantes. Desse modo, todas as categorias de análise apresentadas anteriormente estão sujeitas a pragmática.

5.3.1 O comprometimento da marca evidencial no enunciado

O grau de comprometimento do produtor textual em relação à fonte da informação exposta se organiza em três níveis: alto, médio e baixo (CARIOCA, 2009). A análise da frequência desse trabalho, apresentou 80 casos de baixo comprometimento, apenas 3 casos de médio comprometimento e 62 casos de alto comprometimento.

O valor percentual do alto comprometimento, em nossa pesquisa, ocorreu por meio da soma dos percentuais da manifestação das noções evidenciais subjetiva, experiencial e inferencial. Todas as ocorrências das noções evidenciais subjetiva e experiencial se

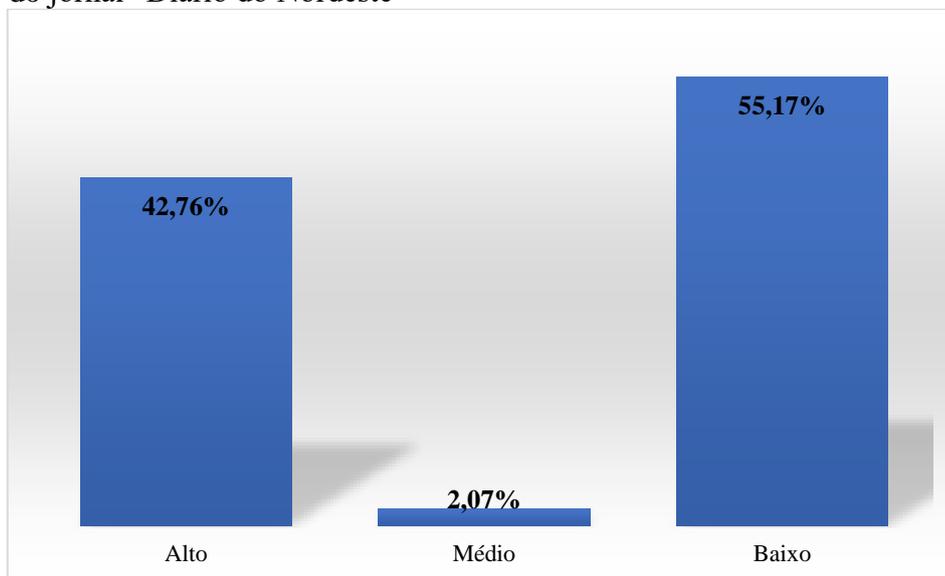
manifestaram com um alto comprometimento, enquanto que a noção evidencial inferencial manifestou-se, nas ocorrências, nos graus de comprometimento alto (exemplo 87) e médio (exemplo 84).

Para representar, percentualmente, o nível alto de comprometimento de nossa pesquisa, somamos os percentuais das noções evidenciais subjetiva, experiencial e inferencial e subtraímos o resultado dessa soma pelo percentual do nível médio de comprometimento, já que todas as ocorrências do médio comprometimento ocorreram por meio de inferências. Assim, apresento, abaixo, a representação percentual do nível alto de comprometimento de nossa pesquisa:

$$\begin{aligned} \text{I) Subj. + Exp. + Inf.} &= \text{Soma} \\ 25,52\% + 1,38\% + 17,93\% &= 44,83\% \\ \text{II) Soma} - \text{Médio} &= \text{Alto} \\ 44,83\% - 2,07\% &= 42,76\% \end{aligned}$$

Assim, exponho, abaixo, no gráfico 6, o percentual do grau de comprometimento obtido do *corpus* dessa pesquisa.

Gráfico 6 – Comprometimento da marca evidencial nos artigos de opinião do jornal “Diário do Nordeste”



Fonte: dados da pesquisa.

No gráfico 6, observa-se uma maior porcentagem do nível de comprometimento baixo com 55,17%, seguido do nível de comprometimento alto com 42,76%. Já o nível médio de comprometimento teve apenas 2,07%. Diferente desses percentuais do nível de

comprometimento, a pesquisa de Carioca (2009), sobre o discurso acadêmico, demonstrou uma grande predominância do baixo grau de comprometimento em decorrência da impessoalidade característica do discurso acadêmico.

Nos exemplos, a seguir, demonstro a gradação dos níveis de comprometimento a partir do *corpus* desse trabalho:

5.3.1.1 Alto comprometimento

(86) Sempre peço para que a pessoa fale um pouco mais sobre os interesses que tem. Em geral, adoro incentivar um sonho, mas, honestamente, ACHO que acabo sempre derramando um balde de água fria - realidade - naquela vontade que ainda não tem base para se concretizar (p. 1). (A6.DN.31)

Em (86), revela-se o alto comprometimento do produtor textual através da marca evidencial verbal flexionada em 1ª pessoa do singular (acho). Nessa ocorrência, o produtor textual assume toda a responsabilidade acerca da informação veiculada, sendo ele próprio, a fonte da informação.

(87) Entretanto, PENSO ser remota a possibilidade de Ciro desistir de disputar o Palácio do Planalto em prol de Tebet (p. 2). (A11.DN.67)

No exemplo 87, a marca evidencial verbal *penso* mostra que o produtor textual assume a responsabilidade acerca da informação, demonstrando que ele é o sujeito-enunciador (fonte da informação), ao utilizar a primeira pessoa do singular. Ele poderia, no entanto, diminuir o seu comprometimento acerca do que é dito, utilizando outra marca evidencial. Além disso, a carga semântica do verbo “pensar” indica que o produtor textual inferiu a informação com base em evidências disponíveis.

5.3.1.2 Médio comprometimento

(88) O inverno das criptomoedas chegou e PARECE distante de ir embora. Apesar de alguns resultados positivos nos últimos dias, o ano de 2022 é de perdas para a principal cripto, o Bitcoin, que tem performance negativa superior a 50% (p. 1). (A4.DN.17)

No exemplo 88, a marca evidencial verbal *parece* permite entender que a informação apresentada não é só do produtor textual, mas foi inferida por ele a partir da análise de evidências disponíveis. Essa estratégia textual-discursiva caracteriza uma atenuação da responsabilidade do produtor textual acerca do que é dito.

5.3.1.3 Baixo comprometimento

(89) DE ACORDO COM os dados da União Europeia, em 2019, nos seus 27 países integrantes, um quinto da população tinha idade igual ou superior a 65 anos (p. 1). (A1.DN.02)

Em (89), apresenta-se o maior grau de distanciamento acerca do que é dito. Esse efeito de sentido indica que o produtor textual não quer se comprometer em relação à informação veiculada, utilizando assim a citação de uma fonte externa definida para transferir a ela a responsabilidade da informação asseverada. Ao usar esse tipo de fonte, o produtor textual, também pode visar, dar mais credibilidade ao que está sendo exposto.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da realização da pesquisa com a identificação e análise das 145 ocorrências do *corpus* dos artigos de opinião sobre a manifestação da evidencialidade, objetivando a descrição dos aspectos sintáticos, semânticos e pragmático-discursivos da evidencialidade nos artigos analisados, considerando que toda avaliação modal se baseia em evidências e que sem evidência não pode haver avaliação da informação, concluo, primeiramente, que a evidencialidade apresenta uma hierárquica superior à modalidade.

Possivelmente existe uma inter-relação entre as categorias modalidade e evidencialidade nos artigos de opinião, uma vez que, por meio da modalidade os autores dos artigos necessitam avaliar a informação no enunciado. Pois, nos artigos tratam-se de assuntos importantes e de interesse da sociedade que, por sua vez exigem do colunista uma avaliação das informações considerando o tipo de evidência disponível, para que assim ele possa indicar ou não fonte da informação, manifeste a forma de transmissão do conhecimento e, conseqüentemente, demonstre o seu grau de comprometimento acerca do que é dito.

Diante desses aspectos, considerando as funções distintas e específicas da evidencialidade (fonte da informação) e da modalidade (avaliação da informação) e considerando o contexto semântico, pragmático e discursivo do artigo de opinião, pode-se indicar um condicionamento e uma dependência da inter-relação entre a modalidade e evidencialidade no que diz respeito ao comprometimento dos autores dos artigos acerca das informações a serem veiculadas.

No que diz respeito aos aspectos sintáticos, verificou-se que o verbo é o meio linguístico, mais predominante, que viabiliza a manifestação da evidencialidade nos artigos de opinião analisados devido ao fato de que o verbo é considerado como a forma prototípica da evidencialidade, e mais especificamente, os verbos factivos, implicativos, de elocução e verbos-suporte. Esse resultado também foi encontrado em algumas pesquisas já feitas, as quais foram citadas neste trabalho na seção “descrição da evidencialidade no português brasileiro”.

No que se refere à posição da marca evidencial no enunciado, predominou-se o intercalamento entre a fonte da informação e a informação veiculada.

Em relação aos aspectos semânticos como o envolvimento com a aquisição do conhecimento, houve uma predominância do percentual do acesso evidencial indireta com 55,17%. No que se refere aos tipos de fonte, prevaleceram a fonte externa definida e sujeito-enunciador com percentuais muito próximos. A prevalência da fonte externa definida nos artigos de opinião ocorre devido ao fato de que o produtor textual utiliza esse tipo de fonte para

distanciar da responsabilidade acerca da informação asseverada e para dar mais credibilidade à informação veiculada. Já predominância da fonte sujeito-enunciador decorre devido à situação comunicativa do meio jornalístico, que exige um posicionamento do autor do artigo de opinião acerca da informação veiculada.

O tipo de noção evidencial prevalente na elaboração dos artigos de opinião analisados foi a marca evidencial relatada. A prevalência da natureza evidencial relatada ocorre devido ao fato de que o produtor textual (autor do artigo de opinião) utiliza uma fonte externa definida, por exemplo, tanto para diminuir sua responsabilidade de acerca do que é dito quanto para dar mais credibilidade a informação exposta, objetivando o convencimento dos leitores do seu texto. O produtor textual também pode usar uma fonte externa indefinida, objetivando não se comprometer acerca do que é exposto.

Ainda sobre a natureza evidencial da informação, os resultados, dessa pesquisa, ainda mostram que, embora com percentuais menores, os tipos de natureza evidencial subjetiva e inferencial, ocorreram na análise devido ao fato de que aspectos pragmáticos (contextuais) da situação comunicativa, dos artigos de opinião dos jornais, que exigem um posicionamento dos articulistas sobre os assuntos tratados, em um contexto em que os colunistas, a partir de seus papéis sociais, visam persuadir os leitores (interlocutores), podem aumentar o seu grau de comprometimento acerca do que é exposto para demonstrar, de uma forma mais efetiva, o seu ponto de vista sobre a temática abordada.

Em relação aos aspectos pragmático-discursivos, os efeitos de sentido gerados dos meios linguísticos que viabilizam a manifestação da evidencialidade nos artigos de opinião analisados, representam, de forma estratégica e argumentativa, um posicionamento pragmático-discursivo do autor do artigo. Esse posicionamento nos artigos aconteceu predominantemente com um baixo grau de comprometimento. Nesse sentido, é importante enfatizar que o baixo grau de comprometimento do colunista sobre o que é apresentado no enunciado tem relação com a credibilidade discursiva, típica do gênero jornalístico. Como exemplo disso, destacou-se a utilização estratégica textual-discursiva de marcas evidenciais relatadas de fonte definida, em que os autores dos artigos de opinião expressam os efeitos de sentido de dar mais confiabilidade ao seu enunciado, assim como atenuam a sua responsabilidade acerca do que é apresentado.

Ainda em relação aos efeitos de sentido gerados da manifestação da evidencialidade nos artigos de opinião, destaca-se que a subjetividade dos autores dos artigos surge da necessidade que os colunistas têm de avaliar a informação veiculada, considerando a qualidade da evidência disponível e considerando o contexto jornalístico que exige um posicionamento dos articulistas acerca das informações expostas. Assim, ressalta-se que essa subjetividade dos autores dos

artigos se estabelece da necessidade da inter-relação entre modalidade e evidencialidade para a avaliação das informações como já mencionado nesse trabalho.

Assim, concluo que a evidencialidade manifesta-se no português brasileiro ao analisar-se usos reais linguísticos dos artigos de opinião. Isso indica que o sistema evidencial dessa língua ocorre por meio de situações comunicativas específicas de uso concreto da língua. As manifestações evidenciais ocorrem através de itens lexicais ou gramaticais escolhidos pelos efeitos de sentido pretendidos pelos autores dos artigos.

Também concluo que essa pesquisa contribui para os estudos da evidencialidade, tendo em vista que ela identifica e descreve marcas evidenciais no português brasileiro, no contexto jornalístico, especificamente, no gênero textual artigo de opinião. Essas marcas foram manifestadas por meio de itens lexicais ou gramaticais.

Por último, destaco que nessa pesquisa gerou-se uma lacuna teórica que consiste na necessidade de se investigar, de uma forma mais detalhada, a existência de um possível condicionamento e dependência da inter-relação entre a modalidade e evidencialidade no que diz respeito ao comprometimento dos autores artigos de opinião acerca das informações a serem veiculadas no contexto jornalístico, indicando assim, que o artigo de opinião influencia o fenômeno linguístico evidencialidade. Assim, essa necessidade investigativa exige a realização de trabalhos futuros que busquem, se possível, elucidá-la e descrevê-la.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520**: Informação e documentação – Citações em documentos – Apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

AIKHENVALD, A. Y. Evidentials: Their links with other grammatical categories. **Linguistic Typology**, v. 19, n. 2, p. 239-277, 2015. Disponível em: https://www.jcu.edu.au/__data/assets/pdf_file/0010/785773/27_Aikhenvald.LinguisticTypology-2015.pdf. Acesso em: 16 jun. 2022.

AIKHENVALD, A. Y. **Evidentiality**. Oxford: Oxford University Press, 2004.

AIKHENVALD, A. Y. Evidentiality in typological perspective. *In*: AIKHENVALD, A. Y.; DIXON, R. M. W. **Studies in evidentiality**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2003, p. 1-32, Cap. 1.

ALMEIDA, D. M. V. **Gêneros textuais [recurso eletrônico]**: o que há por trás do espelho? Organizadora: Regina Lúcia Péret Dell'isola. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2012. Disponível em: <https://oportuguesdobrasil.files.wordpress.com/2015/02/generos-textuais-o-que-ha-por-tras-do-espelho.pdf>. Acesso 14 maio de 2022.

ARAÚJO, D. L.; SILVA, W. M. **Gêneros (escolarizados) em contextos de ensino**. 1. ed. Curitiba: Appris Editora, 2015.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. 5 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Trad. Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BUCKTA, M. A.; STRIQUER, M. S. D. O artigo de opinião: materialização de novas práticas sociais de linguagem. *In*: ICCAL – INTERNATIONAL CONGRESS OF CRITICAL APPLIED LINGUISTICS. 19 a 21 de outubro de 2015. **Anais ... Brasília**: Universidade de Brasília, 2015. Disponível em: [http://www.uel.br/projetos/iccald/pages/arquivos/ANAIS/PRATICA\(S\)/O%20ARTIGO%20DE%20OPINIAO%20MATERIALIZACAO%20DE%20NOVAS%20PRATICAS%20SOCIAIS%20DE%20LINGUAGEM.pdf](http://www.uel.br/projetos/iccald/pages/arquivos/ANAIS/PRATICA(S)/O%20ARTIGO%20DE%20OPINIAO%20MATERIALIZACAO%20DE%20NOVAS%20PRATICAS%20SOCIAIS%20DE%20LINGUAGEM.pdf). Acesso em: 14 maio de 2022.

CARIOCA, C. R. A integração dos aspectos sintáticos, semânticos e pragmático-discursivos na manifestação da evidencialidade. **Entrepalavras**, Fortaleza, v. 8, n. esp., p. 112-129, set. 2018. Disponível em: <http://www.entrepalavras.ufc.br/revista/index.php/Revista/article/view/1204>. Acesso em: 14 mar. 2022.

CARIOCA, C. R. A motivação metafórica na gramaticalização do marcador evidencial de acordo com. **Signo**, Santa Cruz do Sul, v. 41, n. 70, p. 101-109, jan./jun. 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/Paulo/Downloads/6015-Texto%20do%20Artigo-31979-1-10-20160311.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2022.

CARIOCA, C. R. A evidencialidade na fala dos guineenses focalizando as dificuldades da comunicação em língua portuguesa. **RBLA**, Belo Horizonte, v. 15, n. 1, p. 131-147, 2015.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbla/a/MdXStktWXJTMsnkFRTWC6Sj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 mar. 2022.

CARIOCA, C. R. **A evidencialidade em textos acadêmicos de grau do português brasileiro contemporâneo**. 2009. 200 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Centro de Humanidades, Departamento de Letras Vernáculas, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/5898>. Acesso em: 14 ago. 2021.

CARIOCA, C. R. **A manifestação da evidencialidade nas dissertações acadêmicas do português brasileiro contemporâneo**. 2005. 115 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Departamento de Letras Vernáculas, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/3608>. Acesso em: 14 ago. 2021.

CASSEB-GALVÃO, V. C. A incidência da negação: critério de distinção de um paradigma evidencial gramaticalizado no PB. **Estudos Linguísticos XXXVI**, São Paulo, v. 1, janeiro-abril, p. 12-17, 2007. Disponível em: <http://www.gel.hospedagemdesites.ws/estudoslinguisticos/edicoesanteriores/4publica-estudos-2007/sistema06/casseb.PDF>. Acesso em: 14 jan. 2022.

CASSEB-GALVÃO, V. C. De predicação matriz a operador evidencial. A gramaticalização de diz que. **VEREDAS - Rev. Est. Ling.**, Juiz de Fora, v. 8, n. 1 e n. 2, p. 163-181, jan./dez 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/veredas/article/view/25262>. Acesso em: 14 jan. 2022.

CASSEB-GALVÃO, V. C. **Evidencialidade e gramaticalização no português do Brasil: Os usos da expressão diz que**. 2001. 242 f. Tese (Doutorado em Letras). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, SP, 2001a. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/820/o/tese_casseb_galvao.pdf. Acesso em: 15 jan. 2022.

CASSEB-GALVÃO, V. C. Aspectos de um estudo funcionalista da modalidade evidencial. In: II CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIN, 2001. 13 a 16 de março de 2001. Fortaleza – CE. **Boletim da ABRALIN**, v. 26, N° Especial – I, p. 582-583, 2001b. Disponível em: https://www.abralin.org/site/wp-content/uploads/2020/03/ABRALIN_26.pdf. Acesso em: 15 jan. 2022.

CASSETTARI, M. I. Tipo, gênero textual e gênero do discurso: em busca de uma definição para o ensino. **Diálogo das Letras**, Pau dos Ferros, v. 1, n. 2, p. 132-151, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/DDL/article/view/1237>. Acesso em: 15 jan. 2022.

CASTELLANI, R. A.; BARROS, E. M. D. Modelo teórico/didático do gênero artigo de opinião: ferramentas para análise do gênero. **Entrepalavras**, Fortaleza, v. 8, n. 2, p. 196-214, maio/ago. 2018. Disponível em: <http://www.entrepalavras.ufc.br/revista/index.php/Revista/article/view/1178/0>. Acesso em: 15 jan. 2022.

CORREIA, M. R. F. R. **A organização textual do gênero artigo de opinião: uma abordagem à luz da teoria da estrutura retórica e da teoria das sequências textuais**. 2018. 291 f. Tese

(Doutorado em Estudos Linguísticos). Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/LETR-AY8PZE>. Acesso em: 16 dez. 2021.

CHARAUDEAU, P. **Linguagem e discurso: modos de organização**. Trad. Angela M. S. Corrêa e Ida Lúcia Machado. 3. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2016.

CHARAUDEAU, P. **Linguagem e discurso: modos de organização**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

CHUNG, S.; TIMBERLAKE, A. Tense, aspect and mood. *In*: SHOPEN, T. (ed.). **Language typology and syntactic description**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985, p. 202-258.

COSTA, E. B. G.; RODRIGUES, M. G. S. A Responsabilidade Enunciativa no Gênero Artigo de Opinião. *In*: VII CONNEPI – CONGRESSO NORTE E NORDESTE DE PESQUISA E INOVAÇÃO. 19 a 21 de outubro de 2012. Palmas – TO. **Anais [...]**. Palmas: 2012. Disponível em: <https://propi.ifto.edu.br/ocs/index.php/connepi/vii/schedConf/presentations>. Acesso em: 16 ago. 2022.

CUNHA, G. X. A articulação discursiva do gênero artigo de opinião à luz de um modelo modular de análise do discurso. **Filol. linguíst. port.**, v. 1, n. 14, p. 73-97, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/flp/article/view/59903>. Acesso em: 15 ago. 2022.

DALL'AGLIO-HATTNER, M. M. Uma análise funcional da modalidade epistêmica. **Alfa: Revista de linguística**, São Paulo, v. 40, p. 151-173, 1996. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/4002>. Acesso em: 16 ago. 2022.

DALL'AGLIO-HATTNER, M. M. **A manifestação da modalidade epistêmica: um exercício de análise nos discursos do ex-presidente Collor**. 1995. 256 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, SP, 1995. Disponível em: https://scholar.google.com/citations?view_op=view_citation&hl=en&user=dqv7cO0AAAAJ&citation_for_view=dqv7cO0AAAAJ:Tyk-4Ss8FVUC. Acesso em: 15 ago. 2022.

DAVID, Ricardo Santos; DAVID, Renato Santos. O gênero discursivo artigo de opinião: da teoria à prática em sala de aula. **Revista Humanidades e Inovação**, Palmas, v. 8, n. 56, p. 192-204, 2021. Disponível em: <file:///C:/Users/Paulo/Downloads/558-Texto%20do%20artigo-21095-1-10-20211216.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2022.

DE HAAN, F. Evidentiality and epistemic modality: Setting boundaries. **Southwest Journal of Linguistics**, v. 18, n. 1, p. 83-101, 1999a. Disponível em: https://www.academia.edu/755475/Evidentiality_and_epistemic_modality_Setting_boundaries. Acesso em: 18 jun. 2022.

DE HAAN, F. Evidentiality in Dutch and its implications for modality. **Paper delivered at BLS 25**, 1999b.

DE HAAN, F. **The Interaction of Modality and Negation**: 1. ed. A Typological Study. New York: Garland, 1997.

- DIK, S. C. **The theory of functional grammar**. Dordrecht: Foris Publications, 1989.
- DIK, S. C. **The theory of functional grammar**. (Ed.). HENGEVELD, K. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 1997.
- FURTADO DA CUNHA, M. A. Funcionalismo. *In*: MARTELOTTA, M. E. (org). **Manual de Linguística**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011, p. 157.
- FURTADO DA CUNHA, M. A.; OLIVEIRA, M. R.; MARTELOTTA, M. E. (orgs.). **Linguística funcional: teoria e prática**. 1. ed. Rio de Janeiro: DP&A/ Faperj., 2003, 140 p.
- GBEGBLE, N.; NUYTS, J. The expression of epistemic modality in Ewe. **Africana Linguística**, v. 18, p. 133-168, 2012. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/aflin_2033-8732_2012_num_18_1_1008. Acesso em: 18 jun. 2022.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- GIL, A. C. **Métodos da pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- GIVÓN, T. **Syntax: An introduction**. Vol. 1. John Benjamins Publishing Company: Amsterdam/Philadelphia, 2001.
- GONÇALVES, S. C. L. Gramaticalização de construções com o verbo “parecer” no português brasileiro: de verbo pleno a satélite atitudinal. **VEREDAS - Rev. Est., Ling.**, Juiz de Fora, v. 8, n. 1 e v. 2, p. 195-214, jan./dez. 2004. Disponível em: <file:///C:/Users/Paulo/Downloads/2004-Artigoveredas.pdf>. Acesso em: 26 de maio 2022.
- GONÇALVES, S. C. L. **Gramaticalização, modalidade epistêmica e evidencialidade: um estudo de caso no português do Brasil**. 2003. 260 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2003. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalhe/280446>. Acesso em: 26 de maio de 2022.
- HARDMAN, M. J. Data-source marking in the Jaqi languages. *In*: CHAFE, W.; NICHOLS, J. (Eds.). **Evidentiality: the linguistic coding of epistemology**. Norwood, New Jersey: Ablex, 1986, p. 113-136.
- HATTNER, M. M. D. A expressão lexical da evidencialidade: reflexões sobre a dedução e a percepção de evento. **Entrepalavras**, Fortaleza, v. 8, n. esp., p. 98-111, set. 2018. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/38400/1/2018_art_mmdahattner.pdf. Acesso em: 15 jun. 2022.
- HENGEVELD, K. Illocution, mood and modality in a functional grammar of Spanish. **Journal of Semantics**, v. 6, n. 3/4, p. 227-269, 1988. Disponível em: https://pure.uva.nl/ws/files/2114217/27913_hengeveld1988b.pdf. Acesso em: 16 dez. 2021.
- HENGEVELD, K.; FISCHER, R. A’ingae (Cofán/Kofán) Operators. **Open Linguistics**, v. 4, n. 1, p. 328-355, 2018. Disponível em:

file:///C:/Users/Paulo/Downloads/Aingae_CofanKofan_Operators.pdf. Acesso em: 21 jul. 2022.

HENGEVELD, K.; HATTNER, M. M. D. Four types of evidentiality in the native languages of Brazil. **Linguistics**, v. 53, n. 3, p. 479-524, 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/276157738_Four_types_of_evidentiality_in_the_native_languages_of_Brazil. Acesso em: 21 jul. 2022.

HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. **Functional Discourse Grammar**: A typologically-based theory of language structure. Oxford: Oxford University Press, 2008.

HENGEVELD, K.; OLBERTZ, H. Systems of TMA and Related Categories in Functional Discourse Grammar: A Brief Overview, **Open Linguistics**, v. 4, p. 323-327, 2018. Disponível em: file:///C:/Users/Paulo/Downloads/Systems_of_TMA_and_Related_Categories_in_Functiona.pdf. Acesso em: 21 jul. 2022.

HOPPER, P. J. Emergent grammar. **Berkeley Linguistics Society**, v. 13, n. 1, p. 139-157, 1987. Disponível em: <https://journals.linguisticsociety.org/proceedings/index.php/BLS/article/view/1834/1606>. Acesso em: 16 dez. 2021.

HOPPER, P. J.; TRAUGOTT, E. C. **Grammaticalization**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

HOPPER, P. J.; TRAUGOTT, E. C. **Grammaticalization**. 2. ed. Cambridge Textbooks in Linguistics, Cambridge University Press, 2003.

IBM SPSS. 2023. **Statistical Package for Social Science**. Versão 20.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2007.

LOURENÇO, F. P. C.; HIRATA-VALE, F. B. M. A expressão da evidencialidade no gênero jornalístico. **ESTUDOS LINGÜÍSTICOS**, São Paulo, v. 44, n. 1, p. 65-77, jan.-abr. 2015. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/873/455>. Acesso em: 24 jul. 2022.

LUCENA, I. L. **A expressão da evidencialidade no discurso político**: uma análise da oratória política da Assembléia Legislativa do Ceará. 2008. 112 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Centro de Humanidades, Departamento de Letras Vernáculas, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, 2008. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/6100/1/2008_dis_illucena.pdf. Acesso em: 16 dez. 2021.

LYONS, J. **Semantics**. Vol. 2. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

MAINGUENEAU, D. **Gênese dos discursos**. Tradução Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2008, 184 p. [1995].

MARCUSCHI, L. A.; XAVIER, A. C. **Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção de sentido**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. 2. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. *In*: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Org.). **Gêneros textuais e ensino**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005, p. 19.

MELO, B. O. R. Gêneros textuais e argumentação: propostas de ensino do artigo de opinião em livros didáticos. **Linha D'Água** (Online), São Paulo, v. 28, n. 2, p. 67-84, dez 2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/104112/106260>. Acesso em: 21 dez. 2021.

MIRANDA, A. F. **A expressão das evidencialidades reportativa e citativa no discurso jornalístico**. 2021. 93 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) - Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Câmpus de São José do Rio Preto, São José do Rio Preto, SP, 2021. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/6ad826e3-e01b-4f2b-ad6e-cd826ef36e1a/content>. Acesso em: 17 jul. 2022.

MIRANDA, A. F. A expressão da evidencialidade reportativa e da evidencialidade citativa na língua portuguesa. **Estudos Linguísticos** (São Paulo. 1978), v. 49, n. 3, p. 1511-1528, dez. 2020. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/2641/1902>. Acesso em: 17 jul. 2022.

MOURA, R. M. C.; SILVA, R. M. Como fazer um artigo de opinião. *In*: IV SIMPÓSIO NACIONAL DE LINGUAGENS E GÊNEROS TEXTUAIS. 27 a 29 de abril de 2017, Campina Grande-PB. **Anais [...]**. Campina Grande: Garden Hotel, 2017. Disponível em: file:///C:/Users/Paulo/Downloads/TRABALHO_EV066_MD1_SA16_ID1272_21032017120607.pdf. Acesso em: 21 dez. 2021.

NASCIMENTO, A. S. **O gênero discursivo artigo de opinião em práticas de letramento escolar**. 2016. 117 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/22096>. Acesso em: 26 dez. 2021.

NEVES, M. H. M. **Gramática funcional: interação, discurso e texto**. São Paulo: Contexto, 2018.

NEVES, M. H. M. **Texto e gramática**. São Paulo: Contexto, 2006.

NEVES, M. H. M. **Gramática de usos do português**. São Paulo: UNESP, 2000.

NEVES, M. H. M. **A gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

NUYTS, J. Modality: Overview and linguistic issues. *In*: FRAWLEY, W. (ed.). **The Expression of Modality**. Berlin, New York: De Gruyter Mouton, 2008, p. 1-26.

NUYTS, J. Subjectivity as an evidential dimension in epistemic modal expressions. **Journal of Pragmatics**, v. 33, n. 3, p. 383-400, 2001. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/222931563_Subjectivity_as_an_evidential_dimension_in_epistemic_modal_expressions. Acesso em: 15 jun. 2022.

NUYTS, J. Epistemic modal adverbs and adjectives and the layered representation of conceptual and linguistic structure. **Linguistics**, v. 31, p. 933-969, 1993. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/Epistemic-modal-adverbs-and-adjectives-and-the-of-Nuyts/d49798371c3e494278cfd8e4a9babc01f5175417?sort=relevance&pdf=true>. Acesso em: 15 jun. 2022.

NUYTS, J. Subjective vs objective modality: what is the difference? *In*: FORTESCUE, M.; HARDER, P.; KRISTOFFERSEN, L. (Eds.). **Layered Structure and Reference in a Functional Perspective**. Amsterdam: John Benjamins, 1992, p. 73-97.

OLBERTZ, H. Dizque en el español andino ecuatoriano: conservador e innovador. *In*: OLBERTZ, H.; MUYSKEN, P. (Eds.). **Encuentros y conflictos: bilingüismo y contacto de lenguas en el mundo andino**. Madrid/Frankfurt am Main: Iberomericana/Vervuert, 2005, p. 77-94.

PALMER, F. R. **Mood and Modality**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

PALMER, F. R. **Modality and The English Modals**. 1. ed. London: Longman, 1979.

PARKS, D. R. **A Grammar of Pawnee**. New York, NY: Garland, 1976.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Traduzido por Enio Pulcinelli Orlandi, Lourenço Chacon Jurado Filho, Manoel Luiz Gonçalves Corrêa e Silvana Mabel Serrani. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995 [1975].

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da argumentação: a Nova Retórica**. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Casseb-Galvão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

POPPER, K. R. **A lógica da pesquisa científica**. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 2013.

POPPER, K. R. **A lógica da pesquisa científica**. São Paulo: Cultrix, 1975.

POPPER, K. R. **Conjecturas e Refutações**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília (UnB), 1982.

RAMOS, W. C.; BICUDO, C.; RAIMO, L. C. F. D. D. A organização retórica do artigo de opinião no contexto do vestibular. **Entrepalavras**, Fortaleza, v. 9, n. 2, p. 93-111, maio-ago/2019. Disponível em: <http://www.entrepalavras.ufc.br/revista/index.php/Revista/article/viewFile/1493/611>. Acesso em: 21 dez. 2021.

RANGEL, E. O.; GAGLIARDI, E.; AMARAL, H. **Pontos de vista**. Caderno do professor: orientações para produção de textos. 6. ed. São Paulo: Cenpec - Coleção da Olimpíada, 2019.

Disponível em: <https://www.escrevendoofuturo.org.br/arquivos/8148/caderno-artigo.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2020.

SANTOS, M. F. **Modalidade epistêmica e evidencialidade**: um exercício de análise funcionalista em textos acadêmicos e em entrevistas com pesquisadores. 2008. 93 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, 2008. Disponível em: <http://repositorio.uem.br:8080/jspui/bitstream/1/4209/1/000170311.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2022.

SANTOS, M. C.; MELO, M. F. A utilização da sequência didática para a construção da argumentação no artigo de opinião. **RBPG**, Brasília, supl. 2, v. 8, n. 2, p. 619-635, março de 2012. Disponível em: <https://rbpg.capes.gov.br/rbpg/article/view/263/252>. Acesso em: 21 dez. 2021.

SCHWAAB, R.; ZAMIN, A. O discurso jornalístico e a noção-conceito de interdiscurso. **Vozes & Diálogo**, Itajaí, v. 13, n. 1, p. 49-62, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/vd/article/view/5387>. Acesso em: 30 abr. 2023.

SILVA, I. L. L. **A expressão da evidencialidade no português escrito do século XX no contexto de gêneros textuais**. 2013. 224 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Centro de Humanidades, Departamento de Letras Vernáculas, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, 2013. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/ri/bitstream/riufc/8248/1/2013_tese_illsilva.pdf. Acesso em: 02 nov. 2021.

SILVA, V. H. S. **A expressão lexical da dedução e da inferência em língua portuguesa**: uma análise discursivo-funcional. 2020. 128 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) - Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de São José do Rio Preto, São José do Rio Preto, SP, 2020a. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/b89c45a3-b2e8-47d3-89a3-2f291bcd94db/content>. Acesso em: 28 de maio de 2022.

SILVA, V. H. S. Diferenças na complementação de verbos evidenciais na expressão da dedução e da percepção de evento em língua portuguesa. **Revista Linguagens & Letramentos**, Cajazeiras, v. 5, n. 1, p. 103-125, Jan-Jun, 2020b. Disponível em: <https://cfp.revistas.ufcg.edu.br/cfp/index.php/linguagensletramentos/article/view/1433>. Acesso em: 24 jun. 2022.

SILVA, J. S.; BARROS-MENDES, A. N.; GOMES, R. O gênero artigo de opinião: da transposição didática ao contexto da sala de aula. In: COSTA, E. V. M.; AMORAS, F. C.; OTERO, L. M. **Ciências, Educação, Letras e Artes**: resultados dos projetos de iniciação científica da Universidade Federal do Amapá (2007-2011). Macapá, AP: Ed. UNIFAP, 2014, p. 97-107.

SILVA, D. S. F.; PRATA, N. P. P.; SILVA, I. L. L. La evidencialidade en artículos de j-blogs escritos em lengua española. **Caracol**, São Paulo, n. 19, p. 344-369, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/caracol/article/view/159808>. Acesso em: 15 jun. 2023.

SOUSA, L. C. S. C. S.; REIS, R. N. Pressupostos teóricos para análise do discurso jornalístico. **Revista Pauta Geral-Estudos em Jornalismo**, Ponta Grossa, v. 2, n. 2 p. 88-105, Jul/Dez 2015. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/pauta/article/view/7692>. Acesso em: 01 de maio de 2023.

SOUZA, Y. C. A.; MATIAZZI, V. Muito além do serviço: o jornalismo utilitário do quadro trailer do bem. *In: XXIV CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUDESTE*, 24, 03 a 05/06/2019, Vitória, ES –. **Anais [...]**. Vitória: Intercom, 2019, p. 1-15. Disponível em: <https://www.portalintercom.org.br/anais/sudeste2019/resumos/R68-0506-1.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2022.

SPERANÇA-CRISCUOLO, A. C. Uma abordagem funcionalista da língua. *In: SPERANÇA-CRISCUOLO, A. C. **Funcionalismo e cognitismo na sintaxe do português**: uma proposta de descrição e análise de orações subordinadas substantivas para o ensino [online]*. São Paulo: Ed. UNESP, 2014, p. 29-54. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/sxg7f/pdf/speranca-9788568334454-04.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2022.

VENDRAME, V. **Os verbos ver, ouvir e sentir e a expressão da evidencialidade em língua portuguesa**. 2010. 173 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) - Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho, Campus de São José do Rio Preto, São José do Rio Preto, SP, 2010. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/d199bb4d-0426-4caa-82c8-c115b0607f0d/content>. Acesso em: 21 jun. 2022.

VENDRAME, V. **A evidencialidade em construções complexas**. 2005. 114 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São José do Rio Preto, SP, 2005.

VENDRAME-FERRARI, V. Orações complexas com verbos de percepção como forma de expressão da evidencialidade. **ESTUDOS LINGUÍSTICOS**, São Paulo, v. 41, n. 1, p. 101-115, jan-abr 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/Paulo/Downloads/1221-Texto%20do%20Artigo-3282-3323-10-20160323.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2022.

VIDAL, R. P.; PRATA, N. P. P.; SILVA, I. L. L. A evidencialidade em colunas jornalísticas escritas em espanhol. **Miguilim – Revista Eletrônica do Netlli**, Crato, v. 7, n. 2, p. 354-376, maio-ago. 2018. Disponível em: <http://periodicos.urca.br/ojs/index.php/MigREN/article/viewFile/1668/1296>. Acesso em: 24 jul. 2022.

WILLETT, T. A Cross-Linguistic Survey of the Grammaticization of Evidentiality. **Studies in Language**. International Journal sponsored by the Foundation “Foundations of Language”, v. 12, n. 1, p. 51-97, Jan 1988. Disponível em: <https://www.jbe-platform.com/content/journals/10.1075/sl.12.1.04wil>. Acesso em: 21 jun. 2022.

APÊNDICE A – ARTIGOS DE OPINIÃO DO JORNAL DIÁRIO DO NORDESTE

- **Artigo 01: Envelhecer na metrópole: desafios e debates.** Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/opiniao/colunistas/alexandre-queiroz-pereira/envelhecer-na-metropole-desafios-e-debates-1.3242936>.
- **Artigo 02: Necrocidades ou a banalização da morte nas cidades.** Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/opiniao/colunistas/alexandre-queiroz-pereira/necrocidades-ou-a-banalizacao-da-morte-nas-cidades-1.3239786>.
- **Artigo 03: Cidades reféns dos automóveis.** Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/opiniao/colunistas/alexandre-queiroz-pereira/cidades-refens-dos-automoveis-1.3248562>.
- **Artigo 04: Bitcoin e a sua nova “configuração”.** Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/opiniao/colunistas/allisson-martins/bitcoin-e-a-sua-nova-configuracao-1.3248858>.
- **Artigo 05: Bitcoin: a cripto e a cripta.** Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/opiniao/colunistas/allisson-martins/bitcoin-a-cripto-e-a-cripta-1.3246079>.
- **Artigo 06: “Necessidade urgente” de trabalhadores faz Portugal criar visto especial para estrangeiros.** Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/opiniao/colunistas/caroline-ribeiro/necessidade-urgente-de-trabalhadores-faz-portugal-criar-visto-especial-para-estrangeiros-1.3244645>.
- **Artigo 07: A coragem de ter esperança.** Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/opiniao/colunistas/dahiana-araujo/a-coragem-de-ter-esperanca-1.3239293>.
- **Artigo 08: Agricultura familiar: séculos de resistência ao monopólio da terra.** Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/opiniao/colunistas/durval-muniz-de-albuquerque-jr/agricultura-familiar-seculos-de-resistencia-ao-monopolio-da-terra-1.3251707>.
- **Artigo 09: Por uma história da fome no Brasil.** Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/opiniao/colunistas/durval-muniz-de-albuquerque-jr/por-uma-historia-da-fome-no-brasil-1.3240415>.

- **Artigo 10: Definição do candidato do PDT ao governo começa nesta segunda, mas terá outras etapas; entenda.** Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/opiniaio/colunistas/inacio-aguiar/definicao-do-candidato-do-pdt-ao-governo-comeca-nesta-segunda-mas-tera-outras-etapas-entenda-1.3249319>.
- **Artigo 11: Em fase de definição, Tasso Jereissati deve ser elo entre Simone Tebet e Ciro Gomes.** Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/opiniaio/colunistas/inacio-aguiar/em-fase-de-definicao-tasso-jereissati-deve-ser-elo-entre-simone-tebet-e-ciro-gomes-1.3248753>.
- **Artigo 12: Congelamento do ICMS mostra que reduzir imposto não é suficiente para baixar preço dos combustíveis.** Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/opiniaio/colunistas/inacio-aguiar/congelamento-do-icms-mostra-que-reduzir-imposto-nao-e-suficiente-para-baixar-preco-dos-combustiveis-1.3240740>.
- **Artigo 13: A vulnerabilidade social nas praias metropolitanas.** Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/opiniaio/colunistas/alexandre-queiroz-pereira/a-vulnerabilidade-social-nas-praias-metropolitanas-1.3251641>.
- **Artigo 14: O horror de uma menina a serviço da família brasileira.** Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/opiniaio/colunistas/lorena-portela/o-horror-de-uma-menina-a-servico-da-familia-brasileira-1.3248624>.
- **Artigo 15: A farra dos cachês e a sofrência dos municípios.** Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/opiniaio/colunistas/xico-sa/a-farra-dos-caches-e-a-sofrenencia-dos-municipios-1.3239637>.
- **Artigo 16: Preconceito de marca no Brasil.** Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/opiniaio/colunistas/zelma-madeira/preconceito-de-marca-no-brasil-1.3247970>.
- **Artigo 17: A situação de Fortaleza no índice de desenvolvimento sustentável.** Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/opiniaio/colunistas/alexandre-queiroz-pereira/a-situacao-de-fortaleza-no-indice-de-desenvolvimento-sustentavel-1.3254242>.
- **Artigo 18: Propriedade privada e subjetividade humana.** Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/opiniaio/colunistas/durval-muniz-de-albuquerque-jr/propriedade-privada-e-subjetividade-humana-1.3259790>.

- **Artigo 19: Imagens depreciativas do nordestino: poder e controle social.** Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/opiniaio/colunistas/durval-muniz-de-albuquerque-jr/imagens-depreciativas-do-nordestino-poder-e-controle-social-1.3257403>.
- **Artigo 20: Com desfiliação de Izolda, PDT perde um governo e mulher no mais alto cargo político do Ceará.** Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/opiniaio/colunistas/jessica-welma/com-desfiliao-de-izolda-pdt-perde-um-governo-e-mulher-no-mais-alto-cargo-politico-do-ceara-1.3260393>.
- **Artigo 21: Baixo nível de regularização ambiental trava produção de camarão no Ceará.** Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/opiniaio/colunistas/samuel-quintela/baixo-nivel-de-regularizacao-ambiental-trava-producao-de-camarao-no-ceara-1.3250177>.
- **Artigo 22: Qual o cálculo para Izolda Cela ser candidata ao Governo do Ceará; e qual cálculo para não ser.** Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/opiniaio/colunistas/william-santos/qual-o-calculo-para-izolda-cela-ser-candidata-ao-governo-do-ceara-e-qual-calculo-para-nao-ser-1.3253608>.
- **Artigo 23: Pra tonga da mironga do kabuletê.** Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/opiniaio/colunistas/xico-sa/pra-tonga-da-mironga-do-kabulete-1.3261941>.
- **Artigo 24: Uma lição de Graciliano para Arthur Lira.** Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/opiniaio/colunistas/xico-sa/uma-licao-de-graciliano-para-arthur-lira-1.3256928>.
- **Artigo 25: Mulheres negras educadoras.** Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/opiniaio/colunistas/zelma-madeira/mulheres-negras-educadoras-1.3258612>.
- **Artigo 26: Defesa dos Direitos Humanos e da Democracia.** Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/opiniaio/colunistas/zelma-madeira/defesa-dos-direitos-humanos-e-da-democracia-1.3252934>.
- **Artigo 27: Sem avanço nas conversas entre pré-candidatos, lideranças do PDT consideram desfecho imprevisível.** Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/opiniaio/colunistas/inacio-aguiar/sem-avanco->

nas-conversas-entre-pre-candidatos-liderancas-do-pdt-consideram-desfecho-imprevisivel-1.3255507.

- **Artigo 28: Em meio à crise na base governista, líderes do PDT devem se reunir com Camilo Santana.** Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/opiniao/colunistas/inacio-aguiar/em-meio-a-crise-na-base-governista-lideres-do-pdt-devem-se-reunir-com-camilo-santana-1.3255161>.
- **Artigo 29: A ausência de Cid Gomes do comando é a causa da crise no PDT e na aliança governista.** Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/opiniao/colunistas/inacio-aguiar/a-ausencia-de-cid-gomes-do-comando-e-a-causa-da-crise-no-pdt-e-na-alianca-governista-1.3254746>.
- **Artigo 30: Ao deixar o PDT, Izolda fica inelegível, mas pode participar de campanhas de outras legendas.** Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/opiniao/colunistas/inacio-aguiar/ao-deixar-o-pdt-izolda-fica-inelegivel-mas-pode-participar-de-campanhas-de-outras-legendas-1.3260335>.